



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO - MESTRADO
EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE- AMAZONAS:
UM POUCO ANTES, ALÉM DEPOIS DO SÉCULO XXI.**

ELISENE LEMES DE OLIVEIRA SANTOS

Orientadora: Prof^a Dr^a Heloísa Helena Corrêa da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Noval Benayon Mello

Manaus

2015

ELISENE LEMES DE OLIVEIRA SANTOS

**AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE- AMAZONAS:
UM POUCO ANTES, ALÉM DEPOIS DO SÉCULO XXI.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heloísa Helena Corrêa da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Noval Benayon Mello

Manaus

2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237a Santos, Elisene Lemes de Oliveira
Avaliação do desenvolvimento social do município de Nova Olinda do Norte - Amazonas: Um pouco antes, além depois do século XXI. / Elisene Lemes de Oliveira Santos. 2015
172 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Profª Drª Heloísa Helena Corrêa da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Noval Benayon Mello
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Desenvolvimento social. 2. Desigualdade social. 3. Indicadores Sociais. 4. Vulnerabilidade social. 5. Pobreza. I. Silva, Profª Drª Heloísa Helena Corrêa da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE- AMAZONAS:
UM POUCO ANTES, ALÉM DEPOIS DO SÉCULO XXI.**

ELISENE LEMES DE OLIVEIRA SANTOS

DEFESA DA DISSERTAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª Heloísa Helena Corrêa da Silva – Presidente
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia-PPGSS - Universidade Federal do Amazonas -UFAM

Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira – Membro
Departamento de Economia e Análise -DEA/Faculdade de Estudos Sociais -FES
Universidade Federal do Amazonas -UFAM

Profª. Drª. Aldaiza Sposati - Membro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo/NEPSAS-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e
Assistência Social/CEDEST - Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais.

Aprovada em: 14/outubro/2015.

Manaus
2015

Dedicatória

A meus pais, Maria Antonia de Oliveira e Merval Coelho Lemes,
a meu filho Gabriel Lucas de Oliveira Santos,
a meu esposo, amigo e companheiro de todas as horas, José Carlos dos Santos.

Agradecimentos

À Deus,

pelo antes, pelo agora e pelas bênçãos que virão, pela vida e alegria de viver;

a meus pais, Maria e Merval, que mantem pelo exemplo diário, ao longo de meio século de união, os fortes laços familiares; a meus queridos irmãos, Edelson, Elson e Ednilson, amigos nos momentos bons e nas horas difíceis;

a José Carlos esposo e companheiro de todas as horas, a Gabriel Lucas, o filho amado agradeço a compreensão da ausência nas longas horas de estudo;

à Marcia Maria Moraes, por encorajar o ingresso nessa caminhada e à Geisiane Tavares, amiga e companheira nessa trajetória;

aos professores, doutores Débora Rodrigues, Maria do Perpetuo Socorro Chaves, Cristiane Bonfim Fernandez, Lucilene Ferreira Melo, Simone Eneida Baçal de Oliveira, Yoshiko Sasaki, Noval Benayon Melo, Maria Izabel de Medeiros Valle, por compartilharem o conhecimento;

a minha orientadora Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva que pacientemente me orientou e indicou os caminhos para esse estudo. Agradeço ao professor Dr. Noval Benayon Mello, bem como agradeço as contribuições recebidas dos professores doutores Marinez Gil Nogueira e Sylvio Mário Puga Ferreira Puga, no exame de qualificação;

a população de Nova Olinda do Norte pela participação na pesquisa de campo;

a José de Paiva Netto, incentivador do progresso humano e espiritual, com quem aprendi que todas as vitórias estão decididamente ao nosso alcance pela força do nosso trabalho.

À Deus eu agradeço e à ELE eu peço - abençoe Senhor à todos que de alguma forma estiveram comigo nessa jornada.

RESUMO

O estudo do desenvolvimento social do município de Nova Olinda do Norte, no Estado do Amazonas, com estudo empreendido sobre os dados antes e depois do século XXI demonstra que modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil atinge de forma desigual as populações nas regiões, nos Estados e nos Municípios brasileiros e, particularmente, a população da zona rural. O desenvolvimento desigual e combinado, a variação da extensão geográfica, da densidade demográfica, das culturas locais, da origem e formação social e econômica dos municípios, implicam nas discrepâncias do nível de desenvolvimento intra e inter-regionais no Brasil. A descentralização administrativa proposta pela Constituição Federal de 1988, não garante aos municípios a condição de desenvolver políticas públicas que atendam às suas demandas, cabendo a opção de incorporar os programas e projetos nacionais com vistas ao desenvolvimento social e econômico focalizados e alinhados com metas e objetivos globais ou planejar o seu desenvolvimento com vistas ao completo bem-estar das populações urbanas e rurais de seu território. O estudo não invalida os indicadores sintéticos sobre os quais são avaliados os Oito Objetivos de Desenvolvimento, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, no entanto demonstra que não são suficientes para avaliar o desenvolvimento de municípios do Amazonas com características sociais, culturais e geográficas que diferem de outras regiões brasileiras. Ao analisar o desenvolvimento municipal a partir de elementos constitutivos de metas de desenvolvimento internacional, desmistifica que o subdesenvolvimento, expresso no alinhamento das políticas sociais e econômicas aos acordos internacionais e na ausência de liberdade substantivas para a parcela mais pobre da população, seja um estágio do desenvolvimento. Considerando a origem, os diversos momentos político-econômico-social e administrativos as perspectivas, em face, se encontrar na área de abrangência de grande projeto de mineração, Nova Olinda do Norte, contempla condições de, com planejamento para o desenvolvimento com liberdade, promover por meio da educação e do trabalho, a elevação do município a um melhor patamar de desenvolvimento, valorizando as potencialidades locais. O trabalho expõe como o desenvolvimento social e econômico se faz em interfaces do Estado com outras instituições. Organizações políticas e sociais e jurídicas, bases comunitárias, instituições não governamentais de vários tipos, meios de comunicação, instituições que garantam o funcionamento da estrutura social são complementares no processo de desenvolvimento onde a política pública tem o papel não só de implementar ações para atender prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, mas de fomentar a participação e a mudança ao invés de preservar a possível docilidade e passividade da população local.

Palavras-chaves:Desenvolvimento social. Desigualdade social. Indicadores Sociais.

ABSTRACT

The study of social development in the city of Nova Olinda do Norte, in the State of Amazonas, with study undertaken on the data before and after the twenty-first century shows that development model chosen by Brazil reaches unevenly populations in the regions, in the States and in Brazilian municipalities and particularly the people of the countryside. The uneven and combined development, the change in geographical size, population density, local cultures, origin and social and economic formation of municipalities, involving discrepancies in the development of intra and inter-regional in Brazil. Administrative decentralization proposed by the Federal Constitution of 1988 does not guarantee the municipalities the condition to develop public policies that meet their demands, leaving the option of incorporating national programs and projects aiming at social and economic development focused and aligned with goals and objectives global or plan their development with a view to the complete well-being of urban and rural populations of its territory. The study does not invalidate the synthetic indicators of which are evaluated the eight development goals established by the United Nations, however it shows that it is not sufficient to assess the development of Amazon municipalities with social, cultural and geographical characteristics that differ from other Brazilian regions. By analyzing municipal development from an element of international development goals, demystifies that underdevelopment, expressed in the alignment of social and economic policies to international agreements and the absence of substantive liberty for the poorest segment of the population, is a stage development. Considering the source, the various political, economic and social moments and administrative prospects in the face is in the area of coverage of large mining project, Nova Olinda do Norte, includes conditions with planning for development with freedom, promote through education and work, raising the city to a better level of development, valuing the local potential. The work exposes how the social and economic development is in the state interfaces with other institutions. Organizations social and political and legal, community-based, non-governmental organizations of various kinds, media, institutions guaranteeing the functioning of the social structure are complementary in the development process where public policy has a role not only to implement actions to meet priorities emerging values and social claims, but to encourage participation and the change instead of preserving possible docility and passivity of local people.

Keywords: Social development. Social inequality. Social indicators.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** Estabelecimentos de saúde cadastrados, segundo o tipo de estabelecimento, por tipo de gestão e por esfera administrativa, 2013.
- QUADRO 2** Quantitativo dos cargos (profissionais de saúde) da SUSAM e Fundações de Saúde no Amazonas, 2013.
- QUADRO 3** Licenças ambientais emitidas X número de fiscalização do IPAAM em 2014.
- QUADRO 4** Empregados regime (CTPS) - renda per capita e IDH de municípios do Amazonas em 2014.
- QUADRO 5** Rede de ensino no Amazonas por nível de ensino/matricula/escolas.
- QUADRO 6** Recursos humanos da saúde nível superior segundo gestão/dez 2013.
- QUADRO 7** Localização das comunidades na Zona Rural de Nova Olinda do Norte/AM.
- QUADRO 8** Localização da amostra na Zona Rural.
- QUADRO 9** Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Nova Olinda do Norte no período de 1999-2014.
- QUADRO 10** Rede Municipal de Ensino na Zona Rural de Nova Olinda do Norte/AM.
- QUADRO 11** Profissionais de saúde em estabelecimentos da Zona Rural em Nova Olinda do Norte/AM.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Objetivos e Metas de desenvolvimento até 2015, segundo os ODM

TABELA 2 Políticas e programas sociais brasileiros em relação aos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Registro Fotográfico de vista parcial de comunidades/moradias à margem do Rio Curupira em Nova Olinda do Norte/AM.

FIGURA 2 Registro fotográfico do Terminal Hidroviário de Nova Olinda do Norte/AM.

FIGURA 3 Registro fotográfico da Agência da Previdência Social em Nova Olinda do Norte/AM.

FIGURA 4 Registro fotográfico do Hospital e Maternidade Dr. Gallo Manuel Ibanez em Nova Olinda do Norte/AM.

FIGURA 5 Registro fotográfico da Escola Estadual N.S. Nazaré, onde teve início as atividades educacionais no município de Nova Olinda do Norte/AM.

FIGURA 6 Registro fotográfico da vista parcial da unidade onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e abriga o Fórum Comunitário em Nova Olinda do Norte/AM.

FIGURA 7 Registro fotográfico de imóvel do Programa Federal - Minha Casa. Minha Vida! em Nova Olinda do Norte/AM.

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos Aplicados Anísio Teixeira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Polo Industrial de Manaus
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação do Amazonas
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento do Amazonas
SEPROR	Secretaria Estadual de Fomento e Produção Rural
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAM	Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I - QUESTÃO SOCIAL, DESIGUALDADE SOCIAL E A DECLARAÇÃO DO MILENIO	17
1.1 A OPÇÃO BRASILEIRA PELO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	17
1.1.1 Subdesenvolvimento x desenvolvimento – breves conceitos.....	19
1.1.2 A Questão Social brasileira e o discurso político	26
1.1.3 O desenvolvimento da Região Amazônica em relação	26
à opção brasileira pelo modelo de desenvolvimento.....	30
1.2 SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO, NA CF/88	32
1.2.1 Rede de Serviços de Saúde no Amazonas	41
1.2.2 A rede de Educação no Amazonas	44
1.2.3 Aspectos do trabalho e alimentação no Amazonas	47
1.3 OBJETIVOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	51
CAPITULO II - ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	56
2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE	56
2.2 DESAFIOS DO AMAZONAS FRENTE À AMAZÔNIA IDEALIZADA	59
2.2.1 A Questão Socioambiental: O Amazonas no contexto Mundial	66
2.2.2 Digressões sobre políticas sociais para o desenvolvimento do Amazonas	72

2.3 EXPRESSÕES DE VULNERABILIDADE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS	82
2.3.1 População rural e população urbana	85
2.3.2 Educação e vulnerabilidade	87
2.3.3 Trabalho, renda e vulnerabilidade	88
2.3.4 Saúde no Amazonas	90
2.4 NOVA OLINDA DO NORTE: ESPAÇO CONSTRUÍDO E RELAÇÕES ESTABELECIDAS	92
2.4.1 Sobre aspectos geográficos, vias de acesso e distribuição de áreas	92
2.4.2 Breve resgate histórico	93
2.4.3 Sobre a população total e a localização da amostra na zona Rural	96
2.4.4. Sobre aspectos culturais	99
2.4.5 Sobre a economia	99
2.4.6 Sobre infraestrutura e serviços	101
2.4.7 Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	103
2.5 O MUNICÍPIO FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	103
2.5.1 Aspectos da alimentação e do trabalho sob a ótica da pobreza, no contexto do Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio	104
2.5.2 Aspectos das condições e oportunidades de trabalho	106
2.5.3 Aspectos da educação no contexto do Segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio	114
2.5.4 Aspectos da saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	121

CAPITULO III - POLÍTICAS DE GOVERNO OU POLÍTICAS SETORIAIS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	127
3.1 PLANEJAMENTO DE GOVERNO MUNICIPAL NO HORIZONTE DE MUDANÇAS RUMO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO	127
3.1.1 Desenvolvimento social como pressuposto de liberdade	132
3.1.2 Equidade e as demandas específicas das zonas rurais. Seria o caso de política setorial ou política de desenvolvimento integrado? ...	136
3.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FOCO - O PLANEJAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL E DA PROMOÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL	137
3.2.1 Faces da materialidade da Assistência Social no âmbito Municipal	138
3.2.2 A recente fase da Proteção Social	144
NOTAS CONCLUSIVAS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

APÊNDICES

TCLE – Termo de Consentimento Livre e esclarecido - (Modelo 1 Zona rural)

TCLE – Termo de Consentimento Livre e esclarecido (Modelo 2 – Zona urbana)

Formulário e roteiro de entrevista aplicados ao segmento da zona rural

Questionário aplicado ao segmento da zona urbana

ANEXOS

Declaração do Grupo de Pesquisa

Lista das comunidades da zona rural de Nova Olinda do Norte/AM

Lista das escolas da Rede Pública de Educação em Nova Olinda do Norte/AM

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta estudo do desenvolvimento social municipal no Amazonas, em especial no município de Nova Olinda do Norte, buscando elementos constitutivos nos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos no ano 2000, em acordo firmado por 191 países membros da Organização das Nações Unidas-ONU. Reporta ao modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil e aos desdobramentos dessa escolha para as populações nas regiões, nos Estados e nos Municípios brasileiros, com ênfase na população da zona rural. A prevalência do desenvolvimento desigual e combinado, a variação da extensão geográfica, da densidade demográfica, das culturas locais, da origem e formação social e econômica dos municípios, resultam em diversas possibilidades de linha de estudo do desenvolvimento.

A análise e avaliação recorrem aos índices de referência definidos de acordo com área em que se encontra o objeto de estudo. Metodologicamente o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Desenvolvimento Municipal- IDH-M, uma variável do IDH Global, inaugura o estudo. Sobrepõe-se aos dados dos relatórios oficiais do governo brasileiro, a necessidade da interiorização da pesquisa, da busca pelo conhecimento das especificidades locais, da identificação do grau de participação social, da importância na participação na economia e, incluindo no rol de possibilidades, o conhecimento das subjetividades dos valores da população e a relevância dessas imaterialidades na formulação de políticas públicas e o alcance da população da zona rural a essas políticas.

A chave que abre a problematização dos Indicadores de Desenvolvimento Social no município de Nova Olinda do Norte se deu à partir da classificação 0,55 no IDH-M. Índice que numa escala de 0 a 1, zero (0) não existe desenvolvimento e (hum) significa completo estado de bem estar social e econômico. Indicadores de Educação, Saúde e Trabalho, na perspectiva da superação do subdesenvolvimento, pela definição de Celso Furtado, são balizados pela avaliação da população do município, representada pelos dois segmentos da amostra. O questionamento que

norteou o trabalho foi: os pressupostos dos indicadores que mensuram o desenvolvimento social, que definem os limites de pobreza e formulam as políticas sociais implementadas no Amazonas, atendem ao critério do respeito à diversidade e a territorialidade? Para o recorte do estudo, a situação da pobreza, educação e saúde foram analisadas, sob as referências dos Objetivos 1, 2, 3, 4, 5, 6. O estudo estabeleceu por indicador de pobreza, a quantidade de refeições diárias e sua composição, a forma de trabalho e a renda da população. Na educação, a quantidade de escolas rurais versus a população rural, as condições de acesso e mobilidade a essas escolas e a qualidade do ensino na perspectiva das famílias dos alunos. Na saúde, a forma de atendimento emergencial e preventivo disponíveis para as comunidades da zona rural e o quantitativo de profissionais da saúde pública atuantes no município.

As imbricações da relação da educação- trabalho, da saúde-pobreza, do trabalho-renda, renda-alimentação, conduziu a busca do aporte teórico, na Economia, na Sociologia, no Serviço Social. A elegibilidade dos autores fez-se entre os que apresentaram em comum, a análise global, nacional e local do desenvolvimento . Salvo os crivos específicos da economia, da sociologia e do serviço social, partilham a preocupação com o nível de desenvolvimento em curto, médio e longo prazo, que já foram ou serão alcançados, consoante ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e para a Amazônia, desde o período colonial até o ingresso na mais recente fase da economia capitalista: financeirização globalizada.

A desmistificação de que o subdesenvolvimento é um estágio no processo de desenvolvimento é a principal contribuição de Celso Furtado nesse estudo. As obras de Pierre Salama e Jacques Valier concorrem para delinear a situação brasileira quando indica a melhoria na qualidade de vida da população de vários países latino-americanos, ponderando que essas sociedades ainda mantém um elevado nível de pobreza e desigualdade com economia muito frágil, que ele chama de economia volátil e que afeta direta e negativamente as populações mais pobres.

O conjunto de autores organizados pela obra de François Chesnais transportados para a realidade do presente estudo, coopera para o entendimento sobre o interesse do capital estrangeiro, notadamente o capital industrial com o Polo Industrial de Manaus e como isso influencia nos municípios.

As análises que Aldaíza Sposati, Carmelita Yasbek e Vicente Faleiros conferem às políticas sociais brasileira, subsidiam o estudo na perspectiva da emancipação, da democracia, da inclusão social ao alcance concreto e decisivo para o fortalecimento social e econômico de parcela substantiva da sociedade brasileira.

O abrangente e fatural conhecimento de Marilene Correa da Silva Freitas e Heloisa Helena Correa da Silva, Samuel Benchimol, sobre a formação social, econômica e cultural da Amazônia, remete o estudo para a ideologização da Amazônia, o confronto de interesses da região com os interesses contrários de organismos nacionais e internacionais.

A complexidade, amplitude e contradição dos dados oficiais, nas esferas federal, estadual e municipal nas áreas de educação, saúde e trabalho, motivaram os vários meses de pesquisa junto aos órgãos correlatos ao objeto estudado, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Portal da Transparência do Governo Federal, o Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira – INEP, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA.

Definido o elemento norteador, o aporte teórico, as fontes para levantamento de dados, delineou-se um estudo avaliativo. Para não incorrer nas situações criticadas pelo referencial teórico e também pelo nosso entendimento, o estudo ficaria raso, sem a presença daqueles para quem se formula políticas sociais. Define-se dois segmentos populacionais informantes. A população da zona rural e a população da zona urbana. Revelam-se dois elementos dificultadores. A pesquisa de campo demandaria recursos financeiros que extrapolavam as possibilidades pessoais da pesquisadora e o acesso às comunidades rurais de Nova Olinda do

Norte mostravam-se um desafio. O segundo desafio foi superado com o apoio da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, que ao disponibilizar transporte e apoio logístico para a definição da amostra na zona rural, também concedeu o Termo de Anuência, autorizado pelo Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas, diretório de Grupo do CPNq. O estudo encontra respaldo na Minuta de Resolução sobre Ética em pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – GT de CHS da CONEP/CNS/MS.

A amostra foi compreendida numa extensa área geográfica, cujo acesso se deu por meio de barcos e lanchas, navegando por rios, lagos, que compõem as belas paisagens no lugar. Os critérios de inclusão dos sujeitos informantes da zona rural, foram representantes comunitários legitimados pela população, independente do grau de escolaridade, sexo e tempo de residência no local. Idade igual ou superior a 21 anos. Ocupação com o extrativismo, pecuária, pesca, agricultura ou outras atividades inerentes a zona rural e residir nas comunidades São Sebastião, Vila São, Vila Flor, Fazenda Novo Sertão, Cristo Redentor, Cristo Redentor, Nova Galileia, São Francisco de Assis, Divino Espírito Santo e Vila Abacaxis, georeferenciadas com a utilização o GPS Garmin Map 76 CSX, manuseado por técnico florestal. Foram onze sujeitos informantes, sendo quatro do gênero feminino. Todos amazonenses, sendo oito naturais de Nova Olinda do Norte. Além da ocupação com atividades inerentes a área rural, seis pessoas pesquisadas acumulam as funções sociais de agente comunitário de saúde, professor ou condutor de transporte escolar.

No decorrer das visitas ao município, foram definidos também os critérios de inclusão para os sujeitos informantes da zona urbana. Profissionais liberais, comerciantes, empresários, que estivessem no ¼ da população que apresenta melhor situação socioeconômica, em relação à média local e trabalhadores nas áreas da saúde, educação, assistência. Formação educacional no nível superior e residindo no município a mais de quatro anos. Responderam o questionário 08 pessoas do gênero feminino e três do gênero masculino, com formação educacional em pedagogia/professora, turismo, serviço social, administração de empresa,

tenente militar e psicólogo. O critério de exclusão foi comum aos dois segmentos. Considerando a necessidade de políticas específicas, não integraram a amostra aqueles que, embora atendendo aos critérios expostos para a composição de cada um dos grupos, oficialmente fossem declarados indígenas.

A entrevista semiestruturada aplicada à amostra da zona rural foi gravada com o aparelho gravador marca Sony – modelo ICD-px240. O questionário aplicado com a amostra da zona urbana foi composto por perguntas abertas e fechadas, objetivando alcançar respostas para as mesmas inquirições feitas à amostra da zona rural. O estudo apresentou baixo risco para os participantes, seja de ordem emocional ou psicológica, pois envolveu apenas um formulário com informações sóciofamiliares, respostas às perguntas da entrevista estruturada em 10 questões e o preenchimento do questionário e foram minimizados com a apresentação do roteiro da entrevista e do questionário, antes mesmo de assinar o TCLE e ainda com o incentivo para serem acompanhados alguém da convivência familiar. No transcurso do estudo, com o propósito de identificar como acontece a participação social da população, nos fizemos presentes em duas audiências públicas sobre a mineração no município de Nova Olinda do Norte.

Em Agosto de 2015 foram aplicados os instrumentais de coleta de dados aos dois grupos componentes da amostra. A confluência de dados levantados quando analisados sob a bibliografia eleita, suscitou maior entusiasmo pela pesquisa. Percebeu-se que a riqueza de detalhes sobre a formação social, política e econômica, da origem à situação atual do desenvolvimento social do município, não é absorvida pela população mais jovem e os registros fragmentados dessa história de 60 anos, reclama por sistematização com utilidade tanto histórica quanto político-administrativa sob risco de se esvaír com o passar do tempo.

A superação da situação de pobreza e baixo desenvolvimento implica em planejamento e seus desdobramentos. O planejamento como instrumento de gestão pública é recente no Brasil e por vezes ocorre à revelia da análise dos processos históricos. Estudos revelam que o tempo histórico dos indivíduos não precisa

conflitar com as determinações objetivas do tempo histórico da humanidade. É passível também de colocar-se em harmonia com o tempo histórico da humanidade. Hoje isso pode ser alcançado se os indivíduos sociais adotarem consciência das alternativas positivas que apontam na direção do futuro sustentável da humanidade. A especificidade e a urgência de nosso tempo histórico determinam que eles não apenas podem, mas devem fazê-lo.

Não houve tempo, nem se constituiu em objeto de estudo inventariar os equipamentos públicos de Assistência Social e Proteção Social, bem como, de todo o processo histórico de Nova Olinda no Norte. O estudo avaliativo buscou demonstrar que a ausência de planejamento de longo prazo e a não definição do modelo de desenvolvimento almejado, são, entre outros, elementos que contribuem para as dificuldades locais. O estudo é uma contribuição da academia para a gestão pública. As divergências e contradições entre o desejado pela população e o ofertado pelas políticas públicas consolida a tese da alta relevância da pesquisa de campo, em particular, no Amazonas.

Dado a imensa dívida social do Brasil para com o Amazonas e longe de crítica tendenciosa, modestamente o trabalho se põe como reflexão aos gestores públicos municipais do Estado, quando da formulação de plano, programas e projetos. O resultado do estudo está apresentado em três capítulos e as notas conclusivas..

O primeiro capítulo trata sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e sua implicação nas políticas sociais. Mostra como o desenvolvimento social e econômico no sistema capitalista não ocorre naturalmente. É produto de ideologias forjadas pelo sistema, que imputa seus interesses políticos, sociais e econômicos a continentes, países, regiões, Estados e municípios. Discorre sobre a questão social brasileira e apresenta aspectos do desenvolvimento da Região Amazônica em relação a opção brasileira pelo modelo de desenvolvimento.

O segundo capítulo trata das formulações ideológicas sobre a Amazônia atravessada pelos aspectos da formação social, econômica, cultural e ambiental da

região com peso sobre o Amazonas, que dentre os Estados formadores da Amazônia brasileira, tem a maior área de floresta preservada. Apresenta dados sobre o desenvolvimento econômico e social e expressões de vulnerabilidade social¹ do Estado do Amazonas e do Município de Nova Olinda do Norte.

O terceiro capítulo trata sobre o planejamento municipal, como estratégia de desenvolvimento social, onde o desenvolvimento econômico descolado de medidas sociais é a reprodução de modelos falidos. Aponta a autonomia política, e o desenvolvimento das capacidades de gestão e técnicas de administração como fatores para alavancar o desenvolvimento local de forma integrada e a relevância da Assistência Social para o desenvolvimento local, sob a premissa da garantia das liberdades.

O trabalho expõe como o desenvolvimento social e econômico se faz em interfaces do Estado com outras instituições. Organizações políticas, sociais e jurídicas, bases comunitárias, instituições não governamentais de vários tipos, meios de comunicação, instituições que garantam o funcionamento da estrutura social são complementares no processo de desenvolvimento onde a política pública tem o papel não só de implementar ações para atender prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, mas de fomentar a participação e a mudança ao invés de preservar a possível docilidade e passividade da população.

E por fim, registro que o título do trabalho considerou a cronologia antes e depois do século XXI, pelo vasto material colhido na pesquisa bibliográfica e documental que datam do século XX e após o ano 2000, em seus primeiros quatorze anos. A expressão “... um pouco antes e além depois do século XXI, constitui-se, principalmente, numa singela homenagem ao grande amazônida Samuel Isaac Benchimol, que usa o termo “... um pouco antes, além depois” para demarcar o “antes e o após” a segunda guerra mundial.

¹ Vulnerabilidade Social – Terminologia que não é nova, porém a definição ainda se encontra em construção por um complexo campo conceitual que envolve as dimensões econômica, ambiental, de saúde, de direitos, de cultura. Dentre os que buscam a definição do conceito cita-se : Moser (1996, 1997 e 1998). Kaztman (1999), Vignoli (2000a; 2000b; 2001). Busso (2001), Villa (2001), Abramovay (2002).

CAPITULO I

QUESTÃO SOCIAL, DESIGUALDADE SOCIAL E A DECLARAÇÃO DO MILENIO.

O capítulo de abertura apresenta aspectos do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, e a conformação das políticas sociais em diversos momentos políticos do país, por vezes com esvaziamento do discurso político frente à extensão da questão social brasileira. O desenvolvimento da Região Amazônica em relação à opção brasileira pelo modelo de desenvolvimento é ilustrado por indicadores de saúde, educação e trabalho e inicia a reflexão sobre a necessidade de indicadores de desenvolvimento que considerem as especificidades locais, no contexto das possibilidades de desenvolvimento global.

1.1 A OPÇÃO BRASILEIRA PELO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O desenvolvimento social e econômico no sistema capitalista não ocorre naturalmente. É produto de ideologias forjadas pelo sistema, que imputa seus interesses políticos, sociais e econômicos a continentes, países, regiões, estados e municípios. O Brasil tem se colocado ao longo dos diversos momentos políticos, na condição de exportador de matéria prima e importador de bens finalizados, acarretando com isso atraso tecnológico e reduzido investimento no desenvolvimento intelectual, pautando suas políticas sociais e econômicas aos interesses internacionais, acumulando dívida pública e déficit social.

A divisão do mundo em dois blocos, o bloco socialista e o bloco capitalista logo após a segunda guerra mundial, marcou o fim do poder do continente Europeu e os Estados Unidos tornaram-se a principal liderança no mundo capitalista definindo novas relações internacionais e novos conflitos mundiais.

Com o propósito de assegurar a paz mundial e promover a cooperação entre os países, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas. Atualmente a sua estrutura é questionada, pois atuais potências mundiais não tem representação no Conselho de Segurança além de outros países populosos com relativa influência em suas regiões, como o Brasil. A estrutura da Organização das Nações Unidas, ONU, é alvo de críticas por ainda representar a ordem mundial definida pelos vencedores da segunda guerra mundial e os Estados Unidos tem sido acusado de angariar votos para questões de seu interesse.

Para estimular o desenvolvimento capitalista e maior integração da economia mundial, foram criados o Banco Mundial, que se tornou uma instituição fornecedora de recursos para infraestrutura dos países subdesenvolvidos, e o Fundo Monetário Internacional que tinha o intuito de promover ajuda econômica aos países membros.

Atualmente a economia mundial é controlada por grandes corporações multinacionais, graças à expansão do processo de globalização, resultante da evolução da tecnologia da comunicação, das ciências e dos meios de transporte. Lucci (2010) afirma que uma das consequências negativas do processo mais recente da globalização, é a ampliação das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre as classes sociais.

O Brasil figura entre as principais economias do mundo e seu PIB é um dos maiores do globo. No entanto, se comparar sua evolução na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH percebe-se que a ideia de desenvolvimento brasileiro por longo período esteve associado mais ao crescimento da economia e ao emprego de tecnologia moderna para aumentar a produção, do que preocupado com o desenvolvimento social, que hoje abrange também a questão ambiental. Decorre desse modelo de desenvolvimento, que não é recente, outrossim, advém dos tempos coloniais, seguido pelas políticas período desenvolvimentista, onde se inscreve o início do processo de industrialização do país, a elevação da pobreza e a

desigualdade entre os grupos sociais, o que confere ao país, no atual modelo neoliberal, o status de país emergente, que faz parte do G-20².

1.1.1 Subdesenvolvimento x desenvolvimento – breves conceitos

As origens conceituais do subdesenvolvimento estão fincadas em várias teorias e suas razões. No entanto, estudiosos concordam que ambos os processos devem ser analisados em sua dimensão histórica, convergindo para essa, os fatores externos e internos, numa tentativa de explicar as diferenças econômicas e sociais no mundo globalizado. Celso Furtado aparece entre os que conferem abordagem crítica sobre o desenvolvimento. Furtado (2009) salienta que subdesenvolvimento e desenvolvimento constituem a representação de estruturas sociais resultantes da prevalência de um ou de outro, podendo-se considerá-las como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial. O subdesenvolvimento ou desenvolvimento se inscreve no processo de acumulação de capital, assumindo especificidades na trajetória deste.

A análise econômica, segundo Furtado (2009) não é suficiente para explicar a dinâmica das mudanças sociais e o processo de desenvolvimento se realiza através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida ou através da introdução de inovações técnicas.

Para Furtado admite-se como plenamente desenvolvidas, num dado momento, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real per capita) introduzindo novas técnicas.

2 O G-20 é um fórum criado por países industrializados e emergentes, em resposta às crises financeiras do final da década de 1990. Apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e viabiliza oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais.. O Grupo conta com a participação de 19 países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia, mais a União Européia. (<http://www.bcb.gov.br/G20>).

Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus de subdesenvolvimento.

A importação de tecnologia e a exportação de bens primários vêm definindo ao longo do tempo, a situação do Brasil no cenário global. O aumento de capital como resultado desse processo importação de tecnologia x exportação de bens primários, colocou o Brasil como 7ª economia mundial e extremamente desigual com um índice de Gini³ 0,60. Dos Estados brasileiros o mais desigual é o Amazonas, com 0,65 e Santa Catarina, o menos desigual, com 0,49. (Atlas do desenvolvimento, 2013).

Ao afirmar que se é verdade que os países subdesenvolvidos crescem pela simples assimilação de técnicas já conhecidas também o é que transplantação dessas técnicas traz implícito, quase sempre, um subemprego estrutural de fatores, Furtado (2009), reside na capacidade produtiva de uma região a superação desse problema e aponta a necessidade de esforço em adaptar a tecnologia importada para uso local. As grandes dificuldades do desenvolvimento se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade e o impulso inicial que permite superar essas dificuldades vem, historicamente, de fora da comunidade.

O autor exemplifica duas possibilidades de desenvolvimento econômico e com influxo direto na região Amazônica. Economia gerada pela mineração e economia agrícola de base familiar. O caso da mineração, economia altamente capitalizada, produz pouco efeito para a grande maioria, e pelo contrário, beneficia uma minoria que incorpora gastos com reduzido efeito sobre a composição da procura global, pois que, o consumo dessa minoria depende de importação e não promove o mercado interno.

Na economia agrícola à base de agricultura familiar, a renda assume a forma de salários e de remuneração por parte de pequenos proprietários. No caso de

³ Índice de Gini o coeficiente de Gini é usado para medir a desigualdade social. Desenvolvido em 1912 pelo italiano Corrado Gini. Ele vai de 0 a 1, onde zero corresponde a completa igualdade na renda per capita e um corresponde a completa desigualdade entre as rendas.

economia agrícola de base familiar, existe diversidade de procura e de produção que atingem níveis elevados e o consumo dos produtos crescem rapidamente não formando poupança. É a economia de subsistência.

Segundo Furtado (2009), a experiência histórica indica que, neste segundo caso, os obstáculos ao crescimento econômico são de mais fácil superação que no primeiro. Na análise de Furtado (2009) não existe uma relação rígida e constante entre acervo do capital e quantidade de trabalho, e a quantidade de produto por unidade de tempo. Essa relação pode variar amplamente, seja no espaço, seja no tempo.

O pesquisador afirma que duas regiões que tenham alcançado o mesmo grau de acumulação de capital em um nível similar de técnica, e onde a população trabalhe com a mesma intensidade, podem apresentar distintos níveis de produção per capita. Aponta também que essa disparidade pode ter causas na utilização intensiva por uma das regiões de um recurso natural esgotável, como são as reservas naturais; e o outro caso é a abundância relativa de recursos naturais não esgotáveis.

Algumas regiões esclarece o autor, são mais bem dotadas que outras de terras aráveis, de água, ou oferecem maiores facilidades para instalação de um sistema de transporte. Nesse cenário Furtado (2009) afirma que a renda per capita não indica necessariamente o grau de acumulação de capital já alcançado por uma economia. Dada região pode realizar um grande esforço de desenvolvimento e alcançar um elevado grau de participação por pessoa ativa sem que sua renda per capita atinja o nível de outras que acumularam menos capital e utilizam técnicas menos avançadas.

Percebe-se nos estudos de Furtado, critica a utilização da renda per capita como componente na avaliação do grau de desenvolvimento econômico e social. Justifica-se, assim, o desenvolvimento de indicadores específicos e, por conseguinte a formulação de políticas públicas e alocação de recursos diferenciados para a Região Amazônica, em particular, aos municípios do Amazonas. Furtado (2009) salienta a

necessidade de desenvolver políticas econômicas próprias, como condição para o desenvolvimento:

Quem estuda história econômica se surpreende a cada passo com a luta no sentido comum contra a falsa ciência. Tivessem os governantes de muitos países, entre eles o Brasil, seguido à risca os conselhos daqueles que se supunham conhecedores da Ciência Econômica, esses países provavelmente se teriam desenvolvido muito menos. (p.96)

Esse problema, conclui Furtado, reflete o choque entre a possibilidade de generalizar e a capacidade de explicar. Deve-se isso ao fato de que o economista, para não perder o “rigor científico” e a elegância expositiva, refugia-se num elevado plano de generalidade, no qual os problemas concretos quando aparecem perdem completamente seus contornos e se transformam em imagens vagas.

Exemplifica-se a afirmação de Furtado, com a utilização de indicadores de desenvolvimento social, numa escala global, em particular, pelo Estado brasileiro, onde os indicadores sociais, difundidos pelo Governo Federal e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD enevoa as realidades das diversas regiões e municípios brasileiros. Furtado (2009) reconhece o progresso da ciência, nas considerações dos casos especiais e condena, como “anticientífico”, a pretensão de transformar uma teoria em um leito de Procusto⁴ ao apresentar resultados para os problemas que transbordam seus limites.

Enquadrar a Amazônia em políticas setoriais, no âmbito econômico, social e político, formuladas à distância, com interesses difusos e sem a efetiva participação da sociedade local, entendendo por sociedade local, os cidadãos de cada região que compõe a Amazônia, é assumir o papel de Procusto.

Ao comentar sobre Marx, Furtado (2009), o valoriza por ter conseguido uma análise social muito avançada, apesar das fortes limitações que marcaram seu tempo, reconhece que abordar a realidade social, com ênfase no setor econômico tem sido objeto de críticas. O que corroborou para a criação e adoção pela

4 Procusto: figura mitológica que procurava ajustar à todos, na medida de sua cama. Desconsiderando as diferenças individuais cortava os pés de quem fosse maior que sua cama.

Organização das Nações Unidas, entre outros, do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que analisa saúde/longevidade, educação e renda, como contraponto a análise de desenvolvimento econômico pelo Produto Interno Bruto – PIB.

Até mesmo numa perspectiva econômica, Furtado ressalta a necessidade de não ignorar os fatores culturais que em cada sociedade condicionam a procura e, portanto influenciam a formação de preços. Se para o crescimento econômico é imprescindível conhecer o tipo de lugar, tanto o é, para a esfera social. Na análise econômica, Furtado (2009) aponta:

(...) heterogeneidade do desenvolvimento considerando um processo acentuadamente desigual, pois: surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade a outros, toma vigor em determinados lugares, aborta noutros, etc. Nem é nem poder ser um processo uniforme, pois a constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa. (pg.110.)

O insight de Furtado se aplica na análise do desenvolvimento social. Tendo por elemento disparador, o núcleo industrial da Europa no século XVII que provocou ruptura na economia mundial e condicionou o desenvolvimento econômico em quase todas as regiões da terra. Furtado (2009) indica três direções: o desenvolvimento dentro a própria Europa; o deslocamento das fronteiras para aonde quer que houvesse terras desocupadas e a expansão para regiões ocupadas atuando através do comércio.

A industrialização em seus diferentes níveis, desde a mecanização até a robotização que é o estágio atual da indústria, vem determinando o modelo de desenvolvimento das regiões e fortalecendo o sistema capitalista que atualmente e de modo globalizado tem seu foco na financeirização, conforme aponta os estudos de Chesnais (2005).

Desde os primórdios a industrialização vem estabelecendo, conforme os interesses das economias hegemônicas, as bases para o desenvolvimento e o

subdesenvolvimento das regiões. De acordo com os estudos de Furtado, o Brasil se encontra em etapa superior do subdesenvolvimento, pois seu núcleo industrial está capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela sua capacidade produtiva. Ressalta-se o sentido que Furtado (2009), confere “etapa superior do subdesenvolvimento”. É como se houvesse uma escala ascendente, mas que por mais que avance, não é permitido ultrapassar os limites que ancoram o subdesenvolvimento.

A definição de Furtado para subdesenvolvimento:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar em equilíbrio estático por longos períodos. O caso mais complexo e economia brasileira é um exemplo: é aquele que em que a economia apresenta três setores: um, principalmente, de subsistência, outro voltado, sobretudo para a exportação e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento. (p. 171)

Com essa definição, evidencia-se o subdesenvolvimento do Brasil e, em particular, do Estado do Amazonas que detém um Polo Industrial sem tecnologia própria, na capital do Estado e a maioria de seus municípios em economia de subsistência. Furtado (2009) ressalta que as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas para o capital são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas e não permitem uma transformação mais rápida da estrutura econômica pela absorção do setor de subsistência.

Compreendemos Furtado como brasileiro que não medira esforços para estudar o fenômeno do subdesenvolvimento. Ele afirma que a falta desse esforço, por parte dos Estados nacionais tem conduzido às explicações por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, ocasionando irresolução dos problemas

que só podem ser solucionados, com a adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.

Ao apontar os problemas e desafios da Amazônia, que terão que ser previstos e antecipados nos próximos séculos, entre eles o alargamento das fronteiras agropecuárias, tensões sociais forjadas pelo crescimento populacional, deslocamento do eixo de produção mineral para a região amazônica, a economia ribeirinha como produtora de gêneros alimentícios social, Benchimol (2009), conclui que o futuro não ocorre por si mesmo. O seu fabrico é produto de ação planejada, aleatória ou intuitiva dos indivíduos e da sociedade política, econômica e juridicamente organizada. Com elementos e forças internas e sob influências conjunturais e estruturais do país e do exterior. Afirma também que é preciso expandir, inovar, descobrir e implementar novas opções e cadeias produtivas que completem o modelo e integrem o desenvolvimento em benefício das populações interioranas.

Ressalta-se a situação crítica do Brasil. O Relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior Departamento de Estatística e Apoio à Exportação, (SECEX/MDIC/dezembro, 2014), demonstra que Brasil encerrou o ano de 2014 com déficit na balança comercial.

Ancorando a análise nos estudos de Furtado (2009), o déficit na balança comercial é resultante de uma decisão muito simples. O dispêndio cresceu mais que a produção e demonstra que a população brasileira exerceu, certamente, um poder de compra superior ao que corresponde aos fatores de produção. Simplificando: o país produziu pouco, liberou recursos via linhas de crédito e financiamento e por meio de programas de transferência de renda. Internamente o país aumentou seu poder de compra e por não produzir forçou à importação.

A variação no nível do desenvolvimento econômico e social das regiões brasileiras evidencia que as decisões são tomadas a partir de interesses focalizados em não alcançar uniformidade no desenvolvimento do território nacional.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH, 2014, p.21) aponta que as 85 pessoas mais ricas do mundo tem a mesma riqueza que os 3.5 milhões mais pobres. A situação se agrava, quando a pobreza persiste e aumenta a desigualdade, como é o caso brasileiro. A desigualdade não só é injusta, como também afirmam estudiosos, pode afetar o bem-estar e a ameaçar a estabilidade política.

1.1.2 A Questão Social brasileira e o discurso político

Independente da abordagem conferida, a Questão Social (IANNI, 1991) está entremeada nos problemas de propriedade, na situação do índio e do negro, no sindicalismo e nas manifestações populares, legais ou não, na falta ou inadequação de habitação. Esses e outros temas que retratam a desigualdade social obriga o reconhecimento da Questão Social brasileira, que a partir do ano 2000, de forma mais explícita, passa a ser mensurada pela utilização de indicadores de desenvolvimento, recomendados por organismos internacionais, a exemplo dos constantes no documento que ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a serem alcançados até 2015 e que atualmente são contemplados em 25 programas e políticas do governo federal.

Até a década de 30, a questão social era tida como caso de polícia e na concepção de Ianni (1991), na atualidade, ainda persiste esse tratamento, como se observa na repressão ao sindicalismo e movimentos populares, reforçando sua tese de que foi no regime militar e populista que a situação se agravou. Destaca que a desigualdade brasileira é estrutural e antagônica. Encontra-se no campo e no espaço urbano. É uma das mais acentuadas do mundo. O desenvolvimento social não acompanhou o crescimento econômico.

O Brasil, como 7ª potência econômica do mundo ocidental, tem indicadores econômicos que se aproximam dos níveis dos países industrializados da Europa, enquanto os indicadores sociais, até início do século XXI, se aproximavam do nível dos países menos desenvolvidos do mundo afro-asiático.

A agenda internacional de compromissos firmada no ano 2000 produziu efeitos positivos no Brasil que em linhas gerais, vem destacando-se no cenário internacional. Ocorre que o nível de desenvolvimento geral não reflete a realidade de regiões e municípios brasileiros que ainda se encontram em situação de baixo desenvolvimento humano, social e econômico.

Dos 5.566 municípios brasileiros, 1.399 se encontram com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, baixo e muito baixo. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, as faixas de desenvolvimento se classificam em: muito alto (0,800 – 1,000), alto (0,700 - 0,799), médio (0,600 - 0,699), baixo (0,500 – 0,599) e muito baixo (0,000 a 0,499).

Em busca de melhor condição de vida, a migração interna no país em determinadas regiões, transfere a problemática do campo para a cidade. Os indivíduos apenas mudam as suas necessidades. Mas tanto no campo quanto na cidade a questão vincula-se às relações de trabalho. Ianni (1991) ressalta que esse é o contexto em que o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo tornam-se realidade cotidiana para muitos trabalhadores.

Atestando as afirmações de Ianni (1991), estão os dados do Amazonas. No período de 2000 a 2010 houve crescimento da população de 23,87%. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento da população urbana foi de 30,74%, enquanto a população rural foi de 3,28%. Mesmo com a queda no crescimento da população rural, no Estado do Amazonas estima mais de 750 mil pessoas na zona rural, o que corresponde a 21% de sua população⁵.

Há correntes teóricas defensoras de uma Nova Questão Social. O presente estudo é subsidiado na teoria que a Questão Social não é nova, ao longo do tempo ela assume como afirma Ianni (1991) características particulares em cada região do país e assume novas expressões.

⁵ A população estimada do Amazonas, IBGE (Censo 2010) é de 3.483.985 habitantes.

De acordo com Ianni (1991) as teorias sociais buscam explicação e solução para a questão social de várias formas. Desde ao tratamento da pobreza, como anormalidade. Destaca ainda que homens como Tobias Barreto, Gilberto Amado, impingem a causa da questão social à desorganização e maus costumes dos indivíduos e não analisa a forma como a sociedade se organiza. Essa vertente é a mesma que torna a vítima em culpada e alega que o crescimento é puxado para baixo, por conta dos pobres e desconsidera o tempo histórico, dividindo o país em dois brasis. Hélio Jaguaribe afirma Ianni (1991) parte da constatação de que a sociedade brasileira está organizada e prejudicada pelo dualismo social, de um lado uma sociedade atrasada e de outro alguns pontos de desenvolvimento.

A crescente reprodução da pobreza, comprometendo as perspectivas brasileiras, impõe as alternativas: adotar medidas de proteção social ou o caos. Nesse contexto, parte da sociedade atribui o pejo de fatalidade ou herança do passado e outra parte a reduz a problema de assistência social ou de violência. Essa forma da maioria criminalizar a questão social legitima a ordem social vigente, ou seja, as investidas do capital.

Em suas reflexões Ianni (1991) conclui que a história do Brasil e suas diversas fases, pode ser contada pelas formas de trabalho. Trabalho escravo de migrantes, modernização das relações trabalhistas, trabalho como santificação e fonte de prosperidade. No campo econômico o Brasil pauta suas políticas em modelo estrangeiro, bem como lê pela cartilha do capital internacional sem, contudo, possuir o mesmo nível de desenvolvimento dos países a quem quer acompanhar, submetendo sua atividade produtiva ao capital estrangeiro, sem investir em políticas sociais que possam dar conta da redução da desigualdade social. Nesse sentido, Ianni afirma que a mesma *fábrica do progresso fabrica a Questão Social*.

Americanistas como Salama (2011) afirmam que a forte desigualdade atravanca o crescimento e que o modelo de substituição de importação, adotado inclusive pelo Brasil, dificultou o desenvolvimento dos países periféricos, uma vez que sua capacidade de exportar produtos primários encontrou barreiras nas grandes

economias e não foi capaz de desenvolver um mercado interno forte, causando uma estagnação econômica nos países da América Latina, onde houve uma migração do campo para as cidades, provocando o aumento da pobreza nos centros urbanos.

Segundo Dilma Rousseff (Relatório ODM, 2014, p. 6) a implantação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, que marca os últimos governos brasileiros, caracteriza-se pelo crescimento econômico, com redução da pobreza e da desigualdade. Destaca o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda, que beneficia mais de 14 milhões de famílias brasileiras. Em suma, tem apostado nos programas de transferência de renda como recurso para a redução da pobreza e da desigualdade. Dilma Rousseff afirma, que o uso do Cadastro Único dos programas sociais, para propiciar o acesso da população às várias ações de apoio à inclusão produtiva, no meio rural e nas cidades é outra estratégia vencedora, que tem garantido uma verdadeira democratização das oportunidades no Brasil. O discurso se esvazia frente às declarações do Relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria de Comércio Exterior Departamento de Estatística e Apoio à Exportação, (SECEX/MDIC/dezembro, 2014),

Reconhecido os avanços sociais das últimas décadas, no entanto, de acordo com o PNUD (Atlas de desenvolvimento, 2013) o Brasil ainda é um país extremamente desigual. A razão dos 10% mais ricos / 40% mais pobres é de 22,780 com destaque para o Estado do Amazonas que apresenta o maior distanciamento, 33,550.

Não obstante ao discurso oficial de que o Brasil implantou nos quatro últimos governos, (2003/2006-2007/2010-2011/14 e o atual) uma política de inclusão social, de combate à pobreza e a desigualdade e com elevação da empregabilidade e do emprego, a economia brasileira destacadamente tem se fortalecido no setor financeiro.

A financeirização da economia que se caracteriza pelo mercado de capitais somada à ausência do Estado que emite títulos e se ausenta do setor produtivo,

desestimula grandes projetos agravando a situação do trabalho, contribuindo para o aumento da informalidade e fragilidade das relações de emprego que ficam reduzidos. Apesar de a financeirização fragilizar a economia, esse não é o maior problema. Os estudos de Salama (2011) apontam que o maior problema é a utilização dos resultados dos investimentos financeiros para o serviço da dívida pública ao invés de investimento em políticas de desenvolvimento.

Atestando as afirmações de Salama, estão os números do Portal da Transparência do Governo Federal. Com um Produto Interno Bruto – PIB, estimado em 2014 em mais de 4.8 trilhões de reais, somente R\$ 451.517.661,08 milhões, foram direcionados para o programa Bolsa Família, programa de maior destaque da Política de Combate à pobreza à fome e a desigualdade, enquanto 978 bilhões foram utilizados para o serviço da dívida pública.

A breve discussão sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento e a demonstração da alocação de recursos, evidencia a opção brasileira para o desenvolvimento abrindo caminhos para discutir a atual situação do desenvolvimento social, à luz dos Programas Internacionais de Desenvolvimento, em especial os encampados pela Organização das Nações Unidas, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no Estado do Amazonas.

1.1.3 O desenvolvimento da Região Amazônica em relação à opção brasileira pelo modelo de desenvolvimento.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Amazonas até 2030, apresentado pela Secretaria de Planejamento de Estado do Amazonas – SEPAM/GTPE demonstrou que no período de 2003 a 2010, a economia do Estado cresceu mais que a economia do Brasil, com um salto de 274% de crescimento enquanto que em período equivalente, o Atlas de Desenvolvimento Humano registra

que o Estado reduziu apenas 17% na situação de vulnerabilidade⁶ à pobreza. Em 2000 68,38% da população se encontrava em situação de vulnerabilidade e em 2010 esse percentual reduziu para 51,78%. A relação entre essas duas variáveis, o crescimento da economia e a redução da situação de vulnerabilidade à pobreza, demonstra a valorização do desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social na região.

A desigualdade entre o Brasil-Amazônico subdesenvolvido e o adiantado Centro-sul, afirma Batista (2007) é cada vez mais gritante e tem raízes na ausência, pouca oportunidade, educação ineficiente ou mal orientada. O autor corrobora com afirmações de pesquisas, que tratam sobre aspecto sociocultural do desenvolvimento, focando na educação, demonstrando que uma das principais falhas das agências de desenvolvimento regional, que atuam em âmbito federal, tem sido o descumprimento do aspecto sociocultural e que na maioria dos casos, após longos anos de execução, não registra índice sensível de melhoria do homem regional. A histórica disparidade econômica e social entre as regiões brasileiras evidencia a necessidade de um modelo de desenvolvimento que possibilite aos Estados e regiões atingir um mesmo nível de desenvolvimento social, valorizando as potencialidades e as particularidades de cada local, no âmbito de um desenvolvimento social global, na perspectiva de uma heterogeneidade possível⁷.

6 Vulnerabilidade à pobreza. Segundo a PNAS (2004), é a situação decorrente da privação ou ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços, públicos, dentre outros).

7 Heterogeneidade possível. (Ver Sposati (**Seguridade Cidadã: os múltiplos desafios para a institucionalidade social da América Latina** In: SONIA FLEURY, JOAN SUBIRATS e ISMAEL BLANCO.(orgs.).RESPOSTAS LOCAIS A INSEGURANÇAS GLOBAIS: INOVAÇÃO E MUDANÇA NO BRASIL E ESPANHA. Fundação CIDOB, 2008,Espanha). Disponível em http://www.fgv.br/Mailing/SemanaFGV/2011/Ano%20VIII_N%C2%BA332/Livro-Respostas-Loais-a-Insegurancas-Globais.pdf.

1.2. SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO, NA CF/88.

A década de 1980 marca profundamente o cenário político e social brasileiro. Culmina nessa década o processo de redemocratização do país que entre outras conquistas, restitui o voto direto para presidente da República.

No campo econômico, está em alta o endividamento externo e a dificuldade de negociar as dívidas. Lendo a cartilha do Fundo Monetário Internacional o Brasil mantém uma política ortodoxa, com corte de gastos públicos e aumento da arrecadação. Para dar conta do serviço da dívida pública, o ano de 1990 alcançou a hiperinflação de 1.794,86%, reduzindo o poder de compra dos assalariados e atingindo negativamente, a maior parcela da população, os mais pobres.

Nessa década, são implementados planos visando à reforma monetária e econômica. Com o crescimento e o desenvolvimento estagnado fica conhecida, do ponto de vista econômico, como a década perdida. Do ponto de vista político, materializa-se a Constituição Federal de 1988, dando fim à ditadura. A Constituição Federal de 1988 surge como conquista dos movimentos populares, liderados por ativistas dos direitos humanos, movimentos sindicais, grupos religiosos.

Em 1989 o povo elege, pelo voto direto, o seu representante maior. Fernando Collor de Melo é elevado à presidência do Brasil. Encampa a bandeira da abertura de mercado e da desestatização, ergue a bandeira contra a corrupção e contra os altos salários de funcionários públicos. Collor não foi capaz de cumprir sua plataforma de governo e sofre processo de impeachment. Itamar Franco, então vice-presidente assume a presidência do país. É substituído por Fernando Henrique Cardoso, que pelo voto popular derrota Luiz Inácio Lula da Silva em 1994.

Com o fim da guerra fria, na década de 1990, o modelo neoliberal é incorporado por muitas economias mundiais fortalecendo a globalização econômica. O Brasil realinha suas políticas externas e internas ao Consenso de Washington,

que determina os caminhos na nova ordem mundial. Valorizando a política econômica, o novo governo brasileiro lança o Plano Real e com ele nova moeda. Estabiliza-se a economia, aumenta o consumo, privatizam-se empresas, entre elas o sistema de comunicação. No campo político aprova-se a emenda que possibilita a reeleição para os cargos executivos o que permite a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

Após o curto período de crescimento no primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso toma posse para o segundo mandato, com inflação em alta e forte recessão econômica. Cai o consumo e aumenta o desemprego. Acaba a equiparação do Real ao Dólar. O governo contrai novas dívidas com o Fundo Monetário Internacional. Empréstimos liberados sob a condição de adotar rígido controle dos gastos públicos e aumentar as taxas de juros.

No âmbito das políticas sociais, o governo de Fernando Henrique Cardoso, adota o modelo de uma corrente ideológica denominada Terceira Via. Esse modelo foi discutido desde 1970, quando Fernando Henrique Cardoso e outros economistas mundiais buscavam alternativas de desenvolvimento que interessasse a vários países, como resposta ao rompimento com o socialismo. As propostas atendiam ao neoliberalismo, ou seja, desregulamentação e desestatização da economia. Mello (2006, p.339) afirma:

Dentro do processo de desregulamentação, os dois mandatos de Cardoso representaram a intensificação da retirada dos direitos trabalhistas, sob o pseudo-argumento da necessidade da flexibilização das relações de trabalho, (...) demonstrou profundo desprezo por tudo que é público, refletida em sua insensibilidade crônica aos problemas sociais (...).

Nesse modelo de gestão as políticas sociais foram focadas no combate à miséria. Em linhas gerais, apesar de ter alcançado relativo sucesso na Inglaterra, o modelo econômico e social perdeu força após o Governo de Margareth Tacher. No Brasil, a marca desses modelos exemplifica-se, no âmbito social, no Programa Comunidade Solidária, assegurado legalmente pela MP 813/95, de 1º/01/95, no artigo 12. Essa Medida provisória suspende a Política Social vigente à época da Assistência Social, rompe-se o direito social para vigir um programa pautado na

solidariedade e na benemerência. A sustentação desse programa exigiu posteriormente, a criação do Fundo de Combate à Pobreza.

No Brasil, o modelo neoliberal declara os limites do Estado e a necessidade de fortalecer a sociedade civil no enfrentamento dos problemas sociais. Aos limites de ação estatal, incentiva-se a criação de espaços públicos, não estatais e formas inovadoras de mobilização e parcerias entre o governo e as diversas formas de organização da sociedade civil.

Idealizado por Ruth Cardoso, o programa Comunidade Solidária marcou a Política Social no final da década de 1990 e início de 2000, período em que surgiram também programas como Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, cada um em ministérios diferentes. O objetivo do Programa Comunidade Solidária era: contribuir na articulação da sociedade brasileira, mobilizando recursos, técnicos e financeiros para o combate eficiente à pobreza e à exclusão social (PERES, 2005).

A criação do Programa Comunidade Solidária é fruto da análise política de Ruth Cardoso para quem a sociedade brasileira estava mobilizada para definir e contribuir na execução de políticas sociais, no entanto essa mobilização é fragmentada e dispersa, o que dificultaria a comunicação entre o Estado e a sociedade. Assim o Programa Comunidade Solidária se coloca como intermediador desse diálogo, atuando em duas frentes: articulação e interlocução entre o Estado e a sociedade civil, por meio do Conselho Comunidade Solidária, chamando as organizações não governamentais para desenvolver projetos com vistas ao desenvolvimento social e através da secretaria executiva de Governo, que mantém agenda de implementação de políticas municipais de combate à pobreza, nas regiões mais pobres.

Dados apontados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, mostram que a atuação do Governo de Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1993 e 2002, reduziu de 89.683.859 para 81.663,555 a população pobre no país. Num primeiro momento, a redução da pobreza ocorreu graças ao controle da inflação no primeiro

governo, que possibilitou ganhos para a população mais pobre, mas perdeu força no segundo governo, quando aumentou o desemprego e a consequente perda na renda da população mais pobre.

Enquanto a população mais pobre era beneficiada com a ação da Comunidade Solidária ocorria também a expansão de espaços públicos privados, principalmente as ONG,s, Peres (2005) afirma que o grande capital era altamente favorecido com as elevadas taxas de juros pagos pelo Governo e pelas privatizações, reforçando a tese da financeirização da economia, conforme Chesnais (2005). Dessa forma, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, cumpre os pressupostos dos financiadores internacionais da economia brasileira. A redução no número de pessoas pobres 'demonstra avanços sociais' e coloca o Brasil em dia com os compromissos assumidos na agenda internacional, mas evidencia a ausência de inovação.

A Questão Social no Brasil, segundo Ianni (1991), continua moldada ao tradicionalismo e prevalece a desigualdade na sociedade brasileira. Para Mello (2006, p. 341) a concentração de renda e o aumento do desemprego foram as marcas registradas das desigualdades que fizeram do governo um campeão das injustiças sociais.

No âmbito das políticas sociais, o governo de Fernando Henrique Cardoso aumentou a desigualdade na distribuição de renda e a dependência ao Fundo Monetária Internacional. Destaca-se, porém, no segundo mandato a reforma na Educação com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) e novos parâmetros curriculares.

Apesar dos avanços políticos e sociais alcançados pelo Brasil, a partir do final da década de 1980, o novo ordenamento jurídico, a CF/88, não efetivou medidas capazes de suprir as necessidades sociais. A proposta neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso atravancou a efetividade dos dispositivos legais, que garantiam aos brasileiros a assistência à saúde, a alimentação, o trabalho, a

moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à família e a assistência aos desamparados. (CF/88 art. 6º)

A materialização das políticas sociais nesse Governo, para Baruffi (2009), sob o discurso da inovação e da coparticipação da sociedade civil, também prevista pela CF/88, se fez pelo método tradicional, pela benemerência e pouco na perspectiva do direito. A amplitude dos dispositivos constitucionais, aliada às propostas neoliberais, que operam pela redução do Estado, se mostrou como imensos desafios para a efetividade dos direitos sociais.

O Brasil entra no terceiro milênio, ano 2000, com uma população de 169.798.885 habitantes dos quais 12,4% dessa população, o que corresponde a mais de 21 milhões de pessoas, em situação de extrema pobreza e 27,90%, o que corresponde a mais de 47 milhões de pessoas em situação de pobreza (ATLAS, 2013).

No Amazonas, a população no ano 2000 era de 2.812.557 habitantes dos quais 27,13%, o que corresponde a mais de 763 mil pessoas, em situação de extrema pobreza e 48,50%, mais de 1.300.000 milhões de pessoas em situação de pobreza (ATLAS, 2013).

Em dez anos – 2000 a 2010, a população brasileira saltou para 190.755.799,000 de habitantes, dos quais 6,2% continuam em situação de extrema pobreza e 15,20% em situação de pobreza. Nesse mesmo período a população do Estado do Amazonas aumentou para 3.483.985 habitantes, com 573 mil pessoas em situação de extrema pobreza e acima de 1 milhão em situação de pobreza

De acordo com relatórios oficiais as metas internacionais de combate à pobreza vêm sendo alcançadas, no entanto na contradição entre a política econômica e a efetividade das políticas sociais, persiste a desigualdade social.

Ao analisar o desempenho das políticas sociais brasileiras, Yazbek (2013) observa que o Estado brasileiro, como outros da América Latina, se constitui como aliado da burguesia, atendendo à lógica de expansão do capital e se situa como estratégia de gestão da força de trabalho, desde a década de 1930, modificando conforme a conjuntura do momento. Não obstante às políticas neoliberais fincadas no Brasil, a compreensão do processo de constituição e desenvolvimento das políticas sociais, na sociedade capitalista contemporânea, as políticas de natureza socioassistencial, impulsionadas pela CF/88, vem alcançando centralidade da agenda social brasileira.

Em várias partes do mundo Pereira (2000, p.56) houve o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações voltam-se aos cortes de programas sociais à população de baixa renda, à diminuição dos benefícios da seguridade social e a criminalização da pobreza. Ocorrendo com isso os incentivos as praticas tradicionais, clientelistas, a filantropia social e empresarial, a solidariedade informal e aos assistencialismos revestidos de práticas alternativas e inovadoras, no combate a pobreza e a exclusão social.

A política neoliberal se desenvolve incentivando a expansão dos serviços sociais pela sociedade civil organizada, estimulando a redução de impostos, corte de gastos públicos, elevação de juros e a abertura de mercado. Medidas mais econômicas que sociais, que tem reduzido a capacidade produtiva no país.

As políticas distributivas que marcam o governo atual e o anterior deveriam estar acompanhadas de investimento reconfigurando as relações do Estado com o mercado, onde se inscreve as oportunidades e as relações de emprego e renda. Faleiros (2003) ressalta que no início do seu governo, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente eleito em 2003, divulgou um documento citando a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis, mas enfatiza que somente é possível a partir do desenvolvimento econômico.

O seu primeiro compromisso, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas, expresso no ajuste fiscal, reforma tributária e da previdência, evidencia uma continuidade do plano de governo de Fernando Henrique Cardoso. As privatizações aconteceram com outro formato. É o caso do incentivo para ingresso no ensino privado, por meio de bolsas de estudos, exemplificado em Manaus, pelo Programa Bolsa Universidade.

Na categoria trabalho, prejudicada pela baixa escolaridade, a precarização e a desregulamentação, que marcou o governo anterior, incentivam a informalidade que reproduz a pobreza e a desigualdade. A precarização do trabalho encontra bases na distorção da legislação que cobra mais impostos do trabalho do que do capital. De acordo com Wanderley (2000), na América Latina a Questão Social remonta ao período colonial, continuada pela dominação burguesa e se metamorfoseia conforme o momento do capital, que orienta ou desorienta as relações de trabalho e centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social e que o aumento da pobreza é ocasionado na América Latina, por efeito da globalização.

Na perspectiva dos direitos sociais, como tentativa de resposta às desigualdades e injustiças sociais, afirma Baruffi (2009): A amplitude dos dispositivos constitucionais, aliada às propostas neoliberais, que operam pela redução do Estado, se mostrou como imenso desafio para a efetividade dos direitos sociais. A afirmação do jurista Baruffi (2009) sobre a abrangência da questão social encontra fundamentos nas afirmações de Wanderley (2000),:

A origem da questão social na América latina e Caribe encontram-se inicialmente com o tema indígena, que deve ser vista no contexto da globalização e no respeito às diversidades; a formação do estado nacional pelo regime de colonização que incutiu nos colonizados o sentimento de inferioridade em relação ao Outro. A questão dos negros e a situação da mulher, que também se relaciona com a formação nacional. A situação rural na composição da questão social é bastante complexa e segundo Wanderley recobre necessariamente as realidades antes elencadas – indígena, negra, feminina e por último a situação dos operários, na sociedade urbana industrial.

No contexto de interesses políticos e econômicos Wanderley (2000) destaca o discurso do desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável e a ineficácia das propostas internacionais de combate à pobreza, destacando o Programa Comunidade Solidária no Brasil e o Pronasol no México⁸.

Com a centralidade na situação do trabalho e do salário Wanderley (2000) reafirma que a concentração de riqueza e do poder e o aumento das classes mais pobres, resta configurada a continuidade da Questão Social original que não foi superada, apenas se transformou e requer ação integrada de âmbito internacional, no sentido de minimizar os efeitos negativos de uma globalização com duplo interesse. Ocorre que não obstante as políticas sociais, mesmo reduzidas à transferência de renda e um pouco mais que isso, na América Latina essas contribuíram para minimizar a pobreza, mas a situação da maioria dos países é bastante precária.

Ao arguir que a Questão Social é difícil de ser superada, Wanderley (2000) considera a necessidade de um compromisso social ativo e de esperança, baseada numa utopia, isto é, a possibilidade da humanidade e dos povos latino-americanos serem capazes de compreender, explicar e mudar a realidade social.

Na perspectiva do atual governo brasileiro, a presidente Dilma Rousseff declara que o modelo de desenvolvimento inclusivo e práticas democráticas de governança das políticas sociais, adotados pelo Brasil, tem resultado em tecnologias sociais que se tornaram referências globais, a exemplo do combate à pobreza. O Programa Bolsa família, carro chefe dos programas sociais na atualidade, promove transferência de renda, para mais de 14 milhões de famílias e permitiu o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, no seu primeiro mandato que se concretiza por via da articulação de diferentes políticas.

Registram-se avanços sociais alcançados pelo Brasil desde a Constituição de 1988. Redução da pobreza, acesso à escola, melhoria na saúde, acesso à moradia,

⁸ Programa de destaque na Política Social do México, no período de 1988 a 1984.

preocupação com as questões ambientais. No entanto o passivo social ainda está longe de ser liquidado.

Os processos de luta e mobilização social no Brasil culminaram na Constituição Federal de 1988, voltada para o sentido da justiça social. Os capítulos iniciais trata sobre a dignidade humana, os valores sociais, a construção de uma sociedade livre, livre e solidária, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais e confere atenção à função social da propriedade rural. Destaca-se aqui o Art.6º que trata dos Direitos Sociais. Salienta-se que à redação do texto original de 1988, foi incorporado pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000, o item moradia. Na ampliação dos Direitos Sociais, Emenda Constitucional nº 64, de 2010, inclui a alimentação.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Na perspectiva do direito e sob os pressupostos da justiça social, destaca-se a questão do salário mínimo que deveria, segundo a CF/88 ser suficiente para atender os brasileiros assalariados em suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. Ainda, para finalizar a introdução desse item, destaca-se o Art. 193: A ordem social tem como base o primado do trabalho, o bem-estar e a justiça social.

Não obstante os avanços sociais a partir da Carta Magna de 1988, a materialidade dos direitos que no recorte metodológico desse estudo foram privilegiados: saúde, educação e o trabalho, ainda, concretamente não faz parte da vida da maioria da população brasileira, a exemplo das populações de municípios do interior do Estado do Amazonas.

1.2.1 Rede de Serviços de Saúde no Amazonas

O plano Estadual de Saúde no Amazonas 2004-2005, que analisou os anos imediatamente anteriores, apontou para a concentração de serviços de saúde na capital e severo déficit nos municípios interioranos. Inferindo que expressiva parcela populacional ficava até aquele período sem cobertura dos serviços de saúde, considerando a indisponibilidade de ações/serviços no local de domicílio e as dificuldades inerentes, ao deslocamento e estadia em outra localidade.

Consta no Plano Estadual de Saúde 2012-2015 (3ª Revisão), da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas que em 2004 o Estado habilitou-se à condição de Gestor Pleno do Sistema Estadual, conforme PT GM/MS Nº 219/GM de 13/02/04. Neste mesmo ano transferiu 21 unidades básicas do Estado para a esfera municipal de Manaus. No ano seguinte, 2005, 10 municípios foram habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal – GPSM e 52 municípios responsáveis apenas pela Atenção Básica no Amazonas, incluindo a capital. Com essa medida cerca de 80% dos municípios do Estado assumiram a gestão da atenção primária em saúde, ficando o Estado com as ações de média e alta complexidade.

Em 2006, o Pacto pela Saúde, propõe ações que atendam a três dimensões: a vida, a defesa do SUS e a gestão o que acarretaria significativas mudanças no sistema gestão de saúde do Estado. Somente em 2010 foi publicada PT GM/MS N.º 716 05/04/2010 adesão ao Pacto pela Saúde. O Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011 que Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Regulamentada a organização do SUS, organizam-se com isso as ações e serviços de saúde em redes regionalizadas e hierarquizadas, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência aos usuários. O Plano Estadual de saúde 2012/2015, afirma que atualmente o Amazonas encontra-se em transição do modelo de Pacto pela Saúde para esse novo modelo de contratualização.

A rede física de serviços de saúde no Amazonas, cadastrada no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) compõe-se de 1.981 estabelecimentos de saúde, distribuídos na esfera pública e privada, no âmbito da gestão compartilhada.

Quadro 1 - Estabelecimentos de saúde no Amazonas, segundo o tipo de estabelecimento, por tipo de gestão e por esfera administrativa, 2013.

Estabelecimentos	Dupla	Estadual	Municipal	Total
Central de Regulação	-	1	1	2
Central de Regulação Médica das Urgências	-	-	1	1
Centro de Apoio à Saúde da Família - CASF	-	-	2	2
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	2	6	14	22
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	19	1	447	467
Central de Regulação de Serviços de Saúde	-	7	1	8
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	7	141	59	207
Consultório	8	306	238	552
Cooperativa	-	26	-	26
Farmácia	-	3	10	13
Hospital Especializado	4	16	2	22
Hospital Geral	36	31	10	77
Hospital Dia	-	-	1	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	1	1	2
Policlínica	4	22	29	55
Posto de Saúde	-	-	169	169
Pronto Atendimento	3	4	-	7
Pronto Socorro Especializado	1	2	-	3
Pronto Socorro Geral	1	3	-	4
Secretaria de Saúde	3	3	53	59
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	54	54
Unidade de Apoio de Diagnóstico e Terapia	1	83	39	123
Unidade de Vigilância em Saúde	1	1	34	36
Unidade Mista	5	1	2	8
Unidade Móvel Pré-Hosp. Urgência/Emergência	-	-	47	47
Unidade Móvel Fluvial	1	-	3	4
Unidade Móvel Terrestre	-	1	7	8
Telessaúde	-	1	1	2
TOTAL	96	660	1.225	1.981

Fonte: Plano Estadual de Saúde 2012-2015 (3ª Revisão). Dados do Ministério da Saúde – CNES/Dezembro, 2013.

De acordo com o Plano estadual de Saúde 2012-2015, do universo de 1981 estabelecimentos de saúde do Estado, 929 são privados, 878 municipais, 128 estadual e 48 federais. Quanto aos leitos de internação, totalizaram 6.285 dos quais sendo 5.035 leitos SUS. Note-se que a rede de estabelecimentos privados corresponde a 47% dos estabelecimentos enquanto 81% das internações ocorrem na esfera pública.

O quadro funcional da área da saúde no Amazonas compõe-se de 23.398 cargos, sendo 11.908 cargos estatutários, 7.275 regime especial 64 temporário, 3.974 quadro suplementar e 421 cargos comissionados sem vínculo, conforme informações dos Departamentos de Recursos Humanos da SUSAM e das Fundações de Saúde (dezembro 2013). Não incluem nesse contingente os cargos das cooperativas de saúde.

Quadro 2 - Quantitativo dos cargos (profissionais de saúde) da SUSAM e Fundações - 2013

Distribuição por cargo	Local de lotação							Total
	FCECOM	FHEMOA	FUAM	FMT-HVD	FHAJ	FHAJ	FVS/AM	
Médicos	1.186	89	30	43	76	66	2	1.492
Enfermeiros	812	55	20	14	32	60	23	1.016
Cirurgiões-Dentistas	415	4	1	2	0	2	1	425
Farmacêutico	81	8	1	6	2	2	0	100
Farmacêutico-Bioquímico	251	17	20	13	19	8	53	381
Assistentes Sociais	287	5	18	6	4	12	1	333
Fisioterapeutas	85	3	3	2	0	25	0	118
Fonoaudiólogos	12	0	0	0	0	0	0	12
Nutricionistas	44	1	1	0	1	4	0	51
Psicólogos	114	3	3	6	1	8	0	135
Sanitaristas	25	0	0	0	0	1	17	43
Terapeutas Ocupacionais	8	0	0	0	0	0	0	8
Outros profissionais	120	552	0	0	0	0	42	714
TOTAL	3.440	737	97	92	135	188	139	4.828

Fonte: Plano Estadual de Saúde 2012-2015 (3ª Revisão). Dados: DGRH, FCECON, FHEMOAM, FUAM, FMT, FHAJ, FVS.

O tratamento diferenciado dispensado à população indígena tem início a partir dos DSEIs que é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SasiSUS. Tem o objetivo de promover a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias, e desenvolver atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência com controle social junto à população indígena estimada no Amazonas acima de 168 indígenas.

O relatório da SUSAM aponta ainda, para a relação definida pelo SUS de leito/grupo de 1.000 habitantes. Considerando o indicador da Organização Mundial de Saúde que recomenda 2,5 a 3 leitos para cada 1.000 habitantes, Amazonas está abaixo da média nacional. Têm 1,32 leitos para cada 1.000 habitantes. A média nacional é de 2,36 leitos/1000 habitantes. O governo do Amazonas justifica que esse déficit de leitos é compensado pelo avanço em políticas avanço em políticas para

ampliação de centros substitutivos, como as casas da gestante e as Unidades de Pronto-atendimento (UPA).

1.2.2 A rede de Educação no Amazonas

O direito à educação é analisado nesse estudo, privilegiando a educação na zona rural. Em sua pesquisa Martins (2002), estudando a educação em município do interior do apresenta um panorama da Educação no início da década de 2000, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB e o Plano Decenal de Educação/MEC/1996, que propõe mudanças no quadro educacional e uma nova estrutura organizativa aumentando a participação dos municípios na organização e desenvolvimento do Ensino Fundamental. Instala-se no país a concepção de educação compartilhada entre a união, o Estado, os Municípios e a iniciativa privada.

Dentre as medidas adotadas para melhorar os indicadores de educação e também na perspectiva orçamentária, a nucleação escolar foi implementada em municípios amazonenses, a autora afirma que vencer as peculiaridades locais e inserir a zona rural ao processo educacional tornaram o desafio a ser alcançado pelas administrações municipais (MARTINS, 2002). A pesquisadora amazonense destaca em seu estudo sobre a nucleação escolar que:

A descentralização do ensino e sua vertente municipalizadora é uma tendência internacional que já havia sido questionada na Europa a partir da década de 60 e que está ocorrendo nos últimos anos em quase todos os países latino-americanos, configurando a estratégia modernizadora do neoliberalismo na educação. Assim, essa política de autonomia da escola pública através da descentralização administrativa da educação brasileira que propõe a descentralização e a autonomia da escola, cabendo ao Estado apenas a fiscalização dos resultados, torna-se uma proposta estratégica que encaminha e adapta a escola às exigências do mercado capitalista priorizando o desenvolvimento da produção e o aumento da competitividade. (p.79)

Essa alternativa buscava, segundo a nova proposta educacional, viabilizar a democratização da educação, aumento na qualidade da estrutura física dos estabelecimentos de ensino, redução no índice de evasão escolar e a presença de professores em sala de aulas da zona rural, com o mesmo nível de preparação que professores da área urbana.

O resultado esperado, de fato, segundo com o processo de nucleação escolar da zona rural era criar, segundo Martins (2002) no município mecanismos que induzissem maior concentração de alunos nas escolas núcleo com vistas a atender aos dispositivos legais impostos pelo Fundef para a obtenção dos recursos destinados à educação. Restando notório que o esforço que deveria ser empreendido para melhorar a educação, toma rumos diferentes ao tornar evidente que a preocupação nos investimentos orçamentários destinados à educação, pois é o custo médio anual por aluno que determina o valor total dos recursos que a escola receberá durante o ano letivo.

Dentre as mudanças significativas para melhorar a educação no Brasil, destaca-se também que em 2006 o Ministério da Educação estabeleceu a implantação do ensino fundamental de nove anos. Nesse cenário verificou-se em 2013 que na faixa etária de 6 a 14 anos, faixa de idade ideal para o ensino fundamental 9,6% das crianças não estavam na escola. Na faixa etária de 15 a 17 anos, idade ideal para cursar o ensino médio, 55,5% dos adolescentes e jovens amazonenses também não estavam na escola.

A situação da educação básica no Amazonas de agrava, quando se analisa a taxa de conclusão do ensino fundamental que é de 50,10%. Metade das crianças inseridas no sistema regular de ensino abandona a escola. No ensino médio esse percentual é de 48,2%. Considerando que apenas 45,5% da população adolescente e jovens está inserida na educação regular e que desse percentual apenas 48,2% termina um ciclo completo de estudo, cabe ao Amazonas, empreender esforços nessa direção.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira - INEP, com dados do IDEB (2013), o Amazonas ficou na 17ª posição, entre os 27 Estados do Brasil, quando avaliados os alunos dos anos iniciais, e na 14ª posição, no caso dos alunos dos anos finais.

O enfrentamento dos desafios de melhorar a educação básica no Amazonas, conforme dados do INEP, conta com uma estrutura organizada em 5.489 escolas, sendo 15 estabelecimentos de administração federal, 685 estabelecimentos sob a tutela do estado e 4789 sob a responsabilidade municipal. Destaca-se que das 4789 escolas municipais, 4519 estão localizadas na zona rural, o que corresponde a 93% das escolas municipais. Considerando as especificidades físicas e geográficas da região amazônica, a Secretaria Estadual de Educação lança mão de recursos tecnológicos, com o intuito de levar educação à todo o Estado.

De acordo com o portal da SEDUC-AM, aproximadamente 40 mil estudantes de mais de 3 mil comunidades estão tendo acesso ao ensino médio e fundamental, graças ao projeto “Ensino Presencial com Mediação Tecnológica” implantado em 2007 e que se desenvolve por meio de aulas ministradas de estúdios de televisão localizados no Centro de Mídias, em Manaus, em formato de teleconferência. Nas comunidades rurais atendidas, cada uma das salas de aula está equipada com um kit tecnológico composto por Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado microcomputador, webcam com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a laser e no break. A tecnologia permite que professores e alunos interajam como se ambos estivessem no mesmo espaço físico. Essa modalidade de educação funciona somente no turno da noite e as salas contam também com a presença de um professor capacitado para o projeto. Nas comunidades onde o sistema está implantado existe o serviço especializado de comunicação via satélite e carga horária é a mesma do Ensino padrão, com 800 horas/aula anuais, conforme prevê a Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

No respeito à diversidade, destaca-se a Educação Indígena. No Amazonas, são mais de 120 mil indígenas, dos quais, segundo a SEDUC, mais de 50 mil estão regularmente matriculados nas redes municipais e estaduais de ensino e recebem atenção específica. Como medida para assegurar a educação indígena, diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, de qualidade e que responda aos anseios desses povos o governo do Estado destaca o projeto Pirayawara, que já formou mais de 700 professores de educação indígena para atuação em escolas, que em sua maioria ficam localizadas nas próprias aldeias indígenas. O esforço empreendimento ainda não foi suficiente para garantir à população do Amazonas a obtenção de melhores índices de qualidade no ensino fundamental e médio.

1.2.3 Aspectos do trabalho e alimentação no Amazonas

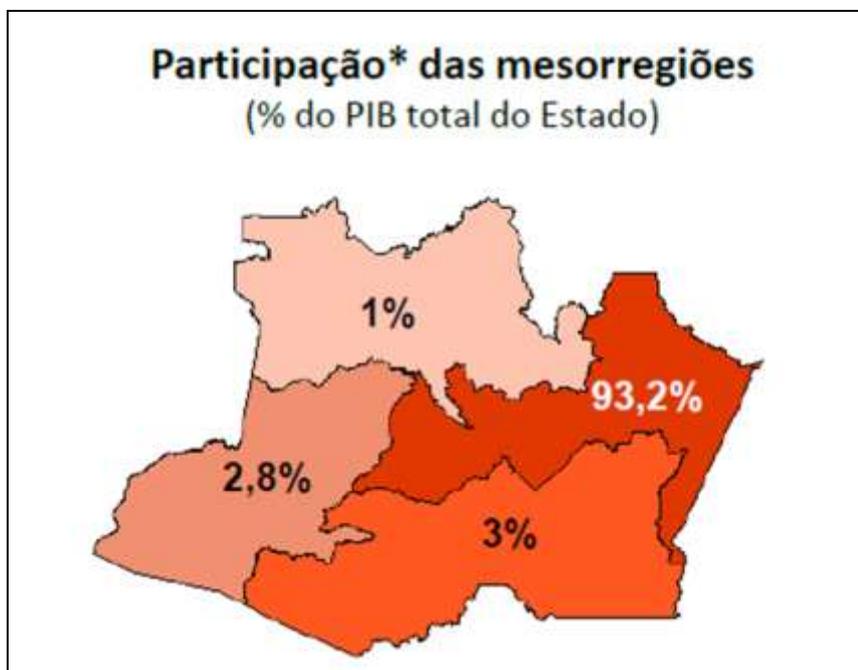
Um dos pressupostos da constituição federal/88 é que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

No Amazonas é notória a situação de vulnerabilidade na categoria trabalho, quando o Estado concentra o desenvolvimento econômico no trabalho no Polo Industrial de Manaus – PIM focado, principalmente, para a indústria eletroeletrônica, fortemente transnacionalizada e o polo de duas rodas (SUFRAMA/DEPI/DEPLAN/GTPE) e mais, concentra as demais atividades fora do PIM em quatro regiões regiões. Nota-se que 93,2% da geração de riqueza está na faixa de municípios próximos à capital, evidenciando as desigualdades internas do Estado.

O Estado reconhece também que a sustentação socioeconômica futura, exige necessariamente a ciência, tecnologia e a inovação, uma vez que o Amazonas é o espaço geográfico de maior biodiversidade do planeta e está sendo alvo da modernização socioeconômica. Uma forte capacitação em biotecnologia deverá promover o uso racional dos insumos da natureza e sua agregação de valor no processo produtivo (SEPLAN-Plano Estratégico 2030/SEPLAN/DEPI.). Embora o

governo contemple no Plano Estratégico até 2030, a capacitação em biotecnologia, o Estado ainda apresenta déficit no ensino fundamental.

Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB do Estado do Amazonas



Fonte: Extraído da apresentação SEPLAN - Plano estratégico 2030/SEPLAN/DEPI Utilizado também pelo Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas.

Para alcançar esse nível de competência, com vistas ao incremento do trabalho e, por conseguinte na geração de emprego e renda, requer investimentos e equipamentos, que ainda restam por ser implementados na região. Aliar educação ao trabalho é recomendação de Cattani (2005) para a superação da pobreza e da desigualdade. Cattani ressalta que no capitalismo moderno é inculcido no trabalhador que:

O trabalho passa, ainda, a ser símbolo da liberdade e da autonomia moral: pelo exercício das faculdades próprias, o trabalhador poderia suprir suas necessidades, participando da obra produtiva geral, ter acesso aos bens de consumo ampliados pelo crescimento industrial. Mais importante ainda, através do trabalho, estaria assegurada a mobilidade que permitiria a ascensão social. (Cattani, 2005, p.52).

Cattani (2005) promove uma reflexão bastante pertinente à proposta de pesquisa, que saindo de um todo, quando analisa vários países, e trazendo para o âmbito de um municipal, cristaliza uma situação que merece atenção. Mesmo quando certas nações registram expressivo crescimento econômico, os beneficiados foram grupos muito restritos. Socialdemocratas, populistas, nacional-desenvolvimentistas ou ditadores de ocasião, todos à sua maneira, tentaram impulsionar o crescimento industrial dentro dos marcos do capitalismo liberal ou cartorial – porém protegendo os privilégios e a lógica concentradora do capital. Em todos os casos, o resultado foi o mesmo: desigualdades entre ricos e pobres foram preservadas ou ampliadas.

Assim, promover trabalho sem educação, que por tese, deveria formar uma consciência crítica é a reafirmação da subordinação dos mais pobres e vulneráveis aos mais ricos, conforme ressalta Mello (2006). Para qual tipo de trabalho preparam-se os mais pobres?

Para o desenvolvimento de uma região é vital o papel das diferentes instituições, incluindo mercados e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debate aberto, incluindo mídia e outros meios de comunicação (SEN, 2010).

A perspectiva de desenvolvimento a partir das potencialidades locais esbarra em contradições dos fatores internos e externos, conforme ressalta Furtado (2009) e remete ao desenvolvimento do setor primário e do desenvolvimento das zonas rurais.

Recente palestra, proferida por ocasião do lançamento do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁹, Tomas Meireles, Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento, no Amazonas, referindo-se ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar -

⁹ Palestra proferida no dia 19/11/14, na escola do Legislativo da ALEAN, por ocasião do Lançamento do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

PRONAF. A operacionalização desse programa, lançado ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, necessariamente requer um agente financeiro. Como esperar que esse programa e, portanto a Política voltada para a zona rural, com todas as suas especificidades físicas e geográficas seja eficaz no Estado se mais de 40 municípios do Amazonas, não conta sequer com os agentes financeiros públicos, que nesse caso seria o Banco do Brasil ou o Banco da Amazônia? De que forma a população acessaria essa política?

A dinâmica do *modo vivendis* da população interior do Estado do Amazonas, conta com escassos estudos que efetivamente foram utilizados na fundamentação de programas governamentais e menos ainda em políticas públicas. Generalizar a situação da pobreza e da fome no Brasil ocasiona em distorção dos dados.

Do espaço de tempo em que Josué de Castro traçou a Geografia da fome, em 1956 até o lançamento dos mais recentes planos de governo de combate a fome extrai-se muitos exemplos de políticas sociais. A efetividade dessas políticas tem se mostrado de forma diferenciada nas regiões brasileiras, particularmente na Região Amazônica, ainda pouco respeitada em suas peculiaridades uma vez que o principal problema das políticas sociais brasileiras é manter um sistema linear de ações, ou seja, políticas iguais para um país com imensa desigualdade.

Contraopondo os estudos de Josué de Castro, que registrou precariedade nutricional da alimentação amazônica, o recente estudo de Ribeiro (2012), demonstra a riqueza da alimentação local que contribui entre outros fatores, para a longevidade da população, a exemplo da população do município de Maués onde a população de 50 mil habitantes tem o dobro da média nacional de pessoas com mais de 80 anos: 1% contra 0,5%. Segundo Ribeiro (2012), esses dados despertaram a atenção de pesquisadores das universidades brasileiras e da Espanha. O estilo de vida e a dieta da população, em particular, das populações tradicionais e moradores das margens dos rios: Eles se alimentam basicamente de peixes, proteínas de baixo peso molecular, gorduras não saturadas, derivados da mandioca e frutos da floresta. O fator nutricional influencia muito a alta expectativa

de vida dessa população. De acordo com Ribeiro (2012) a dieta amazônica assemelha-se às famosas dietas do Mediterrâneo e da Ásia – reconhecidas por diminuírem doenças crônicas e aumentarem a expectativa de vida. No segundo capítulo, será apresentada a estimativa do número de refeições diárias da população, que é indicador nesse estudo.

1.3 OBJETIVOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Em setembro de 2000, o reconhecimento mundial da desigualdade social é representado nas propostas de intervenção que constituem um acordo Internacional, denominado Declaração do Milênio conhecido por Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e acatadas por 191 países integrantes da Organização das Nações Unidas. Os signatários desse documento assumiram o compromisso da erradicação dos problemas que acentuam a questão social dentro de seus países e a cooperar com os países em situação de menor desenvolvimento.

A declaração refletiu acordos sobre direitos humanos e direito ao desenvolvimento, notadamente os presentes no Pacto pelos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, de 1966, na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento (Resolução 41/123 de 1986, da Assembleia Geral da ONU, e nos documentos finais das conferências mundiais sobre temas sociais da década de 1990).

A Declaração do Milênio deu origem a uma série de objetivos de desenvolvimento concretos e mensuráveis.

Tabela 1 - Objetivos e Metas de desenvolvimento até 2015, segundo os ODM.

Objetivos	Metas
Objetivo 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população em extrema pobreza.• Garantir emprego pleno e produtivo e boas condições de trabalho para todos, inclusive mulheres e jovens.• Reduzir pela metade, a proporção da população que sofre fome.
Objetivo 2 - Atingir o ensino básico universal	<ul style="list-style-type: none">• Garantir até 2015, que todas as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de estudo.
Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres	<ul style="list-style-type: none">• Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.
Objetivo 4 - reduzir a mortalidade infantil	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir a mortalidade infantil em dois terços, entre crianças até 5 anos de idade.
Objetivo 5 - melhorar a saúde materna	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna• Garantir o acesso universal à saúde reprodutiva
Objetivo 6 - combater AIDS, malária e outras doenças,	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir a propagação do HIV/AIDS• Garantir até 2010, acesso universal ao tratamento para HIV/AIDS para todos que necessitem.• Deter a incidência da malária e outras doenças causadas por insetos
Objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental,	<ul style="list-style-type: none">• Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais• Inverter a perda de recursos ambientais• Reduzir a perda de biodiversidade alcançando, até 2010, uma redução significativa nas taxas de perda.• Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente à água potável e ao saneamento básico e alcançando melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de subordinas.
Objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">• Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.• Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras previsível e não discriminatório. Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento.• Proporcionar o acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis.• Dar acesso aos benefícios das novas tecnologias, tais como tecnologias da informação e das comunicações.

Fonte: Celentano, 2010, p.11

O representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil, Jorge Chediek ressalta¹⁰ que a adesão do Brasil a essa agenda global, coincide com o ambiente renovado de compromisso da nação com a construção de uma sociedade menos desigual e mais justa, dando início ao processo de eliminação de passivos históricos no campo do desenvolvimento humano.

¹⁰ Relatório Nacional de Acompanhamento/ODM/IPEA/maio/2014, p. 11)

Assim, políticas e programas brasileiros estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 2 - Programas sociais brasileiros alinhados aos Oito Objetivos de Desenvolvimento – ODM.

8 ODM	Políticas Públicas/programas
Objetivo 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome	1. Programa Bolsa Família 2. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar 3. Proteção Social Básica
Objetivo 2 - Atingir o ensino básico universal	4. Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos 5. Ampliar a oferta de educação infantil 6. Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica 7. Atingir as médias nacionais do IDEB
Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres	8. Programa de autonomia econômica das Mulheres e igualdade de gênero 9. Pacto nacional pelo enfrentamento a violência contra a mulher
Objetivo 4 - reduzir a mortalidade infantil	10. Atenção básica a saúde 11. Mortalidade Infantil 12. Programa Nacional de imunização
Objetivo 5 - melhorar a saúde materna	13. Rede cegonha 1 – pré natal 14. Rede cegonha 2 – partos normais 15. Rede cegonha 3 – mortalidade materna
Objetivo 6 - combater AIDS, malária e outras doenças,	16. Programa nacional de doenças sexualmente transmissíveis 17. Malária 18. Dengue 19. Tuberculose
Objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental,	20. Abastecimento de água 21. Esgotamento sanitário 22. Resíduos sólidos
Objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	23. Programa micro empreendedor individual 24. Esforço fiscal e a receita corrente líquida 25. Simples Nacional

Fonte: Guia de Municipalização (PNUD, 2013)

A construção de uma sociedade mais justa e menos desigual passa necessariamente pelo reconhecimento e respeito às diferenças e pela formulação de políticas públicas suficientes para dar respostas às desigualdades, na perspectiva de uma heterogeneidade possível.

Forte expressão da desigualdade é a intensidade da pobreza. Estudos demonstram que no terceiro mundo a pobreza tem sido medida pelo limite da capacidade de reprodução da sociedade, o que traduz a pobreza absoluta e no primeiro mundo o indicador mais utilizado é o que identifica a renda média. É considerado pobre o indivíduo que recebe menos de 50% da renda média.

Para o Banco Mundial, o indicador utilizado para medir a pobreza é diferente, tanto dos países do terceiro mundo, quanto do primeiro. Para o banco, são pobres os que recebem até 2 dólares por dia e extremamente pobres os que vivem com menos de 1,25 dólar por dia. A insuficiência desses indicadores reside em desconsiderar as crenças, valores e a subjetividade dos indivíduos. Países com grande desigualdade necessitam recorrer a políticas pro-poor, nos momentos de crise, em face, de fragilidade das pessoas pobres. As desigualdades de renda e, com elas, a extensão da pobreza têm origens profundas que é possível situar ao mesmo tempo nos traços culturais, na história e nos diversos padrões de inserção dessas economias na economia mundial. À época do lançamento o Plano Brasil sem Miséria, estabeleceu R\$ 70,00 para a linha da extrema pobreza e o seu dobro para a linha da pobreza. Nos dias correntes, esses valores são de R\$ 77,00 per capita para a linha da extrema pobreza e R\$ 144,00 para a linha da pobreza.

A maior forma de exploração se encontra na modalidade de exploração dos indivíduos, centradas no controle de homens e terra. Mensurar a pobreza é tarefa difícil, levando em conta a diversidade dos diferentes modos de vida, das diversas formas de solidariedade entre, até mesmo, os membros de uma mesma família.

A utilização de um mesmo indicador para avaliar realidade diferentes, a exemplo de regiões com valores e padrões de consumo diferentes, da pobreza no campo e nas cidades é criticado por Salama e Valier (1997) . Por exemplo, é provável que as despesas de saúde, de transporte, etc. tenderão a ser maiores na cidade que no campo, dado o grau de poluição muito alto, a distância gigantesca a percorrer para chegar ao local de trabalho e outros fatores. Para superar essa dificuldade na análise o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD cria recomenda indicadores de qualidade complementares. Segundo os autores, a redução da pobreza e das desigualdades passa pela questão ética e deve ser concebida como direito social colocando a questão trabalho e renda como vetor de redução da pobreza.

Nesse contexto, há que se ressaltar a população das zonas rurais no Brasil que em 2000 foi estimada em 31.844.926 e em 2010 29.830.007. No Amazonas, essa população, é era de 705.335 no ano 2000 e de 728.495 em 2010. (Atlas do desenvolvimento 2013), em contraponto com déficit da política agrária.

A disponibilidade de indicadores sociais, segundo Jannuzzi (2002), potencializa as chances de sucesso das políticas públicas. Contudo, a formulação das políticas públicas não deve depender exclusivamente dos indicadores. Os diagnósticos, afirma Jannuzzi, por mais elaborados que sejam, são retratos parciais e enviesados da realidade, espelham aquilo que a visão de mundo e a formação teórica dos técnicos de planejamento permitem ver ou priorizam enxergar. A recomendação de Jannuzzi é garantir a participação e controle social. Observa-se timidez nos estudos e pesquisas que possam fundamentar políticas públicas para as populações rurais.

O capítulo seguinte traz a situação do município de Nova Olinda do Norte, com características de desenvolvimento, fundamentados na recomendação do PNUD, para a utilização de indicadores suplementares de qualidade, sob a égide do discurso da sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, que exemplificam a situação dos demais municípios do Amazonas, com exceção da capital Manaus.

CAPITULO II

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A pesquisa bibliográfica para fins deste trabalho indica que as formulações ideológicas sobre a Amazônia atravessam os aspectos da formação social, econômica, cultural e ambiental da região com peso sobre o Amazonas, que dentre os Estados formadores da Amazônia brasileira, tem a maior área de floresta preservada. A discussão sobre os conceitos de desenvolvimento social, sustentabilidade de desenvolvimento sustentável na região é marcada por forte apelo ambiental e econômico onde os indivíduos recebem maior responsabilidade que as instituições.

A discussão indica que o custo do desenvolvimento social da região é relacionado com o interesse de outras regiões do mundo em não modificar seu modo de viver, que aliado à baixa participação política da população, vem mantendo uma região tão farta de recursos humanos e naturais, com baixos níveis de desenvolvimento e incorporando modelos de desenvolvimento que denotam a insustentabilidade para os municípios do interior, com expressões de vulnerabilidades que poderiam ser superadas, com políticas voltadas para o interesse da região e de sua gente.

2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

A busca por um modelo de desenvolvimento que atendesse aos interesses econômicos e sociais resulta a partir da década de 1970 na multiplicidade de pensamentos e, por conseguinte, desperta o interesse convergente das várias ciências para assuntos relacionados ao meio ambiente e aos recursos naturais, que assumiram posição de destaque, nos discursos ideológicos e políticos mundiais.

Das abordagens dadas aos temas: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, Bellen (2006), destaca três correntes de pensamentos, com no mínimo 160 conceitos para desenvolvimento sustentável, o que evidencia a extensão das possibilidades e caminhos para se pensar um modelo de desenvolvimento, que atenda aos anseios e expectativas do Norte e do Sul, dos ricos e dos pobres.

Segundo Bellen (2006), a primeira corrente, cogita não existir relação entre crescimento econômico e degradação ambiental, sendo essa última, resultado da ineficácia da distribuição da riqueza. Nessa vertente se encontram os economistas defensores da teoria do equilíbrio. Uma segunda corrente opta pela otimização dos recursos naturais, discorda das ações locais e focalizadas, totalmente contrária à reciclagem e adota a bioeconomia. A terceira corrente, a que mais avançou, é a defendida, principalmente, por Ignacy Sachs, em cujo conceito de ecodesenvolvimento se inscreve a participação direta da população, ações locais, políticas de mercado integradas com os interesses sociais e necessária mudança no modo de consumo, são elementos indissociáveis para que haja o desenvolvimento de forma sustentável.

Ao abordar que o cerne da questão ideológica Silva (2010) afirma que está na diferenciação entre “desenvolvimento sustentável”, hegemonicamente propalado pelas forças do capital, e a “sustentabilidade ambiental e social”, enquanto imperativo ético e exigência para a superação do modo de produção capitalista, vertentes conceituais radicalmente opostas.

Dependendo da trilha ideológica seguida, cumprir-se-á o futuro da humanidade, pois, a ideologia de desenvolvimento imprime suas ações em nível global. Nesse aspecto, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que predomina nos grandes encontros nacionais e internacionais, ainda é o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, descrito no Relatório Brundtland (1987), como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras, satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Tal conceito não imprime limites à acumulação do sistema capitalista, apenas ameniza os impactos ambientais e sociais ocasionados pelo sistema.

Outro conceito que contempla a “sustentabilidade” de forma mais abrangente e dinâmica, é o conceito de Ecodesenvolvimento apresentando por Ignacy Sachs (2002), que engloba a sustentabilidade em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. Dentre essas dimensões, Sachs (2002) indica um desenvolvimento social abrangente com oportunidade de trabalho decente e inclusivo, diminuindo as distâncias sociais abismais que separam as diferentes camadas da sociedade.

Para Freitas (2003), a utilização da noção de desenvolvimento sustentável está imbricada nas diferentes e diversas contradições, que marcam as relações entre as economias mundiais. Destacando nessa relação a submissão dos processos políticos aos processos econômicos, a resistência declarada dos países ricos em não mudar seu ritmo de consumo e estilo de vida, a falta de horizontalidade nos avanços científicos e tecnológicos entre os países centrais e os países periféricos, a supremacia no controle das redes de comunicação e de informação pelo capital financeiro mundial. Evidencia-se uma desconexão entre a operacionalidade do conceito de desenvolvimento sustentável e as demandas sociais das populações mais pobres, retirando ainda, dessas populações, o controle sobre seus destinos.

O desenvolvimento sustentável, segundo Freitas (2003) aparece hoje, como o estado final de pilhagem do mundo ou de seus habitantes, ou, numa versão positiva, como uma saudável exploração comercial da natureza e da espécie humana.

A falta de organização, informação e até mesmo exclusão social e dos processos políticos, impedem a mobilização das populações regionais, a exemplo da Amazônia Pan-americana, para enfrentar situações expostas anteriormente, restando, no entendimento de Freitas, no comprometimento até mesmo do patrimônio sócio-histórico e cultural construído pelas gerações precedentes. Não

somente no Amazonas, mas também noutras regiões alcançados pelo capital globalizado.

Para Silva Freitas (2003) em geral, estes governos reforçam a ideologização binária, discriminatória e etnocêntrica do tipo: ocidente-oriente, norte-sul, pobre-rico, desenvolvido-subdesenvolvido, avançado-atrasado, responsável-irresponsável, típica de processos colonialistas. Como pudessem existir dois tipos de sustentabilidade: uma para os países ricos e outra para os países pobres.

2.2 DESAFIOS DO AMAZONAS FRENTE À AMAZÔNIA IDEALIZADA

De acordo com os autores anteriormente citados Freitas e Silva Freitas (2003), a superação da dualidade histórica, com que se interpreta a Amazônia, é um desafio imposto, entre outros Estados, ao Amazonas. Se por um lado, a região é vista pelos olhos dos viajantes, muito bem retratados por Gondin, colocando a região na condição de inferioridade intelectual e cultural do mundo, por outro buscam analisá-la em igualdade de condições definindo indicadores únicos, para um país de dimensão continental, que vai de regiões industrializadas como o ABC paulista até comunidades isoladas na Amazônia.

A consideração da existência de tempos e espaços diferentes e desiguais, que se cruzam sob a forma de forças articuladoras das dimensões globais da sociedade contemporânea, pondera Silva Freitas (1997) pode ser uma perspectiva inovadora para a análise da Amazônia no âmbito da globalização que produz e envolve diferentes movimentos e sentidos. Na Amazônia, os impactos desse processo confundem-se com os processos de domínio da natureza, de ocupação econômica, de fronteiras físicas e políticas, com reflexos na cultura e nas perspectivas de autodeterminação social, de interlocução mundial e, ainda, o imaginário universal.

Para a autora, quanto mais a Amazônia é considerada um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente e um banco genético planetário, mais as contradições pretéritas e presentes dos ciclos históricos da acumulação originária, do capitalismo internacional e da economia mundial ganham complexidade no plano local. Situar a Amazônia no âmbito da globalização contraditória implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas especiais.

Um mapeamento descritivo sugere Silva Freitas (1997) sobre a forma como se avalia a Amazônia, pode elucidar momentos e movimentos de montagem e de desmontagem de elementos dinamizadores das realidades ditas regionais. Enuncia a autora que é possível que ao final desse mapeamento das estratégias de desenvolvimento adequadas à nova divisão internacional do trabalho podem ser ilustradas como forças traduzidas em projetos que, ao serem acolhidos em processos mais amplos, abrem possibilidades de obtenção de resultados opostos aos desejados pelos seus promotores. A difícil tarefa de estudar o desenvolvimento social na região está atravessada pela ótica imperialista das políticas sociais nacionais e globais com ênfase nos interesses de conservação e preservação ambientais.

Dados extraídos dos Relatórios Dinâmicos - Monitoramento de Indicadores, do Portal dos Objetivos do Milênio, apresentam os seguintes dados do Estado do Amazonas. Em 2000, o Amazonas estava com 49,6% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00. Esse percentual reduziu para 33,3% em 2010, estimando-se mais 1.138.414 pessoas na condição de pobreza. No Estado, em 1990, 14,5% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. Em 2013, esse percentual reduziu para 9,6%. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 55,5% dos jovens estavam fora da escola em 2013. As pesquisas demonstram que no Amazonas as mulheres têm mais anos de estudos que os homens.

Em 1995 a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos era de 44,2 óbitos a cada mil nascidos vivos. Em 2012 houve redução de 54%, passando para 20 óbitos a cada mil nascido vivo. O número total de óbitos de crianças menores de 5 anos no período de 1995 a 2012 foi 32.491. Das crianças até 1 ano de idade, em 2010, 12,1 % não tinham registro de nascimento em cartório. Este percentual cai para 7,9% entre as crianças até 10 anos. O número de óbitos de crianças até 1 ano informado representa 69,5% dos casos estimados para o local no ano de 2011.

O número de óbitos maternos no período de 1996 a 2012 foi 772. A taxa de mortalidade materna máxima recomendada pela Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. A meta estabelecida para o Brasil é de 35 casos. Ainda é muito alta. O Estado teve de 1990 a 2012, 10.143 casos de AIDS diagnosticados; destes, 3.395 femininos e 6.748 masculinos. Entre 1990 e 2012, dos 62 municípios, 56 apresentaram casos de AIDS.

De acordo com o relatório por Portal dos ODM, em 1990, 79,2% dos moradores urbanos do Estado tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo. Em 2013, esse percentual passou para 80,1%. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário 55,8% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de esgoto adequada (rede geral ou fossa séptica), passando para 68,2% em 2013. Os relatórios não alisam a zona rural.

No ano de 2013, 42,7% de moradores urbanos não tinham acesso a microcomputador; essa proporção diminui para 32,7% se considerando o acesso a microcomputador com internet. No meio rural, esse percentual sobe para 91,4% sem acesso a microcomputador e se considerar computador com internet, sobre para 97,5%. A proporção de moradores com acesso a telefone celular, em 2013, no meio urbano, era de 85,6%; no meio rural, 23,7%. Nota-se na síntese do relatório, apresentado acima, a insuficiência de indicadores para analisar o Estado do Amazonas, com particularidades muito específicas.

Assevera Mello (2006, p.131), na ausência de políticas públicas orientadas para o fortalecimento das tradições locais, a globalização poderia levar ao domínio da cultura estadunidense. Mais que uma ameaça, a erosão das culturas nacionais dos países subdesenvolvidos neste contexto de economia neoliberal já é uma realidade.

As mudanças sociais esperadas com as políticas sociais implementadas a partir da agenda global de 2000, passam, inegavelmente pelo reconhecimento das desigualdades estruturais do país. Ressalta-se que a meta 7 dos Objetivos do Milênio: garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, é avaliada pelo indicador saneamento básico no espaço urbano.

No ano de 2012, Manaus, a capital do Estado do Amazonas ficou em 82º lugar no ranking de saneamento básico, numa pesquisa envolvendo 100 municípios brasileiros, realizada pelo instituto Trata Brasil, responsável por avaliar os serviços de saneamento das 100 maiores cidades brasileira. A pesquisa utilizou dados divulgados no Ministério das Cidades, no ano de 2010. Foi constatado que mais de 187,8 mil pessoas não têm acesso às redes de abastecimento de água e coleta de esgoto na capital Amazonense; e numa escala de notas de 0 a 10, Manaus ficou com a média de 3,29, sendo uma das últimas colocadas. O resultado desse estudo sobre Manaus, cidade com o maior nível de desenvolvimento do Estado, evidencia a gravidade da situação dos municípios do interior.

Representante da Secretaria para Assuntos Estratégicos do Governo Federal, Sr. Rafael Osório¹¹, admite que o sucesso dos Objetivos do Milênio alcançados pelo Brasil, não refletem a realidade das regiões do país, em particular, do Amazonas, tomando como exemplo o caso da saúde e da educação.

Conferir o mesmo tratamento para as regiões Sul e Sudeste e para o Norte é incorrer em erro certo. Mudar esse cenário implica na mudança de paradigmas e de

11 Palestra proferida no dia 19/11/14, na escola do Legislativo da ALEAN, por ocasião do Lançamento do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

valores. Analisando os aspectos dos valores, como convencer um médico, habituado ao ambiente urbano, cinema, teatro, estrada, acesso rápido a tecnologia, hospitais, clínicas e laboratórios equipados com tecnologia de ponta, a mudar-se para lugares distantes, para cuidar da saúde daquelas pessoas com valores e culturas diferentes? Aonde a internet não chega e o sinal para celular é precário. Como convencer um profissional de educação, após longos anos de preparo nas melhores academias, a lecionar em lugares onde o acesso à sala de aula está relacionado ao regime das águas e o abastecimento de energia é interrompido diariamente às 22 horas? Rafael Osório declara que saúde e educação não deveriam estar sujeitas à lógica do capital, mas fundamentadas nos valores humanos.

Analisando em Mello (2006), dimensão ambiental da globalização, onde se inscreve os Objetivos 7 e 8 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio encontra-se que o auto-desenvolvimento é um processo de mudança que deve se realizar de forma consistente com as necessidades presentes e futuras da sociedade centrada na cultura e nos valores.

As desigualdades no Amazonas são reflexos do modelo de desenvolvimento do País e fruto do desenvolvimento desigual e combinado¹². Para os 61 municípios do Estado, Corrêa da Silva (2012, p. 186), a capital Manaus, apresenta-se como o “moderno” com um parque industrial dominado pelo capital internacional em contraste com as regiões interioranas ligadas ao setor “tradicional”, chamado por muitos de primitivo ou pré-capitalista e não capitalistas e nesses municípios a dimensão da pobreza, mais que na precariedade de habitação, do transporte, se expressa na ausência de direitos, de possibilidades, de esperança, negligenciando a até mesmo a Constituição Federal.

Ao afirmar que o desenvolvimento requer sejam removidas as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades

12 O desenvolvimento desigual e combinado; Teoria formulada pelo marxista russo León Trotsky. Significa a incidência de manifestação de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico. Ocorre, principalmente, em países periféricos, nos quais um setor extremamente moderno da economia coexiste, de forma intencional combinada com setores elementos extremamente atrasados.

econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos (...). A despeito dos processos globalizantes, o mundo (SEN, 2010), nega liberdades elementares a grande número de pessoas, e às vezes até a maioria.

O estudo não discute os vários tipos de liberdade e atem-se a liberdade substantiva, que se relaciona, segundo Sen, com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.

A declaração de Rafael Osório (SAE) vem ao encontro das afirmações de Sen (2010, p.23), sobre como faz diferença adotar a visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas.

A exemplo da falta de liberdade no Amazonas destaca-se a recente palestra¹³, proferida por ocasião do lançamento do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Tomas Meireles, Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, no Amazonas, referindo-se ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. A operacionalização desse programa, lançado ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, necessariamente requer um agente financeiro. Como esperar que esse programa e, portanto a política voltada para a zona rural seja eficaz, se mais de 40 municípios do Amazonas, não conta com os agentes financeiros públicos, que nesse caso seria o Banco do Brasil ou o Banco da Amazônia?

O estudo de Salama e Valier (1997) subsidia a abordagem conferida ao problema em questão - produção e reprodução social, a partir das políticas liberais e neoliberais. Quando esses autores analisaram o Brasil na década de 1990, encontraram mais de 40 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Passou-se 10 anos até o momento em que o Brasil tornou-se signatário do Acordo

13 Palestra proferida no dia 19/11/14, na escola do Legislativo da ALEAN, por ocasião do Lançamento do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

Internacional, que previa redução da pobreza até 2015. Do momento em que assumiu o Compromisso numa Agenda Internacional o Brasil implementou diversos programas de combate à pobreza, alguns exitosos, outros não. O certo é que segundo Atlas de Desenvolvimento Humano dos 190 milhões de brasileiros (Censo, 2010), 6,62%, mais de 12 milhões de pessoas ainda se encontram em situação de extrema pobreza, evidenciando a morosidade do Estado Brasileiro em agir frente à questão, que só o fez no ano de 2000, forçado por uma agenda de compromisso internacional.

Partindo da concepção desses autores, as políticas sociais liberais, apresentam características que atualmente são reproduzidas no Amazonas. Políticas sociais orientadas para os 'extremamente' pobres destinadas a garantir às populações mais vulneráveis um mínimo de serviços de primeira necessidade e de infraestrutura social. Políticas sociais de assistência-beneficência e de privatização. A desigualdade e a pobreza são condições que necessariamente não precisam estar juntas.

Ações governamentais previstas nos Planos de Aceleração do Crescimento – PAC, dos dois últimos governos do país, trouxeram avanços significativos para as populações mais pobres que aliada às orientações dos organismos internacionais, promoveram a elevação de renda dos mais pobres. Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado no cenário internacional, a partir de suas políticas de distribuição de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, que mantém somente no Amazonas mais de 353.931 famílias beneficiárias.

Na perspectiva dos Índices de Desenvolvimento humano Municipal – IDHM, 7 municípios amazonenses estão com IDHM muito baixo (até 0,499), 40 municípios classificados como baixo (entre 0,500 e 0,599), 14 municípios se classificam por médio (entre 0,600 e 0,699) e somente a capital Manaus está com IDHM de 0,737, considerado alto .

Na implantação dessa política orientada de assistência-benfeitoria, observa-se que o Banco Mundial e alguns governos de países subdesenvolvidos recorrem com frequência a organizações não governamentais, como instancias intermediárias fundamentais tanto para identificar os grupos menos favorecidos quanto para distribuir as ajudas e por fim, na esfera municipal, esses autores apontam que as políticas sociais são descentralizadas e recorrem à participação popular ao mesmo tempo em que denunciam uma longa tradição histórica que faz do nível local o espaço privilegiado da caridade, em oposição ao nível nacional que se torna o dos direitos sociais.

Avaliação do desenvolvimento social do Amazonas, na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, esbarra em algumas incapacidades. A primeira delas é que vários municípios não aderiram, à municipalização dos ODM e as 25 políticas ou programas federais selecionados pelo Governo Federal, para estarem alinhadas aos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e por não terem possuírem registros locais totalmente confiáveis.

Isto posto, as metas definidas no Acordo Internacional de 2000, são acatadas no sentido de referenciar as ações públicas, no entanto não dão conta dos dados e portanto ainda necessitam melhorar o sistema de coleta de dados, em particular, no interior do Estado do Amazonas, onde a sustentabilidade histórica da relação homem x natureza encontra desafios frente à necessidade do desenvolvimento sustentável a partir do atual modelo de sociedade capitalista.

2.2.1 A Questão Socioambiental: O Amazonas no contexto mundial

O embate sobre os critérios para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável permanece em constante mutação e não registra posição definitiva, que possibilite alterar o atual sistema de produção. Logo, o capital continua, segundo Morin (2002), impondo a modernidade de maneira perversa, aos países periféricos e a reproduzir as contradições sociais e ambientais. Surgindo uma nova discussão no

cenário mundial, a “questão ambiental”, conceituada por Silva (2010) como o conjunto das manifestações destrutivas da natureza, cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade, e seus desdobramentos sociopolíticos.

Tais manifestações negativas resultam, principalmente, dos países capitalistas desenvolvidos, que esgotam suas reservas de matérias-primas e de energia, e por consequência subordinam as reservas de outros países, evidenciando as desigualdades entre campo e cidade, entre países do Norte e do Sul. Eriksson (1997) ressalta que “a sociedade não caberia o” direito de apostar com o futuro da humanidade, tal como fez a geração industrial através do balanço nuclear, e do seu domínio nas trocas com o sistema natural, visto que os recursos naturais são finitos, se não forem gerenciados com precaução.

Os impactos sociais e ambientais à vista do capital, são simplesmente desconsiderados. O que se percebe na visão de Altieri (2013), é a nítida falência do modelo industrial de agricultura manual, substituída pelo agrocombustível, dada a acentuada dependência do petróleo para funcionar e por consequência, a elevação no preço do combustível é mais importante, que o crescente aumento no preço dos alimentos e o aprofundamento da pobreza.

Para o modo de produção vigente a questão ambiental se constitui em uma problemática a ser resolvida nos critérios do capital e somente quando a situação impede o seu avanço, é que este determina se um recurso natural está em situação de escassez, promovendo a substituição deste por outro que mantenha o preço do produto competitivo, e a economia ecológica, que se serve de explicações por economistas ambientais, apenas para justificar relações abusivas da indústria em relação à natureza. Logo, tanto a economia ambiental quanto a economia ecológica, segundo Lima (2004,p.121) proporciona vantagem econômica para os poluidores e o uso de recursos ou espaços públicos para contemplar interesses privados. Dispositivos são incutidos no mercado como a chamada responsabilidade ambiental, presente nos balanços sociais no qual, as empresas expõem em valores os

investimentos para minimizar os impactos ambientais provenientes de suas atividades comerciais.

Os investimentos têm se mostrados ínfimos, quando comparados aos danos reais causados à natureza e à população que por vezes usufruem de recursos naturais como o consumo de água de lençóis freáticos, de qualidade duvidosa. Daí o questionamento: quanto vale uma fonte de água poluída, poderia os valores monetários restabelecer na sua totalidade o bem natural contaminado, qual seria o custo real para as gerações futuras?

Retoma-se Silva (2010) para registrar que a educação ambiental é uma ferramenta utilizada pelo capital para enfrentamento da questão ambiental, ancorada na ideia de “desenvolvimento sustentável”. Propaga uma nova relação ética entre sociedade e natureza, porém, não gera a consciência crítica para que a sociedade possa questionar o sistema de produção capitalista.

Isso não quer dizer que atitudes individuais como a reciclagem, reutilização e redução no consumo, mudanças tecnológicas e que a luta ambiental não são importantes. Entende-se que são positivas para a restauração e manutenção do planeta, porém, há necessidade de despertar a consciência crítica e atender ao chamado de alerta para as mudanças urgentes fundamentais para a existência da humanidade.

De acordo com Godard (1997), a gestão dos recursos naturais é de suma importância para relação natureza e sociedade, e deverá ser realizada assegurando as condições de reprodução do meio ambiente que incorpora um conjunto de recursos naturais que o homem utiliza na manutenção e reprodução social, cultural e física, sendo os problemas de ordem ambiental indissociáveis da questão social, assim, as tratativas para o desenvolvimento da humanidade deverão contemplar tanto os quesitos sociais, quanto ambientais.

Na teoria de Cavalcanti (2009) a busca pela sustentabilidade resume-se à questão de se atingir harmonia entre seres humanos e a natureza, ou de conseguir uma sintonia com o “relógio da natureza”. Nesse sentido, o caso dos índios da Amazônia oferece um caminho para a sustentabilidade. Utilizam os recursos naturais de maneira sábia. Retiram da natureza somente o que de fato necessitam. Respeitam e conservam os recursos a sua volta, pois, entendem a relação de dependência que possuem com a natureza.

Relembra Silva Freitas (2009) que o período pré-colombiano. Havia na região um povoamento extremamente denso em estágio avançado de cultura material e de organização social. Comprovam tais estudos a incrível capacidade de adaptação, apropriação e manejo por parte dos grupos sociais que vindos de fora, utilizaram os recursos florestais, pesqueiros e a agricultura de várzeas para a sustentação de uma vasta população. Descobriu-se que a Amazônia não é uma floresta. Trata-se de um conjunto de florestas, muitas delas oriundas do plantio humano, como os castanhais, os cipoais, os coqueirais.

Nesse contexto, Sachs (2002) salienta que a solução para o problema da humanidade não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos, dos ecossistemas, decodificar e recodificar pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização. O objetivo do desenvolvimento deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.

Por três décadas (1967-1999) do século XX a economia do Amazonas girou em torno da Zona Franca de Manaus, criada 1967, a princípio com o intuito de substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno. Atualmente, as empresas do Polo Industrial de Manaus – PIM representam a maior fonte de empregos na região e que puxa para cima a renda média do trabalhador na

região para R\$ 1.114,57. Ressalta-se que houve declínio no número de empregos formais no Estado, no período de 2012 a 2014. No ano de 2012 eram 644 mil empregados, no ano de 2013 641 mil e em dezembro de 2014 631 mil empregos formais. No Relatório da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, indicadores 2014, informa ainda, que dos 631 mil empregos formais no Estado, 117.623 são do Polo Industrial, incluindo mão de obra terceirizada.

Segundo Scherer (2009) as expressões da questão social na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas estão visíveis, principalmente, na precarização do trabalho e pela crescente informalização da economia. Percebe-se a necessidade de diversificar os empreendimentos econômicos, e garantir à população maior autonomia econômica e social de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

A base do sucesso das tecnologias para o desenvolvimento social e econômico é a educação. Nesse sentido Eriksson (1997) afirma que educação ampla que permita participação nas decisões, responsabilidade e coerência social, são peças fundamentais para a transição para uma sociedade sustentável. Faz-se necessário gerar conteúdo dinâmico para ajudar a suprir a falta de dados e indicadores extraídos a partir de experiências específicas, que demonstre em detalhes as dificuldades e as oportunidades apresentadas pelos diferentes municípios amazonenses.

Do arcabouço teórico que versa sobre o tema “desenvolvimento sustentável” e a questão ambiental, ressalta-se a necessidade da reflexão ideológica sobre o atual sistema produtivo, que se depara com as contradições ambientais e sociais, no bojo de sua reprodução. Resta analisar se o modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável repleto de ferramentas estratégicas, a exemplo da educação ambiental, de fato é capaz de guiar os passos da humanidade para um futuro sustentável, ou se é apenas mais uma forma de sobreposição do capital.

Em contrapartida, o ideário da sustentabilidade ambiental e social, aponta outra direção para superação da questão ambiental e social. Vertentes opostas, que atribuem à consciência crítica da humanidade as mudanças necessárias a se fazer, dentre as quais podem ser destacadas a necessidade de políticas públicas voltadas para o sistema produtivo condizente com a capacidade reprodutiva dos recursos naturais, renováveis ou não; a gestão participativa da sociedade nas decisões públicas sobre projetos de efetivo impactos ambientais e sociais; aprimorar a aplicabilidade das inovações científicas e tecnológicas para a melhoria da qualidade de vida no planeta, visando o interesse coletivo e não somente o individual.

Na dimensão do controle ambiental destaca-se alguns números do Estado do Amazonas, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Licenças ambientais emitidas X número de fiscalização do IPAAM em 2014

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Licenças ambientais	255	267	240	263	298	233	482	472	418	324	341	336
Fiscalização	82	56	47	59	67	62	99	86	85	96	98	78

Fonte: SEPLAN/Amazonas (IDEA, 2014).

Nota-se que das 3.929 licenças emitidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, apenas 915 foram fiscalizadas. Isso representa mais de 75% de licenças emitidas sem fiscalização. Se a ação do Estado se mostra limitada no controle das ações e empreendimentos para os quais foram solicitadas as licenças, também está quando disponibiliza a média de 8.000 bolsas floresta, para uma população essencialmente rural.

A Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias do Estado do Amazonas, primeira do Brasil, foi criada em 2001, e, segundo o Tribunal de Justiça do Amazonas, tornou-se um polo de convergência para os diversos Organismos encarregados de levar a cabo árdua missão prevista na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, atuando na consolidação de outros tantos como a Delegacia do Meio Ambiente e o Batalhão Ambiental do Estado do Amazonas. Esse órgão de

justiça entende de que a mola mestra da Justiça Ecológica reside na Educação Ambiental e as decisões têm o escopo de ressocializar o infrator da Lei de Crimes Ambientais.

Apesar do empenho percebe-se a fragilidade do sistema de proteção ambiental do Amazonas. Evidenciando a necessidade de mudanças no sistema de controle e monitoramento, no empoderamento das populações das zonas rurais, no modo de produção regional e na presença do Estado junto às unidades federativas.

Tais mudanças podem colaborar para que se estabeleçam condições básicas de alternativas societárias sustentáveis no planeta. A reflexão sobre o trato ideológico de desenvolvimento desejável para a Amazônia, condiz com os critérios de sustentabilidade social e ambiental específicos, haja vista, a potencialidade da região pela riqueza da biodiversidade e diversidade social.

2.2.2 Digressões sobre políticas sociais para o desenvolvimento do Amazonas

A revolução industrial pode ser considerada marco no modo de vida das sociedades ocidentais. O aumento progressivo no padrão de consumo induz a um ritmo acelerado na capacidade de produção, criam-se novas relações sociais e de trabalho, ao mesmo tempo em que se consolida o comércio globalizado, aliado ao uso crescente da matéria prima mais utilizada, os recursos naturais.

No contexto da relação produção e consumo as classes sociais mais pobres são afetadas negativamente pela imensa desigualdade crescente na mesma proporção em que se aumenta a riqueza mundial, o que é contraditório, uma vez que teorias econômicas, alardeava ser o crescimento econômico capaz de superar a pobreza. Ocorre que a produção de riqueza e o aumento da pobreza, passaram a se localizar em dois extremos, com uma larga distância entre ambos. Os dois polos, separados pela profunda desigualdade, que se tornou tão intensa e ameaçadora que o início da década de 2000, é marcada pelo reconhecimento mundial da

desigualdade social e pela ação global encampada pela Organização das Nações Unidas - ONU, recomendando ações para a superação dos limites entre o Norte e o Sul, entre a pobreza e a riqueza.

Corroborando com os estudos de Furtado, enfatiza Leonardi (1995) que o subdesenvolvimento é produzido pela necessidade do desenvolvimento da forma como foi compreendido até a recente década de 1970. Há uma linha de autores defensores da tese de que a degradação dos recursos naturais relaciona-se com a pobreza. Nessa linha de pensamento, cabe uma reflexão sobre a relação entre os países desenvolvidos, os países pobres e os países em etapa superior do subdesenvolvimento, como o Brasil.

Contextualizando esses agentes, o primeiro, detém o maior poder econômico, político e tecnológico, com recursos naturais exauridos ou em fase crítica de degradação e o segundo, detentor de muita matéria prima, abundantes recursos naturais, e baixíssimo poder econômico, o terceiro, muita matéria prima, farta mão de obra, limitado poder político, reduzida capacidade tecnológica e economia forte, mas instável.

Os países da América Latina configuram-se desde a época de sua colonização, provedores de matéria prima e mão de obra, de baixo custo, incluindo o Brasil, que apesar de ocupar a 7ª posição dentre as maiores potências econômicas no ano de 2014, continua ocupando a 79ª posição no ranking mundial do IDH (RDH, 2014) ressaltando assim, as desigualdades sociais, e a progressiva degradação ambiental do país.

Nesses limites extremos, estão circunscritas as frágeis relações entre o modo de consumo e a utilização dos recursos naturais, renováveis ou não. Mediando, interferindo, ou regulando, se deparam os vários atores sociais, chamados a dar respostas para os problemas. Nessa análise, Godard (1997), enfatiza que o crescimento econômico na configuração pautada desde a revolução industrial, está comprometido.

No bojo desse conflito, emerge a preocupação com a utilização dos recursos naturais e nasce o discurso sobre a necessidade de se pensar um novo modelo de desenvolvimento. Tornam-se imperiosas medidas alternativas para assegurar a perpetuação da vida no planeta e garantir capacidade de produção numa economia mundial sob o risco de colapso. A globalização, segundo Freitas (2003), substituiu o homem pelo capital e este último, de rápida mobilidade, atraente, fugaz e convincente, se transforma no principal agente civilizador do mundo contemporâneo, conferindo novos sentidos aos conceitos de consumidor, público e privado, pobreza e riqueza, guerra e paz, colonizador e colonizado, religião e ciência, região e nação e mundo.

Essa nova configuração da sociedade global, aumenta a complexidade das relações, principalmente, dos países centrais que fortalecem seus blocos econômicos e ampliam as políticas restritivas. Se por um lado (FREITAS, 2003) aponta a retomada do Estado mínimo e a ausência do mercado nos processos de cidadania, por outro lado, os países periféricos, com alta dependência científica e tecnológica, adotam as imposições externas, contribuindo para o alargamento das diferenças e a promoção de uma globalização assimétrica e disforme.

Assevera Freitas (2003), que a invenção e consolidação de instituições multilaterais do porte da Organização das Nações Unidas -ONU e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO, imediatamente após a segunda guerra mundial, demarcaram uma nova divisão geopolítica mundial, reafirmando a hegemonia ocidental e imprimindo os contornos dos futuros mega cenários políticos e culturais, que passariam a vigir a partir do final do século XX.

O apontamento de Freitas (2003), quanto aos contornos de mega-cenários políticos e culturais, exemplifica no acordo internacional de desenvolvimento, onde esse estudo busca elementos para discussão, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que impõe metas globais aos signatários.

O inusitado, é que países como os Estados Unidos, se omitem em assumir responsabilidades globais, particularmente na questão ambiental, não obstante terem forte influência sobre organizações como a ONU e a UNESCO, que objetivam políticas de desenvolvimento mundial.

Constata-se, segundo Freitas (2003) que a centralidade da economia moderna está ocupada por questões técnicas e mecânicas, relegando as questões sociais à descrições muito reducionistas. Nessa abordagem, as necessidades humanas são analisadas numa concepção mecanicista, embora a incorporação da questão ecológica no processo econômico tenha reforçado a tradição ética da economia. Para o autor a junção da ciência e da tecnologia com o processo de industrialização regidos pelos países centrais, desestabilizou o equilíbrio ecológico da Terra e aumentou as desigualdades sociais, mencionando que a metáfora bíblica torna-se uma realidade factível. Para ilustrar o pensamento de Freitas, cita-se como referência de metáfora bíblica: A Terra será de todo devastada e totalmente saqueada (...). Na verdade a terra está contaminada por causa dos seus moradores, porquanto transgridem as leis, violam os estatutos (...). (Isaiás, 24:3, 5 – Bíblia).

Determinações da sociedade globalizada, no afã de alcançar progresso, impõem um ritmo de vida às massas humanas, em suas mais variadas culturas, comprometendo a própria existência humana. Freitas (2003) assevera que as decisões do mercado, aliadas ao poder da mídia, simplificam e naturalizam a condição humana, aos aspectos da sociodiversidade, biodiversidade e auto-sustentabilidade. Considerar a existência humana nessa perspectiva corresponde à necessidade de inventar um novo conceito de natureza; um conceito de natureza para cada uma das diversas culturas e civilizações. Algo que parece algo impensável.

À falta de integração por meio da mobilização social, em âmbito local ou regional se contrapõe a força do capital que engloba desde a mercadoria virtual até os recursos naturais. Dessa forma, a gestão dos recursos naturais, incluindo água, solo, atmosfera, recursos biológicos, em particular, a prestação de serviços

ambientais, constituem, segundo Freitas (2003), um conjunto de interesses sobre a Amazônia Pan-americana. Esse interesse se expressa na ambição de desnaturalizar as últimas fronteiras ecológicas, atribuindo-lhes um valor. Por outro lado, ao envolver concepções políticas e compromissos universais, para Freitas (2003) o rompimento dessas fronteiras, poderia contribuir para a construção de um mundo mais equânime e solidário.

Dada a extensão das possibilidades e caminhos para se pensar um modelo de desenvolvimento, a solidariedade e a equidade são apontadas por Freitas como possíveis frutos do rompimento das fronteiras, no caso, as ecológicas, em benefício das populações amazônicas. Em sentido mais amplo, pois que extrapola a extensão regional e amazônica, tão bem delineadas por Freitas, alcança o nível global, corrobora com Freitas o pensamento de Paiva Netto:

A livre iniciativa econômica — a sociedade fundada nas relações de mercado — só poderá sobreviver se os homens de negócio entenderem a verdade elementar de que próspera e sólida não é a empresa que retira lucros de parcelas salariais negadas, mas, sim, da eficiência administrativa, do espírito criador, da alta criatividade que são o resultado, em última análise, da ética de suas relações internas e com a comunidade. A verdadeira propriedade, em sentido mais amplo e profundo, é de toda a comunidade. A iniciativa particular só é benéfica quando beneficia o Povo e o País, e não um grupo de aproveitadores. (...) Temos sido, os brasileiros, um povo orgulhoso do nosso comportamento pacífico no convívio internacional. Asseguradas nossas fronteiras que as bandeiras fixaram, nelas temos permanecido sem os devaneios de conquista e de hegemonia continental. A predisposição para a Paz não significa, todavia, a fuga dos grandes deveres de solidariedade para com a comunidade dos homens. (...) A força das nações é resultado do trabalho de cada um. De nada nos adiantará território vasto, se não formos capazes de mantê-lo; de nada adiantarão os grandes recursos da Natureza, se não soubermos usufruí-los com zelo e parcimônia; de nada nos valerá a inteligência, se não a soubermos usar como instrumento do bem comum. (Trecho do Manifesto da Boa Vontade, proferido 21/10/1991, Brasília/DF)

Um modelo de desenvolvimento que não promova a capacidade do coletivo em fazer suas escolhas e por elas responder, não é capaz de se sustentar. O desenvolvimento social, em particular, da menor unidade federativa, os municípios, passaria pelo conhecimento e respeito das particularidades de cada um. Impingir um modelo de desenvolvimento, com benefícios unilaterais, privilegiando as forças

detentoras dos poderes econômicos e político é no mínimo antidemocrático, no verdadeiro sentido da palavra. Frente à desigualdade da correlação de forças, a educação, seria um instrumento em favor das comunidades locais. Reside aí, o desafio ético da sociedade, promover educação de qualidade e formação de consciência crítica, com destaques para as políticas sociais e ambientais.

Adverte Freitas (2003) que a concepção política, centrando o ser humano e natureza na valorização dos processos coletivos, e apesar das fortes discussões que marcaram a sociedade a partir da década de 1970, continuam sobrepujadas pelo lucro em larga escala. A visão de sociedade hegemônica é mecanicista e valoriza o lucro a qualquer custo. Os programas mundiais que objetivam a redução dos danos ambientais são compartimentados e os programas implantados nos países periféricos atrofiam o desenvolvimento técnico-industrial dessas regiões, enquanto os governos hegemônicos não assumem (FREITAS, 2003) uma ação conjunta na construção de um princípio de responsabilidade, que compatibilize os interesses econômicos em custo e os compromissos humanísticos da civilização ocidental.

A desigualdade intra-regional, caracteriza o modelo de desenvolvimento focalizado no setor econômico industrial, em detrimento ao desenvolvimento das potencialidades locais. A cidade de Manaus apresenta IDH-M 0,727 com 50,76% de dos trabalhadores acima de 18 anos com trabalho registrado em Carteira de Trabalho. Ambos os itens estão acima da média nacional. Opostamente à capital do Estado, em 44 municípios menos de 10% da população acima de 18 anos de idade, tem trabalho formal e parte substancial dos municípios, apresentam renda per capita nos limites da pobreza. Num cenário onde o pano de fundo é a relação capital trabalho reside a insustentabilidade dos municípios.

Quadro 4 - Empregados regime (CTPS) - renda per capita e IDH de municípios do Amazonas

Lugar	Ano 2000			Ano 2010		
	% de empregados (CTPS) acima de 18 anos	IDHM	Renda per capita	% de empregados (CTPS) acima de 18 anos	IDHM	Renda per capita
Brasil	38,02	0,612	592,46	46,47	0,727	793,87
Manaus (AM)	38,75	0,601	531,53	50,76	0,737	790,27
Tefé (AM)	9,89	0,438	236,73	16,79	0,639	421,41
Presidente Figueiredo (AM)	26,52	0,537	387,62	28,27	0,647	396,51
Humaitá (AM)	17,03	0,475	269,39	16,78	0,605	382,13
Apuí (AM)	3,64	0,437	254,78	7,25	0,637	380,62
Itacoatiara (AM)	17,63	0,491	235,91	22,12	0,644	373,71
São Gabriel da Cachoeira (AM)	11,99	0,478	213,37	10,85	0,609	355,51
Irlanduba (AM)	11,69	0,437	226,53	18,35	0,613	349,23
Coari (AM)	6,8	0,389	159,29	16,98	0,586	347,20
Manacapuru (AM)	8,02	0,437	199,66	15,01	0,614	342,58
Tabatinga (AM)	13,64	0,47	279,82	13,15	0,616	338,40
Itapiranga (AM)	6,34	0,478	144,72	6,27	0,654	321,94
Rio Preto da Eva (AM)	9,75	0,434	213,85	12,99	0,611	315,24
Parintins (AM)	12,05	0,488	184,11	16,01	0,658	313,07
Manicoré (AM)	10,68	0,398	140,08	6,63	0,582	295,23
Boca do Acre (AM)	9,76	0,401	191,39	13,11	0,588	288,42
São Sebastião do Uatumã (AM)	2,59	0,428	147,69	7,21	0,577	262,79
Manaquiri (AM)	2,84	0,429	234,85	4,49	0,596	254,15
Japurá (AM)	3,61	0,304	197,57	3,02	0,522	248,60
Urucará (AM)	6,32	0,487	289,82	7,47	0,62	246,99
Novo Airão (AM)	4,77	0,428	190,48	10,2	0,57	246,44
Maués (AM)	7,29	0,454	191,31	8,9	0,588	244,30
Eirunepé (AM)	8,39	0,409	138,20	7,89	0,563	241,86
Codajás (AM)	4,39	0,44	234,31	6,13	0,563	239,64
Silves (AM)	8,2	0,486	226,09	9,3	0,632	238,53
Barcelos (AM)	2,71	0,384	217,27	10,57	0,5	237,29
Caapiranga (AM)	1,95	0,403	150,83	7,85	0,569	235,49
Nova Olinda do Norte (AM)	7,46	0,373	203,68	8,71	0,558	232,07
Anori (AM)	2,02	0,428	181,92	3,36	0,561	229,94
Autazes (AM)	3,75	0,42	173,53	5,12	0,577	228,43
Lábrea (AM)	7,04	0,386	136,22	10,12	0,531	227,62
Urucurituba (AM)	4,63	0,427	126,60	4,48	0,588	227,55
Juruá (AM)	2,38	0,362	158,18	1,48	0,522	227,39
Anamá (AM)	1,5	0,408	196,17	2,5	0,594	226,82
Uarini (AM)	2,13	0,358	148,94	1,85	0,527	223,11
Carauari (AM)	18,85	0,344	160,01	17,72	0,549	222,32
Borba (AM)	4,34	0,389	191,74	5,97	0,56	219,83
Novo Aripuanã (AM)	6,08	0,387	206,15	5,77	0,554	219,69
Pauini (AM)	4,64	0,287	198,75	3,26	0,496	218,21
Itamarati (AM)	4,83	0,331	187,55	3,49	0,477	214,95
Jutaí (AM)	2,14	0,304	119,48	1,29	0,516	214,36
Benjamin Constant (AM)	9,93	0,389	141,53	8,22	0,574	211,10
Careiro da Várzea (AM)	1,66	0,387	164,23	4,71	0,568	207,18
Canutama (AM)	6,76	0,38	125,27	6,15	0,53	206,44
Envira (AM)	4,63	0,346	102,25	5,47	0,509	204,98
Fonte Boa (AM)	2,89	0,32	161,97	5,1	0,53	200,40
Careiro (AM)	4,78	0,337	145,34	9,86	0,557	197,06
Nhamundá (AM)	8,24	0,441	136,82	4,06	0,586	195,12
Tapauá (AM)	3,14	0,293	95,65	3,4	0,502	193,97
Beruri (AM)	3,51	0,34	135,76	3,64	0,506	193,40
Guajará (AM)	6,2	0,381	142,25	10,87	0,532	191,04
Tonantins (AM)	0,75	0,327	112,67	8,65	0,548	189,15
Amaturá (AM)	7,35	0,413	120,37	3,7	0,56	178,69
Alvarães (AM)	4,71	0,373	184,29	6,44	0,527	178,67
Boa Vista do Ramos (AM)	2,32	0,372	106,61	3,78	0,565	175,55
Atalaia do Norte (AM)	9,78	0,348	147,86	7,23	0,45	159,21
Ipixuna (AM)	3,65	0,318	81,81	3,41	0,481	154,54
São Paulo de Olivença (AM)	1,49	0,324	102,57	4,07	0,521	150,28
Barreirinha (AM)	5,04	0,399	121,34	5,83	0,574	148,28
Maraã (AM)	3,99	0,291	108,66	4,65	0,498	144,99
Santa Isabel do Rio Negro (AM)	3,08	0,384	106,81	2,45	0,479	141,04
Santo Antônio do Itá (AM)	4	0,306	90,43	6,91	0,49	122,21

Fonte: Consulta/Atlas do desenvolvimento municipal, 2013.

No quadro da página anterior , nota-se as desigualdades econômicas e as disparidades intra-regionais. Numa mesma região as diferenças são exacerbadas. Tomando por referencia, a força de trabalho com idade acima de 18 anos de idade, enquanto a média nacional de trabalhadores ocupados com registro em Carteira de Trabalho e, portanto cobertos pela previdência social é de 38,02%, em 52 dos 62 municípios do Amazonas a taxa de trabalhadores formais, nessa faixa etária é inferior a 10%. Enfatiza-se que dentre esses 52 municípios, em 32 a situação é pior, com menos de 5%.

Os dados acima corroboram para a afirmação de Freitas (2003):

(...) as péssimas configurações econômicas dos países em desenvolvimento, projetadas para o século XXI, tendem a reforçar a emergência e a cristalização dos governos clientelistas e autoritários nos mesmos. A crescente dificuldade de acesso às políticas públicas por ampla maioria de suas populações, em continua expansão demográfica, favorece a irrupção desse cenário político, com desdobramentos imprevisíveis na implantação de políticas voltas para a manutenção do equilíbrio ecológico.

Organizações como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, aconselha que países em desenvolvimento obedeçam às regras das leis, sejam transparentes e eliminem a corrupção, como condição para se alcançar o desenvolvimento autossustentável. No entanto, Freitas, 2003, afirma que essas mesmas instituições omitem e não esclarecem que a reprodução da pobreza, da miséria e os péssimos indicadores sociais, foram e são fabricados pelo grande capital. Omitindo a chantagem política e econômica que exercem sobre as economias como o Brasil. Ressalta Ianni (1991), a mesma fábrica do progresso fabrica também a questão social.

Na Amazônia ocorrem duas situações críticas. Com leve redução no período de 2000 (0,67) para (0,65) em 2010 o Amazonas, apresenta o pior índice de desigualdade social¹⁴. E o Estado do Roraima que aumentou a desigualdade. 0,61 em 2000 e cresceu para 0,63 em 2010. Com ênfase no Amazonas, infere-se que o

¹⁴ Índice Gini – Com uma escala de 0 a 1, mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Quanto mais próximo de 0 menor é a desigualdade. Santa Catarina é o Estado com menor desigualdade de renda no país, 0,49.

estado é palco de políticas públicas compensatórias, privilegiando o discurso da prestação de serviços ambientais, com destaque para o sequestro de carbono.

Os modelos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos em geral, priorizam a institucionalização do extrativismo regional. Embora o extrativismo seja prática que movimenta a econômica do interior do Amazonas, a representatividade econômica é pequena. De acordo com a SEPLAN, o setor primário, no ano de 2012, contribui apenas 4,19% do Produto Interno Bruto - PIB do Estado. A região que mais contribui com a economia local, 93,2%, é a dos municípios que estão mais próximos da capital Manaus. A discrepância evidencia ausência de investimentos, incentivos e a reduzida presença do Estado como impulsionador do desenvolvimento social e econômico o interior do Estado.

As contradições que marcam a região Amazônica e as discrepâncias entre a capital do Estado do Amazonas e os demais 61 municípios acentuam-se quando a pobreza recebe a conotação atribuída pelas economias hegemônicas e consolidadas pelo capitalismo contemporâneo. A mensuração da pobreza pela paridade de compra, em detrimento dos aspectos socioculturais da região, marginaliza o Amazonas. Afirma Silva Freitas (2003);

(...) um fato que também conspira contra os países pobres, é o sentido e a conotação atribuídos ao conceito de pobreza. Os modelos de desenvolvimento standard e os procedimentos políticos, estabelecidos pelos países hegemônicos nos fóruns internacionais para classificação da pobreza, não levam em consideração os critérios de acessibilidade e de capacidade que articulam a condição humana com a noção de sustentabilidade. As definições usuais que opõem pobreza monetária e pobreza de condições de vida, pobreza absoluta e pobreza relativa, pobreza objetiva e subjetiva, dentre outras, não são postas em causa e nem relativizadas nas políticas públicas em nível global. O critério de acessibilidade delimita as condições geoistóricas, econômicas e políticas que possibilitem e impeçam – se for o caso – o indivíduo, as comunidades e as populações de usufruírem, no limite, de uma conjunção de políticas públicas necessárias para a vigência de uma cidadania plena, dando sentido histórico à noção de sustentabilidade. A não acessibilidade implica diretamente numa impossibilidade de aquisição de potencialidades indispensáveis a formação das capacidades, deixando as pessoas mais vulneráveis aos riscos econômicos, sociais e ecológicos e contribuindo para a eternização da pobreza. P.175

Silva Freitas (2003) assevera que a modernização imposta à região amazônica, deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural de seus povos e territórios. Desrespeitam-se as formas de adaptação humana na região. Tenta-se substituir o modo de vida regional por políticas públicas nacionais inadequadas, precárias e fracassadas. Silva Freitas (2003) critica o desconhecimento que os “desportistas políticos e intelectuais” tem sobre a Amazônia e salienta que a exclusão dos direitos de autodeterminação dos povos amazônicos têm sido cerceados pelos interesses globais sobre a região.

Imputa-se à Amazônia, a qualidade de depósito de riquezas e de reservas futuras. Sob o argumento desse status, o Estado não tem força suficiente para garantir a autonomia regional. Ora a região está harmonizada com os interesses de desenvolvimento nacional, ora é uma região que necessita ser tutelada. Nessas condições, Silva Freitas (2003) afirma que se criou o imobilismo político das representações além estereotipar a população regional, colocando à na qualidade inferior de uma gente não afeita ao “progresso” exigido pela população brasileira. A posição que a Amazônia passou a ocupar no equilíbrio ecológico da Terra repõe os problemas de suas formas de ocupação e dos modelos de desenvolvimento adotados para torná-la produtiva em outro patamar. Para o autor os limites para se estudar e compreender a Amazônia, não está em sua natureza, outrossim, nos limites da cultura ou por fatores que dela dependem. Há que se considerar os condicionantes políticos, ancorados em fatores geográficos, ecológicos e institucionais e os interesses de intervenção na região, sob a forma de infraestrutura social, científica e tecnológica.

Para além da questão ecológica, Silva Freitas (2003), a desigualdade social é outra dimensão que se articula às formas de conhecimento da Amazônia, tornando possível afirmar que a história do pensamento ecológico na Amazônia é validação crítica desse desenvolvimento desigual globalmente acentuado pela questão ambiental na região, com consequências e repercussões mundiais, e pela questão social que passa a ter expressão real.

2.3 EXPRESSÕES DE VULNERABILIDADE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS

Nesse sub item busca-se aproximar ainda mais o objeto de pesquisa com o Serviço Social ao se abordar a vulnerabilidade nos municípios do Estado do Amazonas, contribuindo para a elaboração de Políticas Públicas específicas para o Estado em referência. A região amazônica considerada região de interesse da humanidade, detém riquezas e biodiversidade ainda não conhecidas em sua totalidade e modos de vida ainda não compreendidos. No contexto brasileiro, particularmente no Estado do Amazonas, as políticas públicas ainda não atendem às necessidades da região.

Sessenta e dois municípios dividem entre si, os 1.577.820,20km² da extensão geográfica do Estado, que apresenta segundo o Atlas de Desenvolvimento Humanos (PNUD, 2013) baixa densidade demográfica, com 2.20 habitantes por km², com 0,674 índice de desenvolvimento humano.

Com exceção de Manaus, a capital do Estado, que comporta um Polo Industrial, inaugurado com a Zona Franca na década de 1970, e do município de Presidente Figueiredo e do município de Coari, o segundo maior orçamento municipal do Estado, onde mais de 52% da receita provém dos royalties do petróleo, os demais municípios desenvolvem atividades no setor primário e apresentam situação de dependência de recursos estaduais e federais. Outra particularidade dos municípios do Estado do Amazonas é alta dependência dos rios, para o deslocamento e mobilidade na região. Comunidades rurais e urbanas são formadas às margens dos rios principais e de seus afluentes.

Nos municípios do interior do estado do Amazonas, com destaque para as comunidades rurais encontram-se aspectos da sociedade urbana já enraizada no meio rural, o que cristaliza o pensamento de Castells, quanto à cidade, afirmando que o espaço não é uma página em branco, ele é determinado pela reprodução; o

espaço não existe em si, ele é socialmente determinado. Imputa-se às comunidades rurais, os hábitos e costumes urbanos.

Os sessenta e dois municípios que formam o Estado do Amazonas possuem particularidades que demonstram a extensão das diversidades geográficas, sociais e econômicas, que caracterizam a Amazônia. Os conceitos de urbano e rural aplicam-se a todas as regiões da Amazônia, ou seria esse questionamento, mais um ponto de discussão sobre a Amazônia e suas particularidades?

A análise do desenvolvimento social do interior do Amazonas, buscando elementos constitutivos em metas estabelecidas por organismos internacionais, com origens nos países de o Capitalismo central, requer um mínimo de esforço sobre a compreensão dos espaços geográficos e sociais atualmente instituídos, em destaque o espaço urbano e o rural, uma vez que o Estado brasileiro incorporou em sua agenda pública esses Oito Objetivos e a partir dos quais implantou diretamente 25 políticas e programas que afetam diretamente a população.

O modo de produção capitalista atua para formação de mercados, influenciado por variáveis políticas internas e externas, modificando a cultura local, ora alimentando esperança e prosperidade, ora produzindo tristeza e estagnação econômica e social.

Vinte e dois municípios amazonenses, IBGE (Censo, 2010), tem mais de 50% da população instalada nas zonas rural, aonde hábitos e costumes urbanos vem sendo incorporados. Os municípios do interior do Amazonas, não fogem à regra brasileira de formação de coletivos humanos que deram origem as cidades. Decorre do fluxo migratório no período desenvolvimentista do Brasil, dos grandes flagelos como a seca nordestina, da corrida pelo ouro e pela borracha e pelo petróleo.

Coletivos humanos adotam uma logica urbana, num meio rural, atendendo as prerrogativas legais vigentes a cada época, a partir de quando se formam e

acumulam os problemas sociais que alimentam a questão social. Sant'Anna (2003) afirma que:

Buscando ampliar o número de cidades, com vistas a promover o desenvolvimento econômico, o governo federal instituiu o Decreto-lei no311, de 02 de março de 1938, determinando que toda sede municipal se tornasse cidade, desconsiderando critérios importantes como o número de habitantes, localização e densidade demográfica, variáveis que são consideradas em qualquer outro país para a constituição de cidades. Levou-se em conta somente o aspecto administrativo, em função dos interesses econômicos que estavam em jogo.

Segundo Ianni (1991) a desigualdade social é o principal elo dos problemas brasileiros, desde a proclamação da república brasileira e encontra centralidade nas relações de trabalho. As considerações de Ianni demonstram que a questão social brasileira emergiu no cenário das discussões políticas, com a abolição da escravidão e passou por todos os regimes políticos brasileiros. Independente da abordagem conferida, a questão social está entremeada nos problemas de propriedade, na situação do índio e do negro, no sindicalismo e nas manifestações populares, legais ou não, na falta de habitação ou na habitação inadequada. Esses e outros temas que retratam as desigualdades sociais obrigam o reconhecimento da Questão Social e especialmente no Amazonas.

O estudo demonstra, sem determinar o grau, que está presente a situação precária das condições de saúde, educação, trabalho e renda em expressivo número de municípios do Estado. Não há perspectivas claras sobre o rumo das economias municipais. A análise dos relatórios oficiais dos municípios indica assimetria entre os planejamentos setoriais municipais, o que demanda o alinhamento das ações ao Plano Plurianual Municipal e este por sua vez, às metas de desenvolvimento social, que ainda não estão explícitas pela gestão municipal.

Não foram identificados planos de metas sociais em âmbito municipal, de forma consistente. As ações empreendidas em favor do desenvolvimento do espaço urbano e rural se fazem a partir das metas estabelecidas pelo Governo Federal, nas áreas da saúde, educação, emprego e renda ou a partir de arranjos políticos temporários.

No âmbito da proteção social, ressalta-se a fragilidade da vigilância e do controle social no Amazonas. IBGE (2010-Diretoria de Pesquisa) registra 2360 fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Amazonas. O Censo SUAS (2014) registra em todo o estado apenas 51 organizações responderam ao Censo, das quais 29 estão na capital. Os dezessete municípios do interior que tiveram pelo menos uma organização cadastrada no Censo Suas são: Novo Airão, Nhamunda, Santa Izabel do rio Negro, Santo Antônio do Iça, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Urucará, Carauari, Caapiranga, Careiro, Guajará, Humaitá, Maraã, Canutama, Apuí, Manicoré.

A situação se agrava, quando essas organizações são filtradas no DATAPREV, onde são identificadas somente 19 organizações pela atuação e regularizadas perante o Conselho Nacional de Assistência Social. De acordo com a preponderância de atuação, no Estado do Amazonas, são apenas 02 organizações na Assistência Social em Manaus; 01 na educação em Manaus; 02 atuantes na saúde em Manaus; 12 atuantes na Educação e Assistência, sendo 10 em Manaus e 01 em Itacoatiara e 01 em Humaitá; 03 em saúde, educação e assistência, sendo 01 em Parintins, 01 em São Gabriel da Cachoeira e 01 em Tabatinga.

2.3.1 População rural e população urbana

No Estado do Amazonas, com 3.483.985 habitantes, prepondera a população rural. Com exceção de Manaus, com menos de 1% de população rural e Tefé, Itapiranga, Carauari, Eirunepé, Iranduba e Manacapuru, com taxa média e 18 a 29% população rural. Destaca-se que em 22 municípios a população rural representa mais da metade de população do município. Demonstrado anteriormente, pelos dados Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas - SEPLAN confirma a vulnerabilidade econômica das famílias mais pobres desses municípios.

O Programa AMAZONAS RURAL que objetiva aumentar a produção do setor primário, gerar riqueza e oportunidades de trabalho em todo o interior do Estado,

com investimentos públicos e privados. De acordo informações divulgada em (<http://www.sepror.am.gov.br/amazonas-rural/>), o AMAZONAS RURAL foi pensado, considerando as estimativas do IBGE (Censo, 2010), 79% da população está na área urbana e 21% na zona rural.

Em análise absoluta o indicador do Censo (2010) está correto. Porém para efeito de formulação de Programas Social voltado para a população rural, o cálculo não reflete a realidade e as políticas públicas voltadas para essa população está sob o risco de ser subdimensionada.

Excluindo a população de Manaus 1.802.014 hab., com 9.133hab. rural e 1.792.881 hab. urbana e considerando 25 municípios com mais de 50% da população rural com destaque para Nhamundá com 61,65%, Santa Isabel do Rio Negro com 62,22%, Manaquiri 69,03%, Careiro com 71,17%, Careiro da Várzea 95,82, com população rural; o Amazonas fica com 57,63% de população rural X 42,37% de população urbana.

A demonstração da fragilidade da atenção à população da zona rural, também se expressa na recomendação para os trabalhadores rurais procurem um agente financeiro – AFEAM, Banco do Brasil ou BASA – ou o IDAM em seu município, para acessar os recursos desse programa que conta com parceria do de diversos órgãos como IDAM, SDS, IPAAM, ADS, AFEAM, SPF, ITEAM, FAPEAM, além de parceiros estratégicos no plano federal e local, como MAPA, MDA, MPA, Ministério das Cidades, Ministério da Integração, MDS, MCT/FINEP, MDIC/Suframa, Inbra, BNDES/Fundo Amazônia, CEF, BASA, Banco do Brasil, INPA, UFAM, EMBRAPA, UEA, CNS, FETAGRI E FAEA. (<http://www.sepror.am.gov.br/amazonas-rural/>).

Ocorre que nem todos os municípios amazonenses contam com os agentes financeiros necessários para a operacionalização dos recursos. As ponderações aqui apresentadas não desmerece o programa, utilizado aqui a título de exemplo. O intuito é promover reflexão sobre a necessidade de interiorizar o conhecimento

sobre o Amazonas, de sorte a aproximar as políticas de inclusão o mais próximo possível da realidade dos sujeitos a quem se destinam essas políticas.

2.3.2 Educação e vulnerabilidade

A rede de ensino pública e privada de ensino fundamental e médio no Amazonas é formada por 8541 escolas, sendo 865 estaduais, 12 federais, 7216 municipais e 448 privadas. Nesses estabelecimentos estavam matriculados 1.049.672 alunos, sob os cuidados de 42.886 professores, com uma média de 25 alunos por professor.

Quadro 5 - Rede de ensino no Amazonas por nível de ensino/matricula/escolas/professores

Nível de ensino	Alunos matriculados	Total de escolas	Total professores	Média Aluno/professor	Média aluno/escola
Pré-escolar - educação infantil	106.425	3.070	30.762	24,47586625	122,8980213
Ensino Fundamental	761.728	5.079	7.465		
Ensino Médio	181.519	392	4.659		
Total	1.049.672	8.541	42.886		

Fonte: IBGE/educação (2012)

A relação de 25 alunos por professores merece ser analisada considerando a ocorrência em sala de aula com mais de 40 alunos. Dados do INEP (2014) registram um aumento de 131.653 alunos em relação aos dados do IBGE/Educação (2012).

Em 38 municípios, mais de 40% das famílias, nenhum dos integrantes tem ensino fundamental completo, com destaque para o município de Itamarati com 71,73% das famílias onde ninguém concluiu o ensino fundamental. (Atlas do desenvolvimento, 2013). O distanciamento dos números demonstra a insuficiência e precariedade da política educacional no Amazonas.

Da população de 18 anos ou mais, apenas 09 municípios contam com menos de 10% da população não alfabetizada. Ainda que estejamos tratando de

alfabetização, para demonstrar a dimensão do problema brasileiro em futuro próximo, reitera-se Oliveira, (2010):

Ao longo dos extensivos debates acadêmicos e políticos sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento, incorporam-se novas obras e teorias a exemplo de uma nova variável, apontada por Theodore Schultz, na década de 1980: a formação do capital humano passa integrar a questão do desenvolvimento e requisitos fundamentais para uma sociedade que almejasse a modernidade, deveriam receber investimentos. Quais sejam: investimentos em educação, ciência e pesquisa.

A educação, para diversos autores figura como elemento necessário para a formação da capacidade crítica, sem a qual não é possível promover políticas públicas sociais inclusivas, como será exposto do terceiro capítulo do estudo.

2.3.3 Trabalho, renda e vulnerabilidade

A taxa de ocupação entre as pessoas de 18 anos ou mais, no Amazonas, é semelhante à média nacional, de 65% %. O problema está no índice de formalidade do trabalho no Brasil, entre as pessoas de 18 anos ou mais, IBGE (Censo, 2010), era de 59,32%%, com exceção de Manaus que está acima da média nacional 61,26% de trabalhadores acima de 18 anos com trabalho formalizado, todos os demais municípios amazonenses apresentam elevado índice de trabalhadores não cobertos pela Previdência Social.

Numa perspectiva nacional os três locais com maior renda entre os ocupados de 18 anos ou mais são Distrito Federal, com R\$ 2.581,00, São Paulo com R\$ 1.650,00 e Rio de Janeiro com R\$ 1.569,00. Nesse ranking, o Amazonas ocupa a 17ª posição com uma renda de R\$ 1.114,57.

Embora ocupe da 17ª posição da renda entre os ocupados de 18 anos ou mais, a taxa de pobreza no Amazonas, é menor que a média dos Estados. Isso é puxado pelo Polo Industrial de Manaus que tem uma renda média R\$ 1.454,02, ou

seja, acima da média nacional. Ocorre que o rendimento dos demais municípios oscila e chega a R\$ 283,00 em São Paulo da Olivença. Mais um indicador de extrema desigualdade regional.

Tomando por referência linhas absolutas utilizadas no Brasil, conforme consta na Lei Orgânica de Assistência Social, de um quarto do salário mínimo *per capita* ao mês, critério para a concessão do Benefício de Prestação Continuada; o critério utilizado para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal de até meio salário mínimo mensal *per capita*; e as linhas do Programa Bolsa Família, que na época do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, em 2011, eram de R\$ 140 mensais por pessoa definia a pobreza e de R\$ 70 por pessoa para a extrema pobreza, adotamos no estudo a referência de (Extrema pobreza/Pobreza).

Na linha da extrema pobreza, a população com renda per capita de R\$ 70,00 por mês, o Estado do Amazonas, apresenta uma deformidade interna, bastante intensa. Segundo IBGE (censo 2010), Manaus, a capital do Estado apenas 3,75% da população se encontra em situação de extrema pobreza, enquanto os municípios de Guajará, Maraã, Santa Izabel do Rio Negro, Itamarati e Santo Antônio do Iça, mais da metade da população se encontra em situação de pobreza extrema. Nos municípios de Boa Vista do Ramos, Jutaí, Careiro, São Gabriel da Cachoeira, Amaturá, Beruri, Nhamundá, Atalaia do norte, Barreirinha, Pauini, Barcelos e São Paulo de Olivença, a cada 100 habitantes a média de 44 habitantes em situação de extrema pobreza, pelo critério de pobreza absoluta.

Rafael Ozório, assessor para assuntos estratégicos da Presidência da república, durante lançamento do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em Manaus, no mês de Setembro de 2014, criticou a avaliação de desenvolvimento somente pelo IDH, reconhecendo que este cobre a média nacional e encobre as diferenças regionais e municipais e que os critérios de avaliação deveriam considerar a pluralidade das regiões. Essa pluralidade necessita ser respeitada e incluída nas análises mais amplas. As pessoas precisam ser instrumentalizadas para se tornarem capazes de tomar

decisões e a educação é o melhor caminho para isso. Com urgência, requer-se a criação de indicadores específicos de desenvolvimento para o Amazonas, sob o risco da continuidade de Políticas Sociais que não atendam aos princípios do respeito à pluralidade e diversidade social e cultural.

2.3.4 Saúde no Amazonas

O Plano Estadual de Saúde 2012-2015 (3ª revisão), registra que os leitos de internação no Estado totalizaram 6.285 (incluindo leitos hospitalares + leitos de UTI e Unidade Intermediária), sendo 5.035 leitos SUS. Considerando o indicador número de leitos hospitalares (SUS) por 1.000 habitantes, o Amazonas contou com 1,32 leitos hospitalares (SUS) para cada grupo de 1.000 habitantes. Este número está inferior do índice da média Brasil de 2,36 leitos hospitalares para cada grupo de 1.000 habitantes, como também, está abaixo do mínimo recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) que indica o equivalente a 2,5 a 3,0 leitos para 1.000 habitantes. Os leitos de internação que estão sob a gestão estadual totalizaram 3.344 leitos (incluindo leitos SUS e não SUS), ou seja, 53,2% dos leitos hospitalares no Amazonas. A secretaria Estadual de Saúde justifica o não alcance pelo número mínimo de leitos, indicados pela OMS, com o avanço em políticas para ampliação de centros substitutivos, como as casas da gestante e as Unidades de Pronto-atendimento (UPA's).

Quadro 6 - Recursos humanos da saúde no Amazonas - nível superior segundo gestão em dez 2013.

OCUPAÇÕES	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Assistente Social	81	125	266	472
Bioquímico/Farmacêutico	32	106	85	223
Enfermeiro	279	810	1.348	2.437
Fisioterapeuta	38	166	169	373
Fonoaudiólogo	17	81	39	137
Médico Cirurgião Geral	167	419	343	929
Nutricionista	18	45	75	138
Odontólogo	160	398	875	1.433
Pediatra	140	277	160	577
Psicólogo	55	96	143	294
Outras Especialidades Médicas	474	1.378	1.019	2.871
Outras Ocupações	32	27	52	111
TOTAL	1.493	3.928	4.574	9.995

Fonte: Plano Estadual de Saúde 2012-2015-SUSAM/AM.

A alguns municípios, segundo a SUSAM, demonstra uma cobertura marcadamente baixa e heterogênea na captação e notificação de óbitos, detectando-se uma amplitude de variação de 27,8% em Tonantins, 35% em Boa Vista do Ramos, 44% Jutai a 130,6% em Nhamundá, em 2011, quando comparados aos óbitos esperados. Registra-se que 91,9% dos municípios apresentaram notificação superior a 50% dos óbitos esperados, mostrando aumento de 58,2% em relação a 2010. Segundo relatório da SVS/MS, o Estado do Amazonas apresentou progressivo aumento no registro de óbitos, atingindo a meta (80%) em 10 meses, dos 15 observados (em média 84,7%). O Estado permaneceu por quase todo o período acima da média nacional. O pior desempenho foi o 1º trimestre de 2010 e o melhor o 1º trimestre de 2011.

De acordo com a SVS/MS, o percentual de óbitos não fetais com causa básica definida no Amazonas aumentou de 74,8% em 2000 para 83,6% em 2009. Nesse último ano, Manaus apresentou percentual de 87,5%, a região Norte de 86,9% e o Brasil, 92,7%. Em 2009, a distribuição de municípios segundo o percentual de óbitos por causas definidas foi: menor que 80%: 35 municípios (56,5%); de 80% a 89%: 12 municípios (19,3%); 90% e mais: 15 municípios (24,2%).

A qualidade da informação sobre a causa básica de morte na declaração de óbito no Amazonas não atinge nível adequado ($\geq 90\%$ de óbitos com causa definida). Esse nível foi observado em 15 dos 62 municípios do Estado, em 2009. A SUSAM destaca-se que a Manaus também não apresentou percentual adequado em todo o período avaliado. Não há espaço aqui nem o estudo tem o propósito de avaliar a qualidade na prestação de serviços de baixa, média e alta complexidade no Amazonas. O estudo se ocupa em avaliar a situação do município de Nova Olinda Olinda do Norte, quanto à situação da educação, saúde e trabalho. Os recortes sobre a situação do Estado, nessas três áreas é para que ao final o *locus* da investigação, esteja contextualizado no Estado. O estudo suscita a necessidade de intensificar os estudos regionais e municipais no Amazonas, com vistas a melhorar a formulação e execução de políticas sociais e fornecer elementos para o planejamento da gestão municipal.

2.4 NOVA OLINDA DO NORTE: ESPAÇO CONSTRUÍDO E RELAÇÕES ESTABELECIDAS

Esse sub item busca apresentar o município em questão. Discorre sobre suas origens, a conformação do território, apresenta dados populacionais, econômicos e sociais e situa o município frente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

2.4.1 Sobre aspectos geográficos, vias de acesso e distribuição de áreas.

A relevância do município de Nova Olinda do Norte ultrapassa a esfera sócio-econômico-cultural e atravessa outras ciências e campos de pesquisa. Ao discorrer sobre as diversas hipóteses para explicar a origem e formação geológica da bacia amazônica, Benchimol (2010, pg. 653) recorre a duas hipóteses de Hartt¹⁵. Ambas as hipóteses, afirma Benchimol, passaram a ter maior credibilidade científica a partir da descoberta dos evaporitos de Nova Olinda do Norte e outras formações de sal-gema na região.

Geopoliticamente o município em questão está localizado na microrregião de Itacoatiara, mesorregião do Centro Amazonense, ao lado direito no baixo Rio Madeira. Limita-se com os municípios de Autazes, Borba, Itacoatiara e Maués. Sob os auspícios de projetos desenvolvimentistas, com ênfase no petróleo, a instalação deu-se em 31 de janeiro de 1956.

Em relação aos outros municípios amazonenses, possui uma área territorial considerada pequena: 5.608,56 Km². Nessa área total de terras, encontram-se três assentamentos agrários coordenados pela Superintendência Regional do Amazonas, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Projeto de Assentamento do Paquequer – PA Paquequer, com 53,49 Km²; Projeto de

15 Charles Frederick Hartt, foi um geólogo canadense-americano. Acompanhou Louis Agassiz, de quem foi aluno, em sua viagem ao Brasil. Explorou o litoral brasileiro, tornou-se autoridade em História Natural da América do Sul. Foi coordenador da Comissão Geológica do Império do Brasil, que foi constituída pelo Imperador D. Pedro II e tinha como enfoque preliminar o estudo da Geologia, da Paleontologia e das minas brasileiras.

Assentamento Agroextrativista - PAE Curupira, com 1.716,64 Km²; Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Abacaxis II, com 2.874,23 km².

Dos 5.608,56 Km² de extensão, 4.644,36 km² estão sob a intervenção de projetos do INCRA e 964,20km², distribui-se entre a área urbana e demais áreas de não assentamento. A titulação e a escrituração de terras estão inconclusas, tanto na zona rural quanto urbana. Não possui acesso por terra. Para se chegar ao município, partindo de Manaus, é necessário fazer a travessia de balsa ou lancha, saindo do Porto do CEASA até o município de Careiro da Várzea, seguindo via rodoviária até a comunidade de Pedreiras onde se utiliza uma balsa para atravessar o Rio Autaz-açu até a cidade de Autazes. Em Autazes, tem-se a opção de atravessar o Rio Madeirinha, partindo da Comunidade do Rosarinho por meio de lancha com horários regulares diariamente ou balsa que opera uma vez por dia, nos dias de 4^a feira à sábado. Outras opções de acesso: sair da Balsa Amarela no Porto de Manaus, utilizando barco, lancha a jato; tem-se ainda a opção do táxi aéreo saindo do Aeroclube de Manaus ou do Eduardinho, anexo do Aeroporto Eduardo Gomes. Por situar-se a margem do Rio Madeira, principal hidrovía de acesso e articulação Manaus e Porto Velho, a sua localização permite uma estreita ligação com a capital e ao mesmo tempo com os demais municípios da calha desse rio (MARTINS, 2002).

2.4.2 Breve resgate histórico

A extensa pesquisa bibliográfica realizada para a construção dessa dissertação, aponta que pelos registros históricos primitivamente a região de Nova Olinda do Norte, foi habitada pelos índios Muras, Turás, Munducus e outras etnias catequizadas pelos Jesuítas. A obra catequética na região do Rio Madeira, começou em 1669, pelo padre João Sampaio, responsável pela organização da missão Trocano, que deu origem ao mais antigo município da região, Borba, fundado em 1728.

Segundo Vinhote (1998) em 1840 chega à região o português Manuel Martins de França, que em 1855 adquiriu uma sesmaria, que denominou de Nazaré, hoje a sede do município de Nova Olinda do Norte. Na medida em que seus filhos constituíam família, cedia parte da propriedade e cada uma recebia um nome diferente: Sobradinho, Santa Ana, Primor, Canãa, Novo Futuro. Formou-se se assim um povoado. No conhecido primeiro ciclo da Borracha, no período de 1870 a 1910, a Amazônia passou por intenso processo socioeconômico, com ênfase na região do Rio Madeira. Imigrantes portugueses e judeus- seringalistas e nordestinos-seringueiros, chegaram à região para a exploração da *Heveas brasiliensis*, que sustentou a economia local por certo tempo.

Pela Lei n. 2004/53, foi criada a PETROBRÁS, que chegou à região em 26 de agosto de 1953. A notícia da existência de petróleo, divulgada pelos meios de comunicação em massa, motivou intensa migração para o lugar. Os espaços foram sendo ocupados tanto pelos barracões dos imigrantes quanto pelas construções das instalações da Petrobrás. Vinhote (1998) registra que enquanto se construíam os galpões, alojamentos, escritórios, maternidade, escolas, área de esporte e lazer as plantações dos antigos moradores eram derrubadas e lançadas no rio Madeira. Ficavam de pé algumas castanheiras utilizadas para instalação do serviço de alto-falante que transmitiam anúncios e chamadas de operários.

Em 13 de março de 1955, na torre NO-1, Jorra petróleo em Nova Olinda do Norte. A repercussão internacional dessa notícia, motivou intenso fluxo de barcos dos mais variados tamanhos e vindos dos mais diversos lugares. Os barcos conduziam de pesquisadores a famílias inteiras em busca de novas oportunidades. A agitação exigia um mínimo de infraestrutura de bens e serviços. Os bens chegavam através dos barcos de recreio e a infraestrutura de serviços de assistência social, saúde, educação, segurança pública, manutenção da ordem, começaram a ser organizados.

Em 1957, a NO-2, na ilha do Maracá, distante 1800 metros de Nova Olinda, jorra petróleo em tamanha quantidade que à época ousaram denominar Nova Olinda

de a Cidade do Petróleo. Incluindo os poços secos e os produtores, ao todo foram 15 perfurações. O local crescia. Modernos alojamentos, praças iluminadas, ruas calçadas, estradas eram abertas. Tudo se mostrava bastante sólido, como era sólida a certeza a existência de ouro negro naquele lugar. Em seu nascedouro, Nova Olinda do Norte recebeu a ilustre visita de dois presidentes da república, Juscelino Kubistchek e depois João Café Filho.

Tudo isso Vinhote (1998) fazia com que o Amazônida acreditasse numa era de redenção, sem se aperceber de que estava sendo vítima de uma enganadora miragem e um triste ilusão geológica. Após o período de pesquisa, relatório do geólogo americano, Walter Link, confirmado posteriormente por Pedro Moura dá conta da inviabilidade da exploração.

Em 1965, a Petrobrás se retira do município levando a esperança da do povo. O local sofre um esvaziamento de cerca de 50% da população. O comércio paralisa. O faturamento cai drasticamente. O município passa a se manter com as transferências oficiais entre elas o Fundo de Participação dos Municípios e poucos recursos do extrativismo silvestre, superado pelas novas tecnologias de produção. Novamente Nova Olinda do Norte sofre frustração econômica e social.

Em 1973, estudos geológicos levam a um programa de exploração em pesquisa mineral na Bacia Amazônica. Descortina um novo horizonte para a região A Petrobrás anuncia a descoberta de jazida de potássio, minério base de fertilizantes. Em 1977 a Petrobrás Mineração S.A.- Petromisa, foi fundada para explorar as áreas potenciais de potássio, com ênfase na área denominada Fazendinha, localizada na margem direita do Rio Madeira, cerca de 25 km da sede do município de Nova Olinda do Norte. Os estudos começaram vinte anos depois, no período de 1979 a 1983 e ficaram paralisados de 1983 até 2009, quando a empresa Potássio do Brasil Ltda., inicia seus trabalhos na região e confirma a descoberta de potássio na região e anuncia investimento em pesquisa, na ordem de R\$ 180 milhões até final de 2013.

De acordo com dados do EIA-Rima-Projeto Autazes/2014, em virtude da pequena produção interna do Brasil e do vigor do setor agrícola brasileiro, o potássio é o 5º produto na lista de importações brasileira. Os principais fornecedores são Canadá (26%), Bielorrússia/Rússia (28%), Alemanha (17%) e Israel (11%). Atualmente o Brasil importa 94% das necessidades de consumo desse produto, sendo que a produção brasileira restringe ao Complexo Minas/Usina Taquari Vassoura, em Sergipe, pertencente a Vales Fertilizantes. O projeto potássio demonstra ser viável e aos investidores indica um retorno de capital investido de 5 a 7 anos. A empresa atesta a viabilidade econômica frente à alta demanda do mercado brasileiro, a logística e a localização favorável.

Para Nova Olinda do Norte, nova frustração. A implementação do projeto é transferida para o município de Autazes que em linha reta, fica distante 20km de Nova Olinda do Norte, onde segundo a empresa os estudos estão mais avançados e Nova Olinda do Norte, passa a ser apenas área de abrangência socioeconômica, conforme consta no Relatório de Impacto Ambiental, protocolado junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas.

2.4.3 Sobre a população total e a localização da amostra na zona rural

De acordo com IBGE (Censo, 2010) estima-se que 17.070 pessoas se encontram na zona rural e 13.626 pessoas na área urbana, totalizando em 30.696 habitantes, com um crescimento populacional de 2,63% no período de 2000-2010. A população de 25838 habitantes com até 40 anos de idade corresponde a 84% da população habitantes. Predomina o gênero masculino, com 51,3% da população. Com tendência a ruralização a população estimada para 2015 é de 35.156 hab.

Figura 1 - Registro Fotográfico de vista parcial de comunidades/moradias à margem do Rio Curupira em Nova Olinda do Norte/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)
Créditos: Elisene Santos

A população da zona rural está distribuída majoritariamente nas comunidades às margens e nos afluentes e lagos do Rio Curupira, Rio Madeira, Rio Paranazinho, Rio Urariá, Rio Abacaxis, Rio Paracunie e Arari.

Referenciadas no Rio Curupira são 29 comunidades com 401 casas. No Rio Madeira são 10 comunidades formadas por 140 casas. Nos Rios Parananzinho, Urariá, Abacaxis, Paracunie e Arari, são 41 comunidades formadas pelas 926 casas.

Quadro 7 - Localização das comunidades na Zona Rural de Nova Olinda Olinda do Norte/AM

Rio de Referência	Rios/Lagos/Igarapês/Paraná	Comunidades/Casas
Rio Curupira	Rio Curupira, Lago do Curupira, Igarapé Grande, Lago Castanho Açú, Lago Amanium, Lago Uixi, Lago do Ambé, Lago do Moura, Lago da Terra Preta, Lago do Mossoroça, Lago do Tarumã II, Lago do Tarumanzinho	29 comunidades 401 casas
Rio Madeira	Rio Madeira, Lago Boca do Piranha, Lago Jararaca, Lago Celso-Madeira, Lago do Centro, Laguinho do Bom Jesus	10 comunidades 140 casas
Rio Paranazinho Rio Urariá Rio Abacaxis Rio Paracunie Rio Arari	Paraná do Canumã, Lago Parananzinho, Rio Uraria, Lago do Amanium, Lago do Jurupari, Rio Abacaxis, Lago do Maria Curupira, Lago do Baruri, Lago do Apapa, Lago do Peixinho, Rio Paracunim, Rio Arari, Lago do Anta	41 comunidades 926 casas

Fonte: Assessoria Municipal de Interior/Prefeitura Municipal

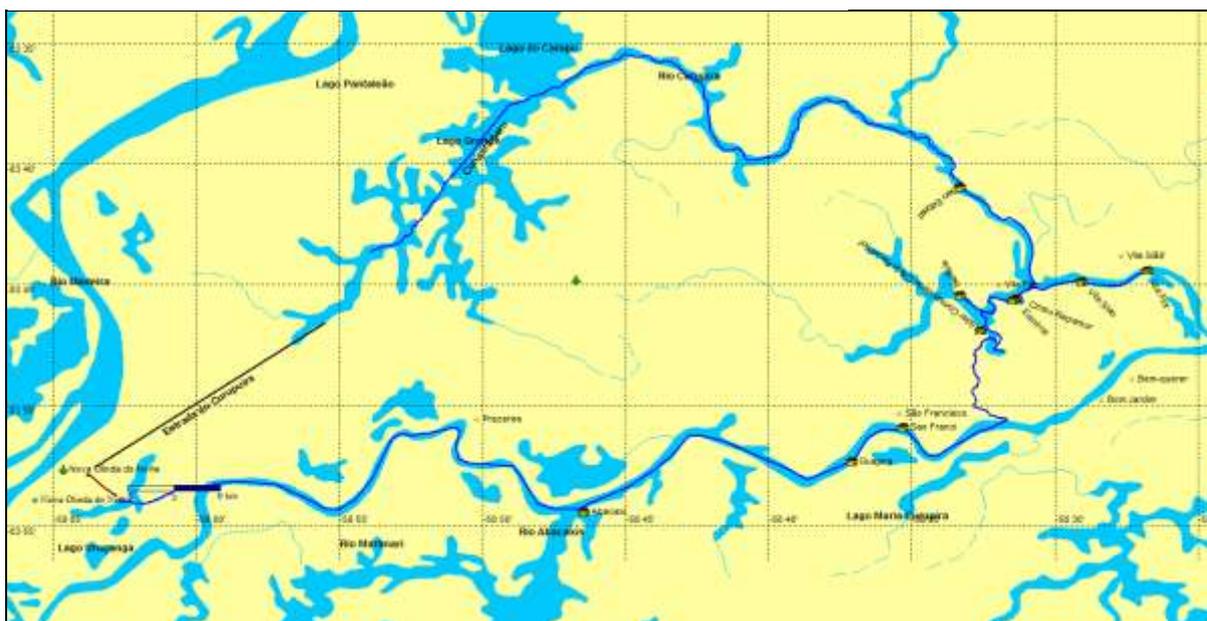
Ainda quanto à localização da população da zona rural, 1088 famílias estão no assentamento PAE Curupira, 614 famílias no PAE Abacaxis II e 374 famílias no PA – Paquequer. A lista completa com os nomes das comunidades, localização e quantitativo de casas está disponível nos anexos. Dada a complexidade dos rios a localização dos sujeitos da amostra rural que foi georeferenciada.

Quadro 8 - Localização da Amostra na Zona Rural - Município de Nova Olinda do Norte/AM.

Comunidade		Localização – endereço		Localização georeferenciada	
		Lago	Rio	Latitude	Longitude
Ponto 1	São Sebastião		Curupira	-03 41' 00,47972"	-58 33' 17,61584"
Ponto 2	Vila Sião		Curupira	-03 44' 54,69911"	-58 29' 01,93277"
Ponto 3	Vila Flor		Curupira	-03 44' 27,24641"	-58 26' 45,12778"
Ponto 4	Fazenda Novo Sertão	Mossoroça	Curupira	-03 45' 41,25571"	-58 31' 26,09011"
Ponto 5	Cristo Redentor	Mossoroça	Curupira	-03 45' 36,09855"	-58 31' 17,87114"
Ponto 6	Cristo Redentor	Mossoroça	Curupira	-03 46' 56,02096"	-58 32' 35,72023"
Ponto 7	Nova Galileia		Mossoroça	-03 45' 27,98646"	-58 33' 18,25901"
Ponto 8	S.Francisco de Assis		Uraria	-03 50' 57,91172"	-58 35' 16,33985"
Ponto 9	Divino Espirito Santo		Uraria	-03 52' 22,13235"	-58 37' 04,25558"
Ponto 10	Vila Abacaxis	Paraná Urariá	Urariá	-03 54' 28,31748"	-58 46' 26,92105"

Fonte : Pesquisa de campo - **Equipamento utilizado:** GPS Garmin Map 76 csx - **Técnico/Formação:** Técnico Florestal

Mapa 2 – Percurso para localização da amostra na zona rural



Legenda

 Rota de barco e lancha

 Rota de Carro



Comunidade / Residência

2.4.4. Sobre aspectos culturais

O festival folclórico é o maior atrativo cultural do município e ocorre nos meses de agosto e setembro, com a festa do bumbás, que recebem os nomes de Diamante Negro caracterizado pela cor azul e Corre Campo, na cor vermelha. Como opção de lazer na zona rural se destaca o futebol entre amigos e eventos religiosos das igrejas católicas e protestantes, na cidade, os banhos de igarapés e eventos religiosos.

Como atrativo natural tem a Floresta Nacional Pau Rosa (FLONA Pau-rosa), instituída em 2001, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – (ICMbio).

2.4.5 Sobre a economia

Fundado a partir de interesses na exploração do Petróleo, atividade econômica não consolidada, Nova Olinda do Norte/AM, manteve-se na timidez dos pequenos municípios amazônicos até o início da década de 1990, à partir de quando vem se mantendo na pauta de discussão, como município de alto potencial econômico em função das riquezas minerais de seu subsolo.

Segundo o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais – DNPM, o município tem uma reserva mineral de Silvinita¹⁶, capaz de tornar o Brasil autossuficiente na produção de fósforo e outros insumos utilizados na formulação de adubos químicos para a agricultura, com exploração por até 100 anos e que poderiam render mais de meio trilhão de reais.

16 Os depósitos da Amazônia foram descobertos em 1955 durante o programa de pesquisa de petróleo pela PETROBRAS, da mesma forma que os de Sergipe. As camadas de salgema estão associadas a sequência de evaporitos do Paleozoico Superior na região de Nova Olinda, MME - CONTRATO Nº 48000.003155/2007-17: Desenvolvimento de estudos para elaboração do plano duodecenal (2010 - 2030) de geologia, mineração e transformação mineral, 2009, P.29)

As atividades produtivas são pouco expressivas. O setor de comércio e serviços é modesto. A maior fonte geradora de emprego é o setor público. Sem uma atividade econômica forte a população se ocupa, segundo informações divulgadas pela gestão municipal com a agricultura que se expressa nas culturas temporárias, citando-se o cultivo da mandioca, seguido do abacaxi, feijão, melancia. A pecuária supre parte das necessidades de consumo do município. A pesca e avicultura são artesanais e não tem representatividade comercial. A extração vegetal baseada no pau-rosa, coleta de castanha, essências oleaginosas e frutas regionais está em declínio.

A falta de uma política agrária torna a vida da população rural mais difícil, que por conta dessa dificuldade, ponderam Salama e Valier (1997) é impelida para as cidades, aonde vai para o mercado informal, desregulado e precarizado que recebe duas interpretações. A primeira é da desproteção social e a segunda, de dinamizar a economia. Apontam que na América Latina os investimentos desde a década de 1990, nas áreas da saúde, a educação primária, vantagens aos jovens de gerações pobres, gastos com infraestrutura e acesso a empregos, tem sido insuficientes na redução da pobreza e que as maneiras de medir a pobreza nos países do terceiro e do primeiro mundo são diferentes, o que dificulta as comparações

De acordo com relatórios dos portais da transparência do Governo Estadual e do Governo Federal, foram transferidos¹⁷ no ano de 2014, respectivamente pelo Estado e pela união o montante de R\$ 8.479.684,70 e R\$ 35.527.477,45, sendo R\$ 8.769.477,00 por transferência direta às 3.665 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, conforme informação do Sibec, (folha de pagamento de dezembro/2014), e 460 famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde do Ministério do Meio Ambiente.

17 Repasses de ICMS, IPVA, Royalties e IPI, no exercício 2014 – Portal da Transparência do Amazonas – relatório consolidado – repasse por município

2.4.6 Sobre infraestrutura e serviços

O intenso fluxo de barcos e lanchas para transporte de passageiros ocorre com o suporte do porto local. Não dispõe de sistema de transporte coletivo urbano. O transporte escolar na zona rural é feito pelas lanchas escolares e pelas “catraias”, um modelo de barco regional e por ônibus, nas áreas próximas à sede do município.

Figura 2 - Registro fotográfico do Terminal Hidroviário de Nova Olinda do Norte/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Crédito: Elisene Santos

A energia elétrica é provida por meio de óleo diesel. O linhão de Tucuruí, ainda não está interligado. 27% dos domicílios urbanos não possuem energia elétrica. As comunidades rurais atendidas pelo Programa Federal Luz para Todos, tem o fornecimento de energia interrompido às 22 horas. 46% dos domicílios urbanos estão interligados ao sistema de fornecimento de água. A coleta de resíduos sólidos ocorre regularmente e por ocasião da coleta de dados tanto o centro da cidade como a periferia o aspecto de higiene e limpeza prevalecia. O fornecimento de água na zona urbana é administrado pelo Sistema de abastecimento de Água de Nova Olinda do Norte - SISANON.

Na área de comunicação, conta com uma emissora de rádio local em FM, sinal aberto das emissoras de TV de Manaus, capta o sinal de telefone celular das de todas as operadoras que atuam na região, a internet é precária. A segurança pública conta com viaturas do programa Ronda no Bairro. O Comando da Polícia Militar em situação extremamente precária abriga a cadeia com população carcerária acima da capacidade de 20 detentos. No âmbito da assistência social, conta com um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Os serviços de saúde são desenvolvidos nas unidades básicas de saúde e numa unidade hospitalar. Destaca-se a atuação dos agentes comunitários de saúde e a estratégia saúde da família. A assistência farmacêutica se dá através da Central de Assistência Farmacêutica. Não há serviços privados na área da saúde.

O ensino pré-escolar até o ensino médio conta com 5 escolas estaduais e 61 escolas municipais, das quais 54 estão na Zona Rural. No polo da Universidade do Estado do Amazonas, são disponibilizados dois cursos de nível superior no período da tarde e noite. Possui uma agência bancária privada. Não conta com agências de instituições financeiras públicas. Uma agência postal da Caixa Econômica Federal, funciona em estabelecimento comercial. Embora tenha um prédio novo, construído especificamente para a Previdência Social/INSS, ainda não foi inaugurado e não funciona devido a não realização do concurso público para servidores.

Figura 3 - Registro fotográfico da Agência da Previdência Social em Nova Olinda do Norte/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).
Créditos: Elisene Santos

2.4.7 Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento (PNUD, 2013) houve crescimento no índice de desenvolvimento humano nesse município no período de 2000 a 2010, 0,62. Com a utilização da nova metodologia, em 2013, cai para 0,558.

Na classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD o município está entre as regiões consideradas de baixo desenvolvimento humano (IDH-m entre 0,500 e 0,599). No ranking nacional, ocupa a posição 5.565º lugar e encontra-se entre os dez municípios mais pobres do Amazonas. Tendo à sua frente, Novo Aripuanã, com 75,45% da população em situação de pobreza, Envira com 74,28%, Itapiranga, com 72,3%, Carauari com 70, 10%, Guajará com 68,67%, Tapauá, com 68,29%, Ipixuna com 66,86%, Japurá com 66.05% e Jutai com 65,71%.

Dados IBGE (Censo, 2010), Nova Olinda do Norte apresenta mais de 17 mil pessoas em condição de pobreza, o que justifica o aumento no valor transferido para o município no programa Federal Bolsa Família, no período de 2004 a 2014. Com exceção de uma família da zona rural que participou da amostra, as demais são beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família.

2.5 O MUNICÍPIO FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO.

Nesse subitem busca-se aproximação da extensa pesquisa bibliográfica com a realidade vivida a partir dos dados levantados junto às populações urbana e rural do município, almejando contribuir nas reflexões que possam subsidiar políticas públicas que venham ao encontro das demandas locais.

2.5.1 Aspectos da alimentação e do trabalho sob a ótica da pobreza, no contexto do Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Linhas de pobreza absoluta, relativa, subjetiva, índices multidimensionais de necessidades básicas não atendidas, combinação entre linhas de pobreza e indicadores de privações, são várias as possibilidades de abordagem para a definição de pobreza. Estudiosos afirmam que embora seja possível estabelecer critérios para subsidiar cada uma dessas escolhas, envolve, porém a tomada de muitas outras decisões sobre onde se encontra a linha da pobreza. Por mais rigorosos que sejam os critérios de ordem técnica, não há como se furtar dos juízos de valores.

O primeiro Objetivo da Agenda Internacional de Desenvolvimento tem por meta a redução pela metade, entre 1990 e 2015, da proporção da população em extrema pobreza; a garantia de emprego pleno e produtivo e boas condições de trabalho para todos, inclusive mulheres e jovens e a redução pela metade, da proporção da população que sofre fome.

Em 2.000, o município de Nova Olinda do Norte tinha 75,6% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 59,4% em 2.010. Mesmo apresentando uma redução de 21,4% no período, são 17.722 pessoas nessa condição de pobreza. (Relatórios Dinâmicos, Portal ODM). Note-se que as informações não dão conta da situação da fome e a definem, no contexto do Objetivo 1, pela ausência de renda ou a reduzida capacidade de compra que fundamenta o conceito de pobreza absoluta adotado, pelos organismos internacionais bem como na fundamentação do Plano Brasil sem Miséria.

Na tentativa de explicitar as expressões de pobreza no Amazonas, o estudo optou por identificar a quantidade e a composição de refeições da população, tanto da zona rural, onde reside a parcela com menor renda quanto na zona urbana. O guia alimentar da população brasileira, edição 2014, indica três refeições diárias,

sendo desjejum ou café da manhã, almoço e jantar, podendo ser intercaladas com refeições menores. A pesquisa de campo junto à população da zona rural demonstrou que a reduzida capacidade financeira, em relação aos municípios de maior IDH-M não significa necessariamente incidência da fome junto na população de Nova Olinda do Norte. Na zona rural das 11 famílias entrevistadas, 1 família faz duas refeições diárias; 5 famílias, três refeições; 03 famílias, 04 refeições, 02 famílias chegam a 05 refeições diárias. Situação semelhante ocorre com as famílias na zona urbana. 02 famílias afirmaram fazer duas refeições diárias, 08 famílias fazem 04 refeições diárias e duas famílias 05 refeições diárias.

Para os dois segmentos o estudo solicitou que indicassem nove alimentos mais consumidos diariamente. No item composição de alimentos, prevalece na mesma proporção entre todas as famílias, tanto da zona urbana quanto rural, o consumo de peixe, de farinha e de produtos regionais, entre eles a macaxeira, a batata doce, a banana regional. Em seguida aparece o macarrão. Arroz, feijão e leite são mais consumidos na zona urbana. Na zona rural, o consumo de leite em menor quantidade, ressaltam que é mais para as crianças. A incidência de carne vermelha e de ave é pequena.

Em algumas regiões do Brasil, a mandioca e a batata-doce são consumidas no café da manhã como substitutos do pão. A mandioca, em particular, também é usada no preparo de doces caseiros como pudins e bolos. A mandioca consumida na forma de farinha é acompanhamento frequente de peixes, legumes, açaí e vários outros alimentos. A farinha de mandioca também é usada como ingrediente de receitas de pirão, cuscuz, tutu, feijão-tropeiro e farofas. Nas regiões Norte e Nordeste substituem com frequência o arroz na mistura com o feijão. (Guia alimentar, pg. 72).

Prevalecem na região, pequenas propriedades desprovidas de infraestrutura e assistência técnica para o cultivo e produção agrícola. Os sistemas alimentares estão centrados no intenso uso da mão de obra familiar e no cultivo consorciado de vários alimentos em pequenas proporções, o que atesta as informações das famílias

pesquisadas. Alimentos processados aparecem pouco na dieta da população do local.

O estudo de Ribeiro (2012) demonstra a riqueza da alimentação amazônica, que nos municípios do interior ainda não totalmente absorvida pela cultura capitalista de consumo de alimentos processados. Quanto ao hábito comum de ingerir peixe, aponta os peixes mais consumidos, como o jaraqui, por exemplo, ricos em ômega3, 6 e 9 e podem ser facilmente comparados com o salmão. A substituição da farinha de trigo pelos derivados da mandioca ou da macaxeira traz vantagens. A mandioca contém vitaminas do complexo B em grande quantidade, fibras solúveis e proteínas, além de não conter glúten.

A produção de subsistência e os recursos naturais entre eles a pesca e os produtos nativos garantem alimentação da população e na amostra selecionada e durante o estudo não foi observado situação de fome no município.

2.5.2 Aspectos das condições e oportunidades de trabalho

A garantia de emprego pleno e produtivo e boas condições de trabalho para todos incorporam são metas para o Objetivo 1. A amplitude de “boas condições de trabalho para todos” enseja, assim como na definição dos conceitos de Linhas da pobreza, diversas possibilidades. O estudo focou nas atividades inerentes ao meio rural, em face, ao maior número da população se encontrar nessa área. Ressalta-se que a participação dos 20% mais pobres da população na renda do município passou de 3,4%, em 1.991, para 1,0%, em 2.010, evidenciando aumento no nível da desigualdade.

Pelo critério de inclusão a população tem por ocupação o extrativismo, a pecuária, a pesca, a agricultura ou outras atividades inerentes à zona rural. As profissões pelas quais os entrevistados de identificaram são carpinteiro, agricultor, agricultor e pecuarista. Quando à ocupação, o resultado é bem interessante. Agricultor /zelador da comunidade; agricultor/comerciante e piloto de rabeta;

agricultor/agente de saúde; carpinteiro/piloto de catraia. Mostrou-se comum o trabalho assalariado pela prefeitura municipal e o exercício de atividades rurais. Dos entrevistados, apenas um não tinha vínculo com a prefeitura municipal, o proprietário de uma fazenda com a sede situada num flutuante que serve de apoio para os moradores no interior da floresta.

Correa da Silva (2012) defende tese sobre as reiteradas tentativas de desqualificação da população trabalhadora do interior do Amazonas. Essa população, conforme demonstra o estudo desenvolveram uma profissão e se reconhecem nela. São carpinteiros, agricultores, pescadores, pecuaristas, frequentemente exercendo suas atividades no modo tradicional, pois que ainda não foram alcançados pelos avanços que permitam uma produção que seja aceitável no modo de produção com vistas ao lucro.

No entanto, trabalhar na zona rural, numa economia de subsistência, ou residir às margens de um rio não os tira dessa população o direito de ser reconhecida por sua categoria profissional. O pejo de ribeirinho à população, não só desqualifica, como também não cria condições sociopolíticas para que se pense efetivamente em políticas públicas para atender à demanda dessa população.

Segundo os estudos de Furtado (2009), as grandes dificuldades do desenvolvimento se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade e o impulso inicial que permite superar essas dificuldades vem, historicamente, de fora da comunidade.

O município, a menor unidade da federação necessita da ação conjunta do Estado e da União na superação das desigualdades. A força do capital deveria impulsionar o desenvolvimento das potencialidades locais com vistas à promoção do desenvolvimento do local. Sant'Anna (2003) atualiza o debate sobre os conceitos de cidade e do espaço urbano, para onde, em linhas gerais, são formuladas as políticas sociais brasileiras. É a partir da tese de Castells, que defende a ideia de que não há uma cultura de cidade, o que existe é uma cultura da sociedade capitalista.

Entre as dificuldades relatadas pela população rural, é a falta de apoio na produção e ao acesso aos recursos para financiamento. A.C.M.D, 50 anos informa que não acessa aos recursos por não ter a documentação da terra. Ao se questionado porque não busca a legalização, informou ele os órgãos que ele procurou poderia obter o título de posse, desde que providenciasse o estudo topográfico, o que é oneroso para seu orçamento e que também, por outro lado, ele não observa vantagem em gastar tanto dinheiro com documentos e depois ficar igual a muitos outros agricultores:

(...) porque aqui você tem terra a vontade aí sobrando né pra plantar o que quiser e eu acredito que dá tudo que se plantar dá, tem o peixe no rio, tem a farinhazinha na rocinha... não para de chover tanto, se para é pouco período, mas que não tem essa dificuldade em termo disso, porque é só ter ajuda, incentivo do governo, pra que desenvolver as atividades que a região tem, a terra tem tudo, é da terra que se tira o pão, tira o alimento que vai pra todo o mundo, agora precisa de que? De recurso né e de assistência técnica essas coisas que vem desenvolver a agricultura esse negócio. Tá certo que o governo tem plano de agricultura familiar tem isso, tem aquilo, mas quando vem, vem tudo mal assistido, vem tudo assim como se diz é... veio aí uns projetos que veio tudo, levaram tudo o dinheiro do povo só ficou a dívida no banco, no Pronaf esse negócio mas aí acabou em muda, acabou em isso, acabou em aquilo, o povo só ficou endividado, vinte mil, quinze mil, tudo pelo banco cada agricultor, mas você vai ver não tem nada plantado, acabou em nada porque, mal assistido, mal planejado né, as pessoas que faziam o projeto por exemplo entregava pela metade as mudas é isso aquilo outro recebia o dinheiro lá no banco mas o produtor não era beneficiado (...).

Em se tratando de políticas voltadas para a população rural, o estudo identificou além do descrédito da população para com as ações que lhes favoreçam bem como fragilidades estruturais da parte do Estado, que afetam negativamente o município. Dos 5.887 Km² de extensão, 4.644,36 km² está sob a intervenção de projetos do INCRA. No recorte desse estudo, o assentamento PA Paquequer, foi criado no final da década de 90, pelo Ato de criação 112 de 27/11/1998, com 374 famílias capacitadas e 363 famílias assentadas De acordo com dados do INCRA, o Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, e gestão e implantação/recuperação/ ampliação de agroindústrias. Apoio também atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroecologia. Esse projeto foi regulamento pela Norma de

Execução DD/INCRA nº 76 de 26/08/2008 e faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Plano Plurianual (PPA) que define os programas prioritários do Governo Federal, com execução diretamente pelo INCRA por meio de licitações e contratos ou contratos de repasse, termos de cooperação, termos de parceria, protocolo de intenções ou convênios com as instituições proponentes. (art.14 DD/INCRA nº 76 de 26/08/2008). Consulta aos Convênios no Portal da Transparência do Governo Federal, no período de 01/01/1996 até 23/08/2015, registram seis convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário, via INCRA– Superintendência Regional da Amazônia - SR 15, para o Município de Nova Olinda do Norte.

Quadro 9 - Convênios do MDA/Governo Federal com Nova Olinda do Norte/AM, período de 1999-2014.

Data final do Convênio	Valor total do Convênio	Destinação	Conveniente
22/10/1999	R\$ 525,000,00	Eletrificação rural no âmbito da reforma agrária	Prefeitura Municipal
13/12/2000	R\$ 4.654,80	Assistência Técnica às famílias do Assentamento Paquequer	Associação dos Produtores Rurais/Paquequer
19/12/2001	R\$ 29.530,00	Contratação de Terceiros p/ assistência técnica a 100 famílias/Assentamento Paquequer	Associação dos Produtores Rurais/Paquequer
06/03/2003	R\$ 21.436,80	Contratação de Terceiros p/ Assistência técnica a 145 famílias/Assentamento Paquequer	Associação dos Agricultores, agricultoras e familiares do Assentamento Paquequer.
08/11/2006	R\$ 19.450,00	Implantação de Centro de Apoio e Integração p/ produtores e Conselhos Municipais	Prefeitura Municipal
29/06/2007	R\$ 114.318,34	Equipamentos para Agroindústria – Cupuaçu e outras frutas	Prefeitura Municipal

Fonte: Convênio por órgão concedente/CGU/Portal da Transparência do Governo Federal

O valor total conveniado entre o órgão e o município do Estado no período de 1999 a 2014 foi de R\$ 580.621,60 . Os dois últimos convênios R\$ 19.450,00 de 08/11/2006 e R\$ 114.318,34 de 29/06/2007 foram transferidos para a Caixa Econômica Federal e não são contabilizados como repasse do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na hipótese desses recursos terem sido direcionados exclusivamente para o assentamento PA Paquequer, em detrimento dos demais assentamentos e

agricultores independentes e acordo com esses dados, acumula o total de R\$ 1.597,80 por família assentada (393), no período de 15 anos.

A situação de falta de apoio nos anos anteriores, apontada pela população rural é justificada e as perspectivas de mudança passam pela intervenção efetiva de políticas públicas em diversas áreas, conforme exposto a seguir.

Em 01/12/2014, o INCRA, através da SR 15, anunciou investimento na ordem de R\$ 41 milhões de reais para atender com assistência técnica para 5 mil e trezentas famílias em 41 assentamentos localizados nos municípios de Autazes, Borba, Nova Olinda do Norte, Boca do Acre, Beruri, Manacapuru, Careiro, Manaquiri, Humaitá, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Manaus.

A chamada por edital destinava-se a instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados conforme determina a legislação. O objeto do edital era a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, compreendendo planejamento, execução e avaliação dos processos de organização social, implantação de atividades produtivas sustentáveis e processo de comercialização, com vistas à segurança alimentar, inclusão produtiva e social e o incremento da renda dentro do contexto nacional da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. (Assessoria de Comunicação Social INCRA/AM).

No dia 16/03/2015, ata de reunião para habilitação e classificação das propostas da chamada pública de ATES n. 02/2014/SR-15/AM/INCRA, registra que a única entidade que apresentou propostas para atuar em Nova Olinda do Norte, Nymuendaju, organização não governamental, estava inabilitada a concorrência por não atender aos itens do edital.

No contexto, infere-se que o lamento da população trabalhadora rural de Nova Olinda do Norte, exemplificada na fala do agricultor, é justificado, tanto pela falta de atenção, quanto pela dificuldade no financiamento, quanto ao assessoramento, acompanhamento e orientação técnica e mais ainda, pela ausência de projetos.

A informação do Sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Olinda do Norte, com mais de 5 mil associados, é de que devido ao elevado índice de inadimplência dos produtores que acessaram recursos federais através do PRONAF, logo que foi implantado, o município está impossibilitado de acessar novos recursos. Ao questionamento sobre o que teria levado a essa situação, também relatada pela população rural, a Secretaria Municipal de Produção e Fomento a Agricultura, aguiu que foi a falta de planejamento e falta de preparo para lidar com as novas tecnologias de produção que acarretaram na desmotivação de parcela de produtores rurais. À época os pequenos agricultores foram incentivados a tomar os financiamentos, sem terem obtido os esclarecimentos sobre os compromissos carreados, bem como ausência de assistência técnica, acompanhamento, monitoramento e avaliação. Relaciona-se com a baixa escolaridade da população.

Evidenciando os entraves e a descontinuidade nos planejamentos locais, em Vinhote (1998) registra que:

Inaugurada em 20 de julho de 1979, e após 18 anos de funcionamento, o BASA, paralisou suas atividades, dada as dificuldades encontradas por seus administradores, devido ao baixo desempenho, sobretudo, pelo elevado grau de inadimplência, em decorrência de créditos concedidos e não honrados.

Ao discorrer sobre os instrumentos de maior participação no processo desenvolvimentista na Amazônia, Batista (2007) refere-se ao Banco chamado a princípio da Borracha, criado em 09 de julho de 1942 e que a partir da Lei de 28 de setembro de 1966, passou a ter a designação atual de Banco da Amazônia S.A – (BASA).

Os registros de Vinhote (1998) comparados com a situação encontrada, durante o processo investigativo, tanto junto à população da zona rural, quanto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no caso da inadimplência, evidencia que ao longo dos últimos 17 anos, de 1997 quando o BASA deixou o municípios até final de 2014, não houve na região, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos e programas implementados na região, haja visto, *ipso facto*, a reincidência da situação.

Importa, no entanto, esclarecer que muito provavelmente, a população desconheça que os grandes financiados do Banco da Amazônia, desviaram recursos, para invertê-los, segundo Batista (2007), especialmente na especulação imobiliária. Entre essa e outras situações, parte do problema decorreu dos financiamentos concedidos pelo Banco, às indústrias do Sul, num verdadeiro contrassenso: A Amazônia, através do Banco criado para contribuir no processo de desenvolvimento da região, financiava o processo industrial nas áreas mais ricas do Brasil

Sem financiamento, na atualidade o trabalho e a renda da população rural majoritariamente relacionam-se com as ações do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e foi regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA tem as finalidades de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois Objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a

produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo. Para o alcance de todos os Objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional. Esse programa é operacionalizado por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Avaliação e planejamento na formulação de projetos deveriam contribuir para minimizar as dificuldades da população. O distanciamento do centro de decisões e das ações político-administrativas da população, em especial da Zona Rural, incidem diretamente sobre a população, que pela fala do agricultor, morador na Vila Flor, que informa não poder acessar financiamento pela ausência do título da terra e contraditoriamente a SEPROR informa:

O agricultor familiar que possui até 04 módulos fiscais de terra (o que equivale a áreas de 20 a 80 hectares para a região de Manaus e entorno, e de 80 a 400 hectares nos demais municípios do interior) não precisa ser titular da terra para obter um financiamento. Com uma declaração da Sepror, ou da Prefeitura ou até mesmo da Igreja, atestando que o posseiro não é invasor e que ocupa a terra de forma mansa e pacífica, o agricultor pode acessar as linhas de crédito referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser obtida no Idam, no Incra, no Sindicato de Trabalhadores Rurais e na Federação da Agricultura, o agricultor deve procurar um agente financeiro – Afeam, Banco do Brasil ou Basa – ou o Idam em seu município
(<http://www.sepror.am.gov.br/amazonas-rural/>)

Confirmando a forte ligação da população com suas raízes, o agricultor, pai de 03 filhos de 24, 22 e 18 anos, que concluíram o ensino médio tecnológico mediado (SEDUC) e que não desejam sair do lugar em que moram, pois imprimem a suas vidas a vocação para uma vida saudável e em contato permanente com a natureza. Da mesma forma a filha de 21 anos, que cursa enfermagem na capital por incentivo dos pais, mas que segundo os pais, ela deseja retornar para o lugar em que seus pais moram há 25 anos no lugar. Bem articulado e com a presença

dos integrantes da família, um agricultor, da Vila Flor, respondeu à pergunta: O que o motivou a morar aqui?

A gente gosta do interior né, gosta de um lugar mais tranquilo de paz né (...) a gente procura se refugiar da cidade das coisas ruim.. de criar os filhos num princípio né , que vá preparar eles pra ser pessoas cidadãos tanto aqui na terra quanto no reino dos céus esse é o objetivo da gente ta aqui nesse interior que agente tem paz vivendo na natureza né. Deus presente aqui com agente né como ele falou eu acredito que agente vai ter uma vida mais longa aqui nesse interior. (...)

Ao expressar o sentimento de amor pelo lugar em mora, esse amazonense de Itacoatiara e residente a um quarto de século no lugar completa: deve pelo menos aqui no nosso Amazonas vê a realidade do Amazonas e cada Estado ou cada legislação fosse para cada Estado pra poder atender as necessidades conforme a realidade do município ou do estado né porque muitas vezes as leis fazem pra lá, mas lá é uma realidade aqui é outra em todo canto né.

O município registrou no período de Janeiro a Dezembro de 2014, segundo o MDS (Fonte: MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED) apenas 20 admissões no mercado formal de trabalho com redução de 425 postos formais no período de 2009 a 2012 (Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTE). Enquanto trabalha e aguarda por decisões e ações políticas e administrativas que a afetem positivamente, renda per capita da população estimada pelo IBGE (Censo, 2010) foi de R\$ 232,97.

2.5.3 Aspectos da educação no contexto do Segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Na trilha avaliativa do desenvolvimento social de Nova Olinda do Norte, aborda-se nesse sub item, aspectos da educação no contexto dos ODM, a exemplo das avaliações da saúde. Garantir até 2015, que todas as crianças de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de estudo e eliminar as disparidades entre os sexos no ensino em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015, são metas

traçadas para se alcançar o objeto 2 e 3. Objetivo 2 - Atingir o ensino básico universal e Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres. Os dados oficiais apontam expressivos avanços em número de matrícula no diversos níveis de ensino e o estudo não se ocupou em analisar esses dados. O estudo elencou a quantidade de escolas rurais e urbanas para atender versus a população, as condições de acesso, transporte e mobilidade a essas escolas e a qualidade do ensino, na análise dos usuários do sistema de ensino.

No bojo das dificuldades e desafios vivenciados pela população, percebeu no estudo a vinculação afetiva das pessoas ao lugar e esperança de que vai melhorar a partir da educação.

O papai se mudou por motivo de (...) aí trouxe nós pra esse município e ficamos. eu fiquei até os meus dezesseis anos aí saí pra estudar um pouco e depois dos meus vinte e cinco anos retornei e fiquei até agora. Essa foi a razão de eu me doar. Eu fui lá fora estudei um pouco. Vi o outro lado da vida e senti na pele, no sangue a necessidade do incentivo educacional e foi a minha razão de eu ficar aqui. Eu sinto hoje a necessidade de pessoas mais preparadas pra continuarem incentivando esse pessoal aí. (Morador Vila Monte Sião. Coursou até o ensino médio)

O esforço empreendimento por essa população para oferecer educação como meio de melhorar a situação econômica e social, nos limites dos respeito aos valores locais, são dignos de admiração.

Problemas quanto ao transporte escolar identificados por Martins (2002), em seu estudo sobre a nucleação escolar, persistem se não foram agravados. Aliados aos desafios da natureza, a força da correnteza, os troncos de árvores que descem os rios, aos animais nas margens dos rios, à chuva, ao calor, soma-se os de ordem administrativas, que em tese deveriam ser resolvidos com a nucleação, considerando o repasse dos recursos:

O transporte pra trazer as crianças né, pra virem estudar, por uma parte muitas vezes se torna difícil né, pras crianças, porque o transporte, ele ta sendo um pouco pequeno né. E é muito arriscado pelo menos pelo rio né, porque a canoa elas tão pela secretaria. Elas era pra ser de doze metros e tem canoas que tem sete, oito metros né, então se torna muito pequena pras crianças. (Morador Nova Galiléia, Rio Mossoroça).

Os esforços empreendidos na superação dos desafios cotidianos para acessar a escola, demonstra que para a população amazônica da zona rural, reside na educação a possibilidade da melhoria de vida. O contexto das escolas na zona rural do Amazonas desafia a lógica capitalista e o funcionamento das unidades educacionais instaladas ou não em comunidades, está sujeita, além das especificidades das populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros, ao regime das águas, dada a geografia regional, assim como a dinâmica do trabalho de substancial parcela da população rural.

A interdependência estabelecida entre a população e a natureza, resulta em valores não compreendidos por aqueles que não conhecem a região, que não tem contato direto com essas populações que conferem sentido às coisas mais simples que aos olhos da cultura urbana capitalista são desprovidos de significado. Para a população da floresta, habitar num comunidade¹⁸ é sinônimo de ascensão social e progresso. Com raízes fincadas seja na terra firme ou nas margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia, o olhar da população ultrapassa os limites físicos e geográficos impostos pela grandiosidade dos rios e das florestas e vislumbra a permanência no lugar que amam e ao mesmo tempo, integrar o rol dos que tem os direitos sociais garantidos, entre eles a educação.

Quadro 10 - Rede municipal de ensino na zona rural de Nova Olinda do Norte/AM

Rede Municipal de ensino - zona rural 54 escolas	Total turmas	Total Alunos	Total professores	Alunos por professor	Professor por turma
SÉRIES					
Mult.série - 1º ao 5º					
Mult.série - 6º ao 9º					
Educação Infantil					
Individuais 1º ao 9º					
EJA - Fund/Médio					
	244	3773	286	13,19	1,17

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dados: Secretaria Municipal de Educação.

¹⁸ Designa assentamentos humanos às margens dos rios. A denominação retoma a organização política formal que é baseada no modelo sugerido pelo Movimento de Organização de Base (MEB) a partir do final dos anos 60. As comunidades são formadas por 10 a 20 domicílios. Contam com um mínimo de equipamentos: escola, posto de saúde, campo de futebol, e se formam em torno de instituições religiosas. LIMA, Déborah de Magalhães & ALENCAR, Edna Ferreira.,

Quadro 11 - Formação acadêmica dos profissionais de educação por zona de atuação

Nível de formação	Zona Urbana	Zona Rural
Ensino Superior Completo	154	96
Ensino Superior Cursando	43	128
Ensino Médio – Magistério	10	7
Ensino Médio – Acadêmico	21	60
Total de profissionais	228	291

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Dados: Secretaria Municipal de educação

O quantitativo de profissionais da educação na zona rural é superior à zona urbana. Dos 291 profissionais, sendo 286 professores, 128 estão cursando o nível superior, o que não permite que estejam em sala de aula em tempo integral. Isto posto a razão de professor por turma é inferior a 01 professor por turma. A secretaria Municipal de educação declarou que os profissionais demonstram resistência em lecionar no interior, devido às condições de trabalho. Para Martins (2002):

Vencer as peculiaridades locais e inserir a zona rural ao processo educacional praticado em todo o país se tornou o desafio a ser alcançado pelas administrações municipais. A busca de alternativas que possibilitassem a viabilização daquilo que caracteriza a criação de ambientes educacionais democráticos, de qualidade e com salas de aulas mais participativas, com menores índices de repetência e desistência e com maior número de alunos matriculados nas escolas pertencentes às zonas rurais dos municípios do Amazonas, encontrou sua alternativa pedagógica na instalação da estratégia política educacional denominada como: nucleação escolar. (...) A existência de numerosas unidades escolares de pequeno porte, normalmente organizadas com salas multisseriadas, apresentando condições físicas e matérias deficitárias, com professores leigos e quadro de matrícula limitado pela baixa concentração demográfica, é característica regional preocupante para a obtenção dos resultados buscados pela nova LDB.

No município de Nova Olinda do Norte, a nucleação¹⁹ escolar ocorreu sob a égide da descentralização da educação, evidenciando que o esforço que deveria ser para melhoria da educação, foi empreendido no sentido de obtenção de repasses do Fundef, que privilegia o quantitativo de matrículas e não a qualidade do ensino. O

19 RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.(*) Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

estudo de Martins (2002) traz relatos de pais e alunos, denotando a insatisfação e o sentimento de perda com o processo de nucleação escolar. A imposição da prática pedagógica simbolizou para a população, retrocesso no desenvolvimento das comunidades onde as escolas foram nucleadas.

A avaliação do Conselho Nacional de Educação sobre o processo de nucleação das escolas do campo resultou no Parecer CNE/CEB nº 23/2007 que propôs redirecionamento na educação para a zona rural e através da Resolução Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008-MEC/CNE/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, estabelece-se diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, destacando-se:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Registra-se que permanece da zona rural de Nova Olinda do Norte, o formato pelo qual ocorreu a nucleação escolar, conforme fora estudado por Martins (2002). Dados da Secretaria Municipal de Educação (2014) demonstram que a população estudante da zona rural é atendida em 54 escolas, com 244 turmas e totaliza 3773 alunos. Os desafios para promover educação no Amazonas são percebidos somente quando se aproxima do cotidiano da vida amazônica. As distancias são medidas em horas de viagem pelos rios. O acesso aos portos de onde partem o transporte escolar, feito por barcos e lanchas muitas vezes é antecedido por viagem de pais que navegam em canos a remos por entre os igapós, pequenos rios e lagos. O período de cheia dos rios acarreta riscos de acidentes, em face, ao deslizamento de troncos de árvores. O transporte escolar no período da noite tem a iluminação nas noites de lua clara e quando muito, a lanterna do condutor da embarcação. A

insatisfação dos pais de alunos das escolas nucleadas, registrada por Martins (2002), ainda é presente:

(...) eu queria que melhorasse aqui é que conseguisse fazer uma escola aqui, porque não tem a escola das crianças. Tem esse centro aí, mas é o centro do tempo da festa, né. Como não tem o colégio a gente cedeu pra estudarem porque ainda não mandou fazer uma escola aqui, eu queria essa escola aqui. Porque ele quis acabar com a escola daqui. E ele quis botar tudo pro São Francisco. Só que o povo não quiseram. A professora fez um abaixo assinado e aí levou pra lá e aí ficou as crianças. Os outros estudam no São Francisco, eles tão grande né e as crianças que estudam fica ruim pra irem pra lá né aí os pais não aceitaram. (Moradora na Comunidade Divino Espirito Santo, da Vila Guajará)

A redução da jornada diária de aula e também é questionada pelos pais:

A lei reza que é quatro horas pro aluno, né. E nós temos uma redução muito grande. Tão grande que o gestor diz assim: olha só vai ter meio tempo, aí meio tempo o que que um professor vai fazer numa classe? E os alunos, o que que vão aprender com meio tempo de aula? Os gestores que tem, que gesta a escola eles não são das comunidades, eles vem da sede do município e aí pra mim é isso aí, eles não tem sangue derramado, espalhado então não tão nem aí né, o que eles querem é amontoar dinheiro só isso (Morador da Vila Monte Sião).

Quando tem merenda vai até as onze e quando não tem é até as nove, eu acho pouco o horário pra eles estudarem. (Moradora da comunidade Vila Flor).

Nos finais de meses a nossa escola da uns vinte dias de aula depois para pra que os professores possam receber seu beneficio. Passa quase uma semana pra começar de novo. (Moradora da Comunidade São Francisco. Rio Urariá).

Muitas vezes a educação não é muito boa devido as falhas das pessoa. Estuda pouco, falta transporte e não vem. É assim que funciona né. Não é um negócio cem por cento, que falha muito. Durante um mês estuda quatorze, quinze dias útil muitas vez. (Morador Lago Mossoroca, rio Curupira).

Em tempos que se discute a ampliação da jornada escolar até alcançar a Educação em tempo Integral, conforme o Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento,

a redução da jornada escolar, como exposto pelos moradores e pais de alunos, contribui negativamente nos índices de educação no município. Comparativamente a legislação da educação que está posta, a zona rural do município caminha na contramão:

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), retoma e valoriza a Educação Integral como possibilidade de formação integral da pessoa. O PNE avança para além do texto da LDB, ao apresentar a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental e, também, da Educação Infantil. Além disso, o PNE apresenta, como meta, a ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos, 7 horas diárias, além de promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando o fortalecimento e a instituição de Conselhos Escolares.

O índice de desenvolvimento da Educação básica – IDEB, na 4ª. série/5º.ano de 3.5 (em 2007); 3.4 (em 2009); 3.8 (em 2011); 3.9 (em 2013) registra que o município vem alcançado as metas projetadas. A meta para 2013 era de 3.7. Da mesma forma na 8ª. série/9º ano alcançou a meta projetada com o índice de 3.3 (em 2013). O IDEB é índice que numa escala de zero a dez, sintetiza dois conceitos: aprovação e média de desempenho em língua portuguesa e matemática. A distorção série idade é acentuada segundo dados do INEP (2014) . No ensino fundamental, 23,5% dos alunos estão com idade superior a recomendada nos anos iniciais e 55,1% nos anos finais. A defasagem série idade aumenta no ensino médio, 66,4%. De acordo com os dados do Ministério da Educação, em 2.010, 33,6% das crianças de 06 a 14 anos não estavam na escola e esse número aumenta no ensino médio, onde 77,9% dos adolescentes e jovens de 15 a 17 anos não frequentavam a escola.

Em sua sabedoria a população do interior reconhece as oportunidades de acesso ao ensino para os adolescentes e jovens e destacam o “tecnológico”, como a população reconhece o Ensino Médio Presencial com Mediação por Tecnológica.²⁰

Enquanto reconhece a importância do ensino e se esforça para concretização de seus sonhos, ter vida digna no lugar onde mora, a população se ressentida

20 Projeto pioneiro no País. implantado em julho de 2007, gerado a partir do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, em Manaus. O Centro é equipado com estúdios de TV de onde uma equipe de professores (especialistas, mestres e doutores) ministra as aulas que são transmitidas via satélite e acompanhadas pelas comunidades rurais amazonenses

diferenciação entre a escola urbana da rural. A precariedade do transporte fluvial, a escassez da merenda escolar, a falta de vínculo dos profissionais com a comunidade, a redução da jornada escolar.

A educação ela teve um bom avanço aqui na nossa comunidade, no nosso rio. Em questão que facilitou muito depois que teve o ensino médio, os adolescentes, os jovens foram pra lá pra estudar, né. E foi muito bom, tá sendo muito bom. Os filhos da gente tão tudo perto da gente aqui, tá bom. Muito bom o ensino médio, os professores, pra mim tá muito bom isso e agente espera mais coisa ainda além disso mais melhoria ainda pros nossos filho. Quando eles terminarem o ensino médio assim pra eles ingressar numa faculdade. A gente pensa nisso porque lá na cidade a gente não tem onde nossos filho morar, né. E aí quem sabe se um dos nossos governantes não vão olhar pra isso como eles olharam antes que o ensino médio era muito importante no interior, quem sabe se eles também não vão olhar e vê isso pra que os nossos filho também possa concursar uma faculdade assim como eles tão fazendo no ensino médio.(Moradora Comunidade Cristo Redentor, Lago do Mossoroça, Rio Curupira).

O desapego da população para com os bens materiais, em nenhum momento, os moradores demonstraram insatisfeitos com a precariedade das escolas, mas priorizando as relações pessoais, o contato, não ver nos rios e nas distâncias como dificuldade, demonstra o quão subjetivo e diferente são os valores da população rural em relação a população urbana, incentivada para o consumo. Dentre a população urbana, a avaliação da população ouvida, é sobre a necessidade de preparo técnico pedagógico dos professores e a ampliação da jornada de aula para tempo integral.

2.5.4 Aspectos da saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A avaliação da saúde pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com indicadores reduzir a mortalidade entre crianças ate 5 anos de idade, redução da taxa de mortalidade materna, garantia ao acesso universal à saúde reprodutiva,

reduzir a propagação do HIV/AIDS, deter a incidência da malária e outras doenças causadas por insetos registra:

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1.998, era de 23,4 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2.013, este percentual passou para 23,9 óbitos a cada mil nascidos vivos, representando aumento de 2,1% da mortalidade. Contraditoriamente em 2.014, 99,5% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia, segundo dados do Ministério da Saúde/DATASUS.

O número de óbitos maternos²¹ no município, de 1.996 a 2.013, foi 5. No Brasil, em 2011, esse número foi de 55,3; mas devido à subnotificações, estaria próximo de 64,8 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, segundo a estimativa da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSa. O Município teve de 1.990 a 2.012, 9 casos de AIDS diagnosticados, sendo 5 femininos e 4 masculinos. Entre 2.001 e 2.012, houve 574 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais nenhum caso confirmado de malária, 1 caso confirmado de febre amarela, 80 casos confirmados de leishmaniose, 573 notificações de dengue. Os dados acima extraídos dos relatórios dinâmicos, com fonte no Ministério da Saúde/DATASUS, dão conta das metas dos Objetivos do Milênio.

Para o item saúde, o estudo elegeu a forma de atendimento emergencial e preventivo disponíveis para as comunidades da zona rural e o quantitativo de profissionais da saúde pública atuantes no município, o que será tratado. Evidenciando a necessidade de vigilância socioassistencial, trazemos dados contraditórios, o que pode ser resultado de subnotificação ou ausência de recursos humanos no tratamento dos dados locais. O estudo não faz, nem poderia fazer tanto por falta de competência, quanto de espaço, qualificação ou desqualificação dos dados e relatórios, chama a atenção para necessidade da aproximação com a população e de estudos locais.

²¹ Óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto). A taxa de mortalidade materna máxima recomendada pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. A meta estabelecida para o Brasil é de 35 casos.

Na área da saúde, que acompanha crianças até 07 anos de idade e gestantes, o acompanhamento chega, segundo o relatório a 82,53%, enquanto a média nacional é de 73,44%. (Fonte: Relatórios dinâmicos/CAD Único).

Encontra-se registrado (Relatórios dinâmicos/Ministério da Saúde/DATASUS), que no período de 2001 a 2012 foram confirmados 147 casos confirmados de malária. No entanto em 2007, segundo (PPACM, em ênfase nos municípios de abrangência do Fundo Global – FVS/AM) o Estado do Amazonas registrou 203.060 casos de malária, sendo o Estado com maior incidência de malária no Brasil, responsável por mais de 51% das notificações de casos. Agência Brasil de notícias EBC, abril/2012 divulgou que de acordo com o Ministério da Saúde, o Amazonas é o segundo maior Estado com concentração de casos de malária do país. Em 2010 registrados 74.136 casos.

Ainda, ocorrências de malária por município, segundo Relatórios Dinâmicos Portal ODM, dão conta de que dos 62 municípios do Estado, ocorrências de malária em apenas 22 municípios e Tonantins, não consta registro de nenhum caso de doença transmitida por mosquito (Malária, Dengue, Leishmaniose, Febre Amarela).

Conforme o cadastro Nacional de Saúde/DATASUS, somam 13 estabelecimentos de saúde em Nova Olinda do Norte, sendo 05 na zona rural, sendo UBS – Vila Flor, (Rio Curupira), Unidade de Saúde Antônio Ferreira (Vila Abacaxis), Unidade de Saúde Augusto Castro (Rio Curupira), Unidade de Saúde Juracema Holanda (Vila Centenário), Unidade de Saúde Vila Nova (Rio Urariá). O sistema de saúde conta também com um Centro de Atendimento Psicossocial que funciona ao lado do Centro de Referência de Assistência Social.

Na unidade hospitalar, que integra os 08 estabelecimentos de saúde na área urbana, dispõe de 30 leitos e atua com 51 profissionais da saúde, sendo 12 médicos (04 clínico geral, 01 anestesista, 03 cirurgiões/geral, 02 ginecologista/obstetra, 01 cirurgião dentista e 1 único médico pediatra). A

organização Mundial de Saúde indica o equivalente a 2,5 a 3,0 leitos para 1.000 habitantes. No município a relação 1,17 leito/ 1.000 hab. considerando a estimativa para 2015 de 35.156 hab. (IBGE), estando, portanto abaixo da média do Estado que é de 1.32 leitos/1000 hab. e mais abaixo da média Brasil que é 2,36 leito/1000 hab.

Figura 4 - Registro fotográfico do Hospital e Maternidade Dr. Gallo Manuel Ibanez em Nova Olinda do Norte/AM



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Crédito: Elisene Santos

A unidade de Saúde Antônio Ferreira, na Vila Abacaxis, se apresenta como um modelo para a região e conta com uma ambulância (lancha ambulância). Equipamento não disponível nas demais unidades de saúde, embora estejam todas às margens dos rios. Os Agentes Comunitários de Saúde fazem parte do cotidiano da população rural atuando na educação e na prevenção. Também são esses profissionais de saúde que, via de regra tem o primeiro contato com a população em caso de emergência de saúde. Dos 64 profissionais de saúde que atuam junto a mais 17000 pessoas, 35 são agentes comunitários, tendo como referencia 05 unidades de saúde rural.

Quadro 10 - Profissionais de saúde em estabelecimentos da Zona Rural em Nova Olinda do Norte-AM

Localização	Estabelecimento	Profissionais de Saúde													Total
		Agente comunitário	Enfermeiro	Tec. Enfermagem	Técnico Saúde bucal	Médico-Clini. geral	Cirurgião dentista	Auxiliar saúde bucal	Médico veterinário	Profissional Ed. Física	Farmacêutico	Fisioterapeuta	Assistente Social	Nutricionista	
Rio Curupira	UBS - VILA FLOR	8	1	1		1	1	1							13
Vila Abacaxis	UNID. SAUDE ANTONIO FERREIRA	6	1	1		1	1	1							11
Rio Curupira	UNID. SAUDE AUGUSTO CASTRO	10	2	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	22
Vila Centenário	UNIS. SAUDE JURACEMA HOLANDA	7	1	1	1	1	1								12
Rio Uraria	UNID. SAUDE VILA NOVA	4	1	1											6
Total de profissionais por função		35	6	5	1	4	4	3	1	1	1	1	1	1	64

Fonte: CNES/DATASUS, agosto/2014.

Dentre os fatores que expressam a vulnerabilidade na área da saúde, está a faixa de cobertura dos estabelecimentos de saúde. Lembrando que o deslocamento da população acontece majoritariamente por meio das rabetas, que são pequenas embarcações regionais. A velocidade de uma rabeta pode significar a diferença entre a vida e a morte de morador na zona rural. Por ocasião do reconhecimento da área de intervenção do estudo, em julho de 2014 testemunhamos uma situação que, segundo relato da população é comum na região. Um agricultor havia sido picado por uma cobra, e estava sendo conduzido por amigos, há três horas subindo o rio numa rabeta e levariam outras três horas até chegar a Unidade Hospitalar de Nova Olinda do Norte. De acordo com o agente de saúde que o acompanhava, a situação indicava que ele iria a óbito. A esperança de vida de homens, mulheres e crianças diante de uma situação de emergência se coloca às vezes nas mãos dos profissionais das unidades de saúde rural que por vezes se encontra sem medicamento ou sem os profissionais:

Lá no posto medicamento tem assim né os básico, calmante essas coisas e anti-inflamatório. Mas de emergência como por exemplo ontem que o rapaz a cobra mordeu ele, não tem um antiofídico ou outra coisa assim, tem que remover pra cidade né e aí se não chegar rápido é arriscado perder... Naquela voadeirainha ele vai tirar mais de três horas que é pouca força pra uma emergência é preciso um voadeira, um socorro mais rápido e ele vai gritando, gritando fora a hora que ele passou lá esperando que a voadeira não tava. Teve que buscar noto canto e ainda tem mais vinte e três quilômetros de estrada. Ainda bem que a estrada ta boa né. (Morador no Lago Mossoroca, Rio Curupira).

Os agentes de saúde, eles tão presente, agora em relação a médico isso aí é um pouco... porque foi feito uma lei no interior pra médicos,

pros enfermeiros, quinzenas né. Aí quando um médico vem passa quinze dias vai embora fica o enfermeiro mais quinze dias. As vezes o médico, ele não tem condição de fazer o trabalho dele como deve ser feito porque ele fica sozinho no posto, aí não tem, aí no meu caso eu já tenho ficado no lugar do enfermeiro lá pra ajudar ele dando aquele suporte pra ele, então é difícil. (Morador Vila Monte Sião).

No caso aqui como nos tamos assim num lugar que é muito longe do nosso município a gente precisava ser atendido, visto com mais atenção, então no caso de saúde na nossa comunidade desde que a gente mora aqui muitas das vezes quando é caso de risco finda perdendo a vida por motivo que nós não temos uma... assim um posto da saúde mais perto. O mais próximo é três horas de rabetá, a gente fica no meio de duas comunidade que tem posto que é o Centenário e a Vila do Abacaxis mas cada uma dura três horas pra chegar ate lá. (Comunidade São Francisco, Rio Urariá).

A dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais é a negação aos direitos constitucionalmente garantidos. Ministério da Saúde – DATASUS registra que 99,5% das crianças até 01 ano de idade estavam em 2014, com a vacinação em dia. O IBGE registra que nessa mesma faixa etária, 21% das crianças não tem Certidão de Nascimento, o que infere não ser real o município ter atingido 99,5 de imunização de crianças até 1 ano de idade.

A avaliação da população usuária dos serviços de saúde, considerando os indicadores estabelecidos pelo estudo, qual seja o tempo de resposta e a qualidade dos serviços para as situações de emergência na zona a situação do município é deficitária. Embora tenha aderido ao programa Mais Médicos, também é deficitária a presença dos profissionais nas unidades de saúde da zona rural.

A análise sobre as relações de desenvolvimento socioeconômico, trabalho, alimentação, saúde e educação é uma questão complexa por envolver diversos atores e associados a múltiplos fatores determinantes. As constatações aqui apresentadas, remetem a uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e que reflete a necessidade do planejamento em todas as esferas de governo.

CAPITULO III

POLÍTICAS DE GOVERNO OU POLÍTICAS SETORIAIS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Trata esse capítulo em seu maior volume dos dados colhidos na pesquisa de campo, sem, contudo, abandonar o rico material coletado na pesquisa bibliográfica e documental. Esta indica que a administração pública na atualidade vem buscando se modernizar de forma rápida no esforço de enfrentar os novos desafios decorrentes das crescentes demandas da sociedade (Matias-Pereira, 2012). A descentralização e a maior autonomia dos municípios, prevista a partir da CF/88, envolve tomadas de decisões que permitam maior autonomia para todos os atores sociais, de forma a ampliar a criatividade e a inovação na solução dos problemas. O planejamento governamental, com foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais se apresenta como imprescindível instrumento. O planejamento pode ser entendido como esforço para antecipar o futuro, decidindo com antecedência o que será feito para alterar condições insatisfatórias no presente ou evitar que tais condições se deterioreem.

3.1 PLANEJAMENTO DE GOVERNO MUNICIPAL NO HORIZONTE DE MUDANÇAS RUMO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO

Em consonância com a pesquisa bibliográfica, o planejamento no setor público é definido por Lopes (1990) como um método coerente e compreensivo de formação e implementação de diretrizes, através de um controle central de vastas redes de órgãos e instituições interdependentes, viabilizados por conhecimentos científicos e metodológicos. O planejamento governamental argumenta Matias-Pereira (2012) se concretiza por meio de seleção e utilização de meios adequados, humanos, de infraestrutura, equipamentos e novas tecnologias – para a

concretização de fins políticos e socioeconômicos almejados pelos Estados com vista a alcançar o bem comum.

O planejamento governamental está definido no art. 165 da Constituição Federal de 1988 e a nova estrutura dos PPA – Planos Plurianuais, introduzidas a partir de 2011 (Matias-Pereira, 2012), está orientada pelos seguintes princípios: participação social como instrumento de interação entre o Estado e a população, com vistas à efetividade das políticas públicas; incorporação da dimensão territorial na alocação dos investimentos; valorização do conhecimento sobre as políticas públicas na elaboração dos programas temáticos; foco na execução das políticas; estabelecimento de parcerias com entes públicos e privados; foco na efetividade, ou seja, ações de promovam mudanças socioeconômicas, ambientais; foco na eficácia, incorporação de novos valores à políticas públicas e entrega de bens e serviços ao público correto, de forma adequada, no tempo e no lugar apropriado; aperfeiçoamento das diretrizes e alocação eficiente e prioritária dos investimentos.

Os PPAs do setor público, a exemplo do modelo de planejamentos da iniciativa privada, se estruturam em três dimensões: estratégica, tática e operacional. O desafio para a boa governança pública, segundo (Matias-Pereira, 2012) é buscar se apoiar de forma crescente no planejamento estratégico e no planejamento de longo prazo para elevar o nível de governança, em face, às mudanças aceleradas no contexto global, notadamente nas áreas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais no mundo, responsáveis pelas incertezas e instabilidades. Não obstante o delineamento das políticas públicas por meio de diversos documentos e leis, no Brasil as políticas públicas efetivam-se num espaço contraditório e envolvem vários atores sociais, decorrendo conflitos de interesses, dado a imprecisão de limites entre o público e o privado. Dentre os atores sociais, ressalta-se a sociedade civil:

A relevância da sociedade civil no Brasil, conforme revela a literatura, sido estudada tanto sob a ótica do processo de luta contra o autoritarismo e de transição ao regime democrático, como no contexto de buscar estabelecer novas práticas e valores sociais amparados pela igualdade, na solidariedade, na cultura de direitos, bem como na constituição de novos mecanismos de gestão de políticas públicas de caráter democrático. (Matias-Pereira 2012 p. 24).

No âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a participação da sociedade civil, junto ao estado, é imprescindível para se alcançar as metas propostas. A efetividade do Planejamento Governamental requer, portanto a definição do grau de participação de cada ente, entre eles a sociedade civil, no âmbito do atendimento das demandas municipais.

Nesse sentido, a proposta de municipalização dos ODM se mostra por alternativa de inserção municipal no contexto global, sob o desafio de manter a identidade social, política e econômica. Requer que o município esteja politicamente forte e tecnicamente preparado, no âmbito da gestão da saúde, educação, trabalho, economia questão ambiental.

Sobre o planejamento, Baptista (2003) versa que refere-se à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, considera os condicionantes impostos pelos recurso, prazos e objetivos; diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação. Segundo Baptista (2007), a avaliação está presente dialeticamente em todo o processo do planejamento. Concomitantemente ao início da ação planejada, inicia-se o processo de avaliação que não é o momento final, mas, um processo contínuo que dinamiza o objeto, objetivos e procedimentos.

A relevância do planejamento governamental, bem como a necessidade de elevar o nível de transparência à gestão pública, exige a construção (Matias-Pereira, 2012), de indicadores sociais cada vez mais consistentes, em particular, nas políticas sociais. Nesse sentido, o esforço para identificar e mensurar o nível de acesso da população a bens e serviços apresenta-se como indispensável para permitir o monitoramento e as avaliações das ações dos gestores.

O estudo em pauta, conforme apresentado anteriormente, se põe como contribuição ao planejamento municipal ao identificar junto à população como esta

percebe a efetividade dos programas e políticas implementadas na região, fomentando necessidade de indicadores que reflitam às necessidades da região.

Indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo. A relevância dos indicadores sociais aumenta na medida em que as tomadas de decisões dos agentes políticos necessitam de planejamento apoiado em dados numéricos consistentes que demonstram empiricamente a realidade do meio analisado. A utilização dos indicadores sociais surge como ferramenta fundamental para a tomada de decisão. Indica o diagnóstico de quais serão as prioridades das demandas, na fase de formulação de um programa, assim como sua implementação de avaliação na sociedade (JANNUZI, 2002).

Do elenco das prioridades esperadas dos indicadores, Matias-Pereira (2012) destaca: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção e comunicabilidade, factibilidade para obtenção e periodicidade na atualização, desagregabilidade, historicidade, entre outros e podem ser indicadores objetivos (quantitativos) e indicadores subjetivos (qualitativos).

Nesse momento não há espaço nem competência para indicar quais indicadores seriam suficientes para dar conta das demandas apresentadas pela população, em particular, da zona rural. Saliencia-se que os indicadores propostos pelos ODM esbarram na geografia, densidade demográfica, acesso à informação e a tecnologia que se mostram como desafios alheios à capacidade de mudança do gestor municipal, se não articulado com organismos públicos e privado, o que remete ao planejamento de longo prazo, não somente ao planejamento político de uma gestão e estão ancorados, no caso brasileiro em políticas setoriais.

O planejamento governamental, com foco tanto nas políticas sociais tradicionais entre elas a educação, saúde, transporte, entre outras; ou nas políticas estruturais de promoção do desenvolvimento, com destaque para as políticas industrial, ambiental, agrícola e as políticas compensatórias, a exemplo das políticas

de combate à pobreza, demandam além dos indicadores quantitativos, abordar a subjetividade dos sujeitos, para se alcançar um desenvolvimento sustentável. Torna-se assim, imprescindível a participação da população, nas decisões políticas e administrativas. Uma concepção adequada de desenvolvimento, de acordo com Sen (2010, p. 28) deve ir muito além da acumulação de riqueza. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, é preciso enxergar muito além dele. Ainda, que o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida e das liberdades.

Em face, o atual modelo de política social brasileira, que se move entre o público e o privado, no âmbito da globalização, a as políticas sociais ser orientadas para contribuintes e não contribuintes observa (Matias-Pereira, 2012), que a gestão das políticas sociais se caracterizam pela focalização, descentralização, parcerias e envolvimento da comunidade. Nesse aspecto, ressalta-se a importância da avaliação. Avaliação como parte final do processo de políticas públicas tem o objetivo de promover a revisão das ações, medindo resultados e impactos na qualidade de vida da população beneficiada pela política pública, assim como promover o redimensionamento das opções e decisões adotadas.

Da mesma forma que a população é chamada para o planejamento, também participa da avaliação numa gestão democrática:

A escola da cidade é mais elevada né. Tem mais meio pra que as crianças venha a se desenvolver melhor e a daqui tá um pouco devagar... aqui na nossa comunidade a gente não tem medicamento, a gente não tem posto de saúde, a gente tem que de deslocar daqui pra vila flor... eu mudaria o colégio, porque ele tá muito pequeno... funciona nesse barracão velho ai que as crianças a tarde principalmente elas sofrem muito com o calor... eu mudaria o colégio pra fazer um colégio maior pra que pudesse dar mais espaço pra que os aluno pudesse ter um aprendizado melhor. (Moradora do Nova Galileia, Rio Mossoroça).

As decisões políticas, pautadas em planejamentos participativos incorrem em menor possibilidade de insatisfação da população e promovem o exercício da democracia

Por fim, Matias-Pereira (2012) afirma que a necessidade de se promover a identificação dos problemas sociais, bem como de conhecer a realidade, com a finalidade de alterá-la para melhor, se apresenta como o principal desafio na atualidade. O delineamento e explicitação desses problemas sociais são revelados nos indicadores sociais e, a partir deles cabe aos responsáveis pelo planejamento governamental a definição de intervir ou não. Assim os indicadores sociais passam a ser instrumentos essenciais no esforço de planejamento da ação governamental, com vistas à equidade social.

3.1.1 Desenvolvimento social como pressuposto de liberdade

Temas como pobreza, educação, gênero, saúde e meio ambiente passam a ser vistos pelos Estados, na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento. A *formação* bem informada e não sistematicamente imposta de nossos valores requer comunicação e diálogo aberto, e as liberdades políticas e direitos civis podem ser centrais para esse processo. Ademais, para expressar publicamente o que valorizamos e exigir que se dê devida atenção a isso, precisamos de liberdade de expressão e escolha democrática. (SEN, 2010, p.201)

Numa época marcada pelo avanço científico, tecnológico e aumento das riquezas vem sendo demonstrado que o crescimento econômico não basta para dar respostas às extremas desigualdades sociais. A distância entre as economias mundiais, o comprometimento do mercado consumidor e a eminência de colapso da economia mundial, tornou urgente o reconhecimento mundial das desigualdades sociais, que passaram a ser objeto de grandes projetos mundiais, a exemplo do Consenso de Washington, 1990, devotado a uma política macroeconômica e a sua nova roupagem, com aspecto exigindo mais política social.

A análise dos estudos de Salama (2006) até o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2014, é que a pobreza recuou no período de 1990 a 2013, graças a duas intervenções específicas, o sucesso de planos econômicos e a

condicionalidade educacional dos programas de transferência de renda, que puxa para cima, o Objetivo 2 que é fazer com que crianças até 14 anos de idade tenham um ciclo completo de ensino. Na concepção de Salama (2006), a redução da pobreza e investimento na educação, são os pilares para se alcançar os demais Objetivos.

A extrema desigualdade social brasileira, argui Faleiros (2003) diz que pode ser observada quando a renda per capita de US\$ 2.908,00 em 2001 e a renda de 1% da camada mais rica é igual à renda dos 50% mais pobres. Fica fácil entender essa desigualdade, quando em países com a mesma renda per capita, a porcentagem de pobres é de apenas 10% enquanto no Brasil é de 50% da população. Assim como Faleiros (2003), denuncia a tentativa de algumas vertentes sociais de responsabilizar os pobres por sua pobreza, Ianni (1991) denuncia que há vertentes que não criminalizam o pobre por sua miséria, mas que não tem interesse em revelar a trama que produz e reproduz a pobreza e a desigualdade.

Dados do IBGE (censo 2010) revelam que em apenas 931 municípios brasileiros, mais da metade da população acima de 18 anos de idade, tem o ensino fundamental completo, demonstrando com isso que o problema educacional brasileiro extremamente grave, se pensar numa política de desenvolvimento voltada para a uma economia globalizada.

Nesse contexto, se valida a posição de Salama de que a educação seria capaz de dar suporte para a melhoria nos indicadores sociais. Uma nação instruída e educada se tornaria capaz de reconhecer as tramas, denunciadas por Ianni e perceberia o sentido das políticas de combate à pobreza, como estão sendo praticadas em todas as regiões do Brasil.

Ao analisar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estágio avançado da educação, Maciel (2005) aponta algumas soluções para o caso brasileiro nessa área. A primeira condição é eliminar a alta concentração de renda, seguido de diagnósticos sociais, que fundamentariam políticas sociais. O estudo de

Maciel prova que o limitado conhecimento científico e tecnológico brasileiro é resultado do modelo de desenvolvimento adotado nos país, que vem se reproduzindo desde o início da sociedade brasileira, que se percebe condição de subdesenvolvida, valorizando e copiando os modelos de seus colonizadores.

No recorte desse estudo, se encontra o Amazonas, o oitavo Estado mais rico do Brasil. Dos 62 municípios, em apenas 03 municípios 50% população acima de 18 anos de idade, com ensino fundamental completo. O município de Itapiranga com 50,43%, Parintins com 53,11% e Manaus, a capital do Estado com 67,93%.

O descompasso entre o ritmo de desenvolvimento do interior do Amazonas com o restante de outras localidades nacionais é fruto da intencionalidade registrada por Mello (2006). O Brasil não está em processo de desenvolvimento. Ele é intencionalmente mantido no subdesenvolvimento.

Pesquisadores amazonenses, a exemplo de Mello (2013) critica o atraso da região amazônica na produção de ciência e tecnologia, estágio avançado de uma educação eficiente, e o risco dessa região *perder o bonde da história*, como outrora. Assim como ocorreu com a borracha, muito bem retratada por Luiz Miranda Correa (1967) especialmente na segunda guerra mundial, a região amazônica não conseguiu se posicionar frente aos interesses internacionais, também não foi capaz de assegurar sua posição como produtora de petróleo, acredita-se que seja por falta de capital intelectual interessado em defender a região.

Por sua vez, Maciel aponta que esse capital deve emergir das comunidades locais, se tornarem, por meio da educação, capazes de reconhecer sua importância no contexto global. Somente assim não se subordinaria a interesses implícitos em políticas de combate a pobreza, conforme o receituário neoliberal.

Há indicativos de que o Amazonas e particularmente o interior do Estado, de que permanecendo a atenção à educação nos moldes como se pautam hoje, continuará com graves e crescentes problemas de desenvolvimento social, não

obstante o crescimento econômico. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei 9394/96) divide a educação em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. O ensino superior é de competência da União e a educação básica é compartilhada pelos municípios e o Estado. A educação Infantil e pré-escolar, para atender crianças de 0 a 5 anos é gratuita, mas não obrigatória é de responsabilidade dos municípios. O ensino fundamental do primeiro ao nono ano é obrigatório e gratuito, responsabilidade entre Estado e Municípios e o ensino médio é de responsabilidade dos Estados.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB, progressivamente os municípios, deverão se responsabilizar exclusivamente pelo ensino fundamental. Daí a necessidade de uma equipe de gestão e operacionalização preparada para o desafio.

Nesse contexto, importa aos gestores das políticas sociais regionais, reflexão sobre o estudo de Dias (2007), para não incorrerem na ilusão da riqueza, dos investimentos e acordos internacionais, sem um olhar atento para todas as classes, provocando o deslocamento da população da zona rural para as e o acirramento das desigualdades sociais. Importa aqui ressaltar que desde o ano 2000, o município em questão vem aumentando sua receita pela transferência de renda da União e do Estado. Falta de educação de qualidade é sintoma de pobreza. Para o contrapondo do aumento dos recursos e investimentos haveria que se aliar a vigilância socioassistencial no município.

Os programas e projetos para o desenvolvimento social numa escala global, somente causam impactos positivos locais, a partir de atuação no âmbito local fundamentado no respeito aos valores e especificidades da população a quem se destina. A implementação de ações impostas tal e qual e aceitos sem questionamentos nas regiões mais isoladas do país, faz pensar que ainda resta por superar o imperialismo. O planejamento governamental municipal é um desafio local demonstra o quanto o Amazonas está aquém de suas possibilidades potenciais de contribuir com o conhecimento para a sustentação da vida no planeta.

3.1.2 Equidade e as demandas específicas das zonas rurais. Seria o caso de política setorial ou política de desenvolvimento integrado?

O desenvolvimento social de um município na Amazônia Brasileira, buscando elementos constitutivos em metas estabelecidas por organismos internacionais, com origens nos países de Capitalismo central, requer esforço sobre a compreensão dos espaços geográficos e sociais atualmente instituídos, em destaque o espaço urbano e o rural que compõem os municípios e sobre quais pressupostos ocorrem o planejamento governamental. O baixo desenvolvimento social e econômico desse município, com tendência de ruralização e incipientes políticas públicas que atendam a demanda dos munícipes rurais que se mesclam aos cidadãos, que compartilham de equipamentos sociais pensados numa perspectiva de desenvolvimento aos moldes de cidades de países centrais, num processo de acultramento.

Em recente estudo sobre implicações da urbanização, Correa da Silva aponta o livro *Cidades Brasileiras. Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais* (2010), onde José Aldemir Oliveira coloca que historicamente em nosso país, é o município a base territorial do exercício de poder, da administração e discussão da república, da coisa pública, mas, que tal espaço de debate, revela-se ainda bastante restrito. No século XVIII, quando os segmentos menos favorecidos economicamente ficavam de fora das decisões, o tamanho da propriedade era o que definia o poder do voto nos municípios, nesse sentido, as oligarquias serviam como mediadoras entre a classe empobrecida e o Estado, isto explica a herança observada até os dias atuais, da influência das oligarquias nas bases de decisão do governo.

Assevera Silva Freitas (2012), que o Estado manipula, com o discurso da soberania, da integridade da nação, da unidade territorial e política todas as questões da história e da sociedade Amazônica que conflitam ou se antagonizam com o caráter das relações entre região e a nação. A autora assinala ainda que as contradições assinaladas são reafirmadas pelo Estado ao não implementar políticas eficazes para a Zona Rural, ora 18% da população brasileira situa-se na Zona Rural.

No Amazonas esse percentual aumenta para 26%, ou seja, mais de ¼ da população está na Zona Rural e não conta com a efetividade de Políticas para a População da Zona Rural.

Em apoio à gestão municipal, o documento Guia para Municipalização dos ODM (PNUD) reitera que desde a CF/88, os municípios passaram a ter mais autonomia e atribuições nas áreas a saúde, educação, meio ambiente. Na saúde são obrigadas a investir no mínimo 15% do total da arrecadação. Na educação o valor dos investimentos deve ser no mínimo 25%. Na área ambiental, com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente os municípios passaram a ser responsáveis pela execução e fiscalização das ações de proteção da qualidade ambiental. O referido documento afirma que os municípios fazem mais do que é exigido pela Constituição e a municipalização significa relacionar as políticas públicas, programas e ações que já são executadas no âmbito municipal, com os ODM.

A proposta de municipalização é uma via de mão dupla. Fortalece o engajamento numa agenda internacional de desenvolvimento e permite algumas vantagens entre elas ter maior facilidade para obter recursos federais, estaduais e internacionais. Na perspectiva de municipalização, retoma-se a relevância do planejamento para a governança pública, no âmbito de políticas públicas para área urbana e rural que segundo (Matias-Pereira, 2012) deve se apoiar de forma crescente no planejamento estratégico e no planejamento de longo prazo para elevar o nível de governança, em face, às mudanças aceleradas no contexto global, notadamente nas áreas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais no mundo, responsáveis pelas incertezas e instabilidades.

3.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FOCO - O PLANEJAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL E DA PROMOÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL

Cientistas sociais, notadamente os economistas, quanto tratam de desenvolvimento planejado, afirma Benchimol (2010) conferem demasiada ênfase à

estratégia quanto às macro decisões de alto nível e aos grandes objetivos a serem alcançados a médio e longo prazo e não programam nem a tática nem os recursos necessários para a execução, muito menos ainda dão atenção à operação logística fundamental para viabilizá-la. O resultado dessa dissonância, argui o autor, é que geralmente, nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento como a ONU os denomina, os planejamentos nacionais ou regionais contém muita estratégia, pouca tática e insignificante logística. O resultado, afirma o autor, é que o esforço teórico e a especulação científica socioeconômica com vistas à promoção do desenvolvimento, deságua no insucesso e na frustração. Em que pese as exceções, a descontinuidade, inconstância, inconsistência, falta de coordenação e ausência de espírito empírico e pragmático, respondem em grande parte pela perda de substância e esvaziamento dos discursos.

3.2.1 Faces da materialidade da Assistência Social no âmbito municipal

O exemplo do que ocorrera em outros municípios do Amazonas, em Nova Olinda do Norte, religiosidade foi marcante no contexto dos serviços de assistência. Tão logo fora implantado o município, Vinhote (1998) registra que houve a necessidade entre outros serviços, da assistência social:

(...) aumentava o fluxo de demanda justificando a necessidade de uma organização política/administrativa por parte das autoridades governamentais para as implantações de mecanismos da infraestrutura básica, organização e assistências sociais, segurança e a manutenção da ordem pública, saúde e educação, tendo em vista que a previsão da região hidromineral seria um surto de crescimento (...).

Por destaque sob a influência da igreja católica, o Centro Social da Paróquia, vinculado à Prelazia de Borba, foi a primeira organização a prover o sistema de distribuição de água, antecedendo a Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA. A gestão das escolas públicas de Nova Olinda do Norte inicialmente ficou com as Irmãs Adoradoras do Preciosíssimo Sangue de Cristo, iniciando as atividades com a Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré e São José. Segundo

Rodrigues (1980, p. 65), os padres franciscanos da Terceira Ordem Regular e de pastores de Igrejas Protestantes, paralelamente aos serviços religiosos cuidavam dos serviços de orientação e promoção humana. Foram os religiosos católicos que por longos anos mantiveram o único Centro de Saúde, um misto de maternidade, ambulatório e atendimentos de primeiros socorros, bem como, que criaram o Programa Aliança para o Progresso, em convenio com a Cáritas e os Vicentinos, com a finalidade de atender aos carentes, através do fornecimento de gêneros alimentícios.

Figura 5 - Registro fotográfico da Escola Estadual N.S. Nazaré, onde teve inicio as atividades educacionais no município de Nova Olinda do Norte/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)
Crédito: Elisene Santos

Relatos de atuais membros da Igreja Católica dão conta de que são realizados diversos atendimentos pela Igreja, mas que não são registrados, pois deixariam de ser caridade, o propósito da Igreja. No âmbito do atendimento espiritual destaca-se a figura do padre João Bosco Saldanha Colares TOR, que nos atendeu na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do município. Natural do município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas, foi nomeado em 04 de fevereiro de 1990, que para visitar os que reclamam por cuidados da igreja, utiliza motocicleta, que representa o maior numero de veículos do município.

Atendendo aos critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social e observando os critérios do Conselho Nacional de Assistência Social, além do poder público, atualmente apenas uma entidade não governamental presta serviços socioassistenciais no município.

Embora não seja o objeto de investigação, a Assistência Social permeia todas as esferas sociais na garantia dos direitos. Torna-se, portanto, imperioso ocupar destaque no contexto desse estudo, uma vez que a Constituição Federal de 1988, conquista das forças populares, após intensas lutas pela redemocratização do País, trouxe uma nova configuração para a proteção social brasileira. Destaca-se da CF/88, a criação do Sistema de Seguridade Social, desdobrado na atenção a saúde, a assistência social e a previdência social se materializa pelas ações das políticas sociais brasileiras, construídas em duas frentes. A da proteção social e da promoção social. A Proteção social contempla os direitos à saúde, previdência, assistência social e seguro desemprego. A promoção social atende aos direitos à educação, ao trabalho e a renda, à moradia e ao desenvolvimento agrário.

Registra que no município observou-se durante o processo investigativo, atuação dos profissionais na Assistência Social. A iniciativa da atual gestão da Assistência, resulta em unidades de atendimento em boas condições de atendimento, tanto no aspecto físico quanto aos recursos humanos. O órgão gestor, a Secretaria Municipal de Assistência Social, recém instalada no endereço, também ocupado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, oferece boas infraestrutura e condições de trabalho. Dispõe de um gabinete, sala de apoio administrativo, sala de corpo técnico, sala de reuniões e recepção, copa e sanitários. Dos recursos materiais, conta, conforme dados registrados no Censo Suas 2014, com três computadores com impressora, um aparelho de fax, dois veículos exclusivos, uma máquina copadora, dois aparelhos de som e 02 data show.,. A gestora tem formação em Serviço Social e assumiu em 12/06/2013, em substituição a primeira-dama municipal, que declinou da função.

O Centro de Referência de Assistência Social, recebe o nome de Cereja Taquita, foi implantado em 01/06/2006 com recursos municipais e federais, atende de segunda a sexta-feira, das 07 às 18 horas, o que demanda dois turnos de servidores. Possui computadores, impressoras, aparelho de televisão, aparelho de som. Acessa internet via satélite.

Na tentativa de promover a prestação de serviço, o órgão gestor da assistência organizou o imóvel de forma que a distribuição dos espaços, se aproxima da planta padrão para os CRAS. O imóvel é alugado, construção em alvenaria e madeira. Algumas portas estreitas tornam inacessível o acesso aos sanitários públicos. Segundo informação da gestora, está negociando com o proprietário para que proceda com os ajustes. Em linhas gerais o ambiente é funcional e oferece acolhimento necessário, como é o espaço da brinquedoteca, pequena, porém, bem organizada.

O sistema possui duas unidades para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A primeira atende crianças de 06 a 15 anos, conta área livre, duas áreas coberta, copa, sala para cursos de iniciação a informática com equipamentos novos, mas sem acesso a internet, sala de artes. Nesse espaço acontece as atividades do 1º. Fórum Comunitário, com vistas a erradicação do trabalho infantil. O paisagismo do jardim foi trabalho com pneus, em oficina com as famílias das crianças e adolescentes. É de propriedade do município e a preocupação, relata a gestora, é que não é cercado e moradores do entorno já ocuparam irregularmente parte do terreno e que o poder público não solicitou reintegração.

Figura 6 - Registro fotográfico da vista parcial da unidade onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e abriga o Fórum Comunitário em Nova Olinda do Norte/AM.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Crédito: Elisene Santos

A segunda destina-se para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltado para adolescentes a partir de 15 anos e pessoas idosas. Imóvel alugado está em processo de reforma e conta com espaço satisfatório para as atividades propostas pelo serviço.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS, foi implantado em 01/07/2010. Funciona em imóvel alugado, com instalações reformadas. Está sob a coordenação de um profissional em psicologia. Percebe-se a preocupação com o acolhimento nesse serviço, pela fala do coordenador que se materializa na organização dos espaços a começar pela recepção. Também dispõe de computadores, aparelhos de ar condicionado e demais equipamentos e equipe necessários ao serviço. A maior demanda que se apresenta é de casos de mulheres vítimas de violência.

Ao questionamento sobre o volume de atendimento e como a população da zona é informada sobre o serviço, o coordenador respondeu que, embora tenham conhecimento sobre casos de violência contra a mulher na zona rural, não tiveram até o momento, intervenção com essa população.

As impressões, no decorrer da visita a esses espaços, corroboram com os relatos da gestora que declara utilizar os recursos disponíveis para dar materialidade a política de assistência social no âmbito municipal. Mantém permanente o serviço de busca ativa na área urbana, com limitações logísticas na zona rural, conforme exposto anteriormente, quando foi citado o caso da lancha que foi enviada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, mas que não atende às condições de navegação para acessar as comunidades do interior.

O Conselho Municipal de Assistência Social, foi implantando em 20/11/2005 e funciona no mesmo imóvel que sedia a Secretaria Municipal da Assistência Social.

Em se tratando de avaliação de desenvolvimento social, onde se inscreve a proteção e a promoção social, o município conta com uma unidade do Conselho Tutelar e fez adesão ao Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida.

Figura 7 - Registro fotográfico de imóvel do Programa Federal - Minha Casa. Minha Vida! em Nova Olinda do Norte/AM



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Crédito: Elisene Santos

O processo de adesão ao programa, ocorreu na gestão municipal anterior, que optou por disponibilizar a construção das casas, nos lotes dos beneficiários.

Assim, as vinte (20) moradias do Programa Minha Casa Minha Vida não estão concentradas em conjunto habitacionais, mas localizadas em diversos pontos e bairros da cidade. A gestora da assistência social no município, sra. Gilce Reis, destaca a situação difícil das vinte famílias beneficiadas. A empreiteira responsável pela construção das casas, não atendeu ao prazos estabelecidos, acarretando transtornos para as famílias que cobram solução por parte da Assistência Social e da Prefeitura Municipal.

3.2.2 A recente fase da Proteção Social

A literatura consultada sobre Proteção Social ensina que a fase recente da proteção social no Brasil se materializa no lastro da assistência social, ancorada na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução 145 de 15/10/2004 com ações justificadas no âmbito dos municípios brasileiros, considerando cinco grandes grupos: Municípios pequenos porte 1: com população até 20.000 habitantes; Municípios pequenos porte 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes; Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes e as metrópoles com população superior a 900.000 habitantes, com foco nas taxas de urbanização.

A proteção social, a partir da Política Nacional de Assistência Social, tem nos espaços urbanos, em especial dos grandes municípios, como os produtores e reprodutores da precarização das condições de vida, desemprego, exclusão social e situações de risco e vulnerabilidade. Ocorre que esses problemas não conhecem limitação geográfica, ainda mais, nos municípios do interior do Amazonas. A promoção social se desenvolve em duas frentes: o desenvolvimento das capacidades e o exercício dessas capacidades, sendo, portanto de cunho educativo. Há autores que defendem a educação como importante instrumento para emancipação e proteção dos indivíduos, frente ao modelo de desenvolvimento. Esse é o debate proposto nesse tópico, o alcance da proteção e promoção social como elementos basilares no desenvolvimento social.

Ao longo dos extensivos debates acadêmicos e políticos sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento, incorporam-se novas obras e teorias a exemplo de uma nova variável, apontada por Theodore Schultz, na década de 1980: a formação do capital humano passa integrar a questão do desenvolvimento e requisitos fundamentais para uma sociedade que almejasse a modernidade deveria receber investimentos. Quais sejam: investimentos em educação, ciência e pesquisa (OLIVEIRA, 2010).

Na categoria trabalho, que tem sido prejudicada pela baixa escolaridade, a precarização e a desregulamentação incentivam a informalidade que reproduz a pobreza e a desigualdade. A precarização do trabalho encontra base na distorção da legislação que cobra mais impostos do trabalho do que do capital. Faleiros sugere que reduzir as diferenças de salário entre os indivíduos não resolve o problema, o melhor seria reduzir as diferenças entre os que se apropriam do valor e os que produzem o valor.

O autor aponta a participação social como elemento indispensável para a concretização da emancipação e da democracia e a superação da tutela e a assistência social, que entende por uma combinação perversa que caracteriza o assistencialismo. Essa participação social poderia começar através dos conselhos paritários ativos e atuantes e não submissos ao poder executivo e a interesses que não seja do coletivo social.

O sucesso dos programas de geração de renda, como meio de combate a pobreza, passa pela questão da educação e pelo incentivo e financiamento do Estado, devendo articular-se com outras políticas, respeitando-se a cultura local, da mesma forma devem ser respeitadas as particularidades locais, quando se tratava do programa Fome Zero, a continuidade do Programa Comunidade solidaria.

A educação aparece também, como elemento necessário para a formação da capacidade crítica sem a qual não é possível promover políticas públicas sociais

inclusivas. No campo econômico o Brasil pauta suas políticas em modelo estrangeiro, bem como lê pela cartilha do capital internacional sem, contudo, possuir o mesmo nível de desenvolvimento dos países a quem quer acompanhar, submetendo suas atividades produtivas ao capital estrangeiro, sem investir em políticas sociais que possam dar conta da redução da desigualdade social. Nesse sentido, Ianni (1991) afirma que a mesma fábrica do progresso fabrica a questão social.

Dada à dimensão continental do País e as diversidades e contradições que marcam o Brasil, alcançar de forma equânime todas as populações, é tarefa por realizar. Nesse sentido, Cardoso Jr. e Jaccoud (2005, In: IPEA, 2010), apontam que a amplitude do sistema brasileiro de políticas sociais, impõe dificuldade a análise de sua configuração e desempenho. Salientando a necessidade de análises regionais da efetividade das políticas sociais, conforme se propõe nesse estudo.

Estudos do Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA indicam que as políticas de proteção social, dado sua complexidade, devem ser vistas com dois grandes objetivos: proteção social e promoção social. Nessa perspectiva, o IPEA coloca a educação como promoção social, antecedida pela proteção social, a quem cabe dar respostas às situações de dependência ou vulnerabilidade social.

Autores, entre eles Mello (2006) afirma a educação como princípio básico para superar a reiterada subordinação interna e externa do país, assim, ousa-se discordar da posição do Estado de que a educação é promoção e não proteção social. É pela educação que se constrói uma sociedade capaz de reconhecer os deveres e os direitos e a partir daí consolidar a cidadania.

A indicação de Ianni (1991), de que a desigualdade social no Brasil é estrutural e antagônica, se comparados aos crescentes investimentos nos programas de transferência de renda, aponta para reduzida efetividade na redução da desigualdade social.

Pesquisadores como Salama (2011), pontuam que embora tenha ocorrido melhoria na qualidade de vida da população de vários países latino-americanos, essas sociedades ainda mantêm um elevado nível de pobreza e desigualdade e uma economia muito frágil, que ele chama de economia volátil, afetando direta e negativamente as populações mais pobres.

Ações focalizadas que colocam os indivíduos no limite abaixo e acima da linha da pobreza geram uma volatilidade muito grande e as mantêm reféns das políticas de assistência social, com pouco efeito emancipatório.

Salama (2011, p.46) recomenda a atenção para o aumento da pobreza e da desigualdade, paralelamente ao crescimento econômico. Segundo o autor, crescimento não leva *ipso facto* a uma redução da pobreza no mesmo ritmo. No pior dos casos, um crescimento moderado poder ser acompanhado de uma elevação da pobreza. Uma crise provoca na maior parte das vezes um crescimento da taxa da pobreza, exceto, se políticas pro-poor forem imediatamente realizadas para contrapor esses efeitos.

Em linhas gerais, o Brasil é exemplo dessa afirmação, superou mais rapidamente as crises dos últimos anos, dado aos programas de transferência de renda, mantendo-se, porém, refém da desigualdade social.

Nessa perspectiva Chesnais (2005), apresenta a dimensão do capitalismo financeiro que extrapola os interesses econômicos e torna-se a expressão de uma ideologia. O modo como a hegemonia americana e de alguns países europeus se manifestam sobre as economias periféricas, interferindo na geração de emprego, renda, e aculturação das sociedades resultam no aumento da desigualdade e da pobreza e demonstra o interesse de organismos internacionais em promover e financiar os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sob os quais se pautam várias políticas sociais brasileiras, entre elas a educação.

O Investimento Direto Estrangeiro – IDE, é uma forma de investimento utilizada em países em desenvolvimento e traz em seu bojo efeitos paradoxais. Essa forma de investimento é bastante utilizada no Brasil. Para Chesnais os investimentos diretos e os investimentos em carteira tornaram-se a forma mais importante de financiamento externo na Ásia e na América Latina.

Correa da Silva (2012), ao analisar as expressões da assistência social no Vale do Juruá, demonstra como o capital estrangeiro interfere no desenvolvimento nacional e que as desigualdades regionais, em particular, as Amazônicas, são reflexos da estrutura socioeconômica do país.

Ao apontar o Vale do Juruá, como fruto da desigualdade, no contexto do desenvolvimento desigual e combinado, Correa da Silva (2012) oferece subsídios para situar o interior do Amazonas, também como fruto desse modelo de desenvolvimento. Se no Juruá, as vantagens do boom da borracha, foram ultrapassadas pela utilização de novas tecnologias, vários outros municípios do Amazonas, entre eles Nova Olinda do Norte, está na mesma linha de desenvolvimento. Apenas substituiu a borracha pelo petróleo e mais recentemente, entre os avanços e retrocessos, pela possibilidade de exploração de outros recursos minerais. Nas palavras de *Corrêa da Silva (2012)*, encontra-se a expectativa de mudanças:

Importa registrar ainda que esse universo tem potencialidades naturais que o colocam com grandes possibilidades de competição, evidenciando que o Estado do Amazonas apresenta-se com formas desiguais e combinadas, num arranjo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. (Correa da Silva, 2012 p.185).

A pobreza e a desigualdade das comunidades do interior do Amazonas, em particular, dos fatores já comprovados pelos estudos de Correa da Silva (2012) no Vale do Juruá, e os fatores atestados Nova em Olinda do Norte, são frutos das diversas formas e fases de exploração, e conforme afirma Correa (2012): (...),

portanto *há a necessidade de uma política pública que deva garantir os direitos sociais.*

O estudo de Correa da Silva (2012), quando analisa as expressões da assistência social no Médio Juruá, demonstra a intensidade da desigualdade social. Ao analisar a assistência na região do Médio Juruá, autora concede destaque para processo migratório em função da exploração da chegada da Petrobras à região. O legado negativo de um processo de crescimento visto apenas pelo lado econômico contribui para o aumento da pobreza e vulnerabilidade. Em determinado momento, em que tivemos o privilégio de dialogar com a autora, esta afirmara que defende a tese de que a Amazônia não é pobre, o que existe é uma população empobrecida

Considerado que parcela significativa da população do Amazonas é beneficiária dos programas de transferência de renda, é pertinente o pensamento de Faleiros, corroborando com Salama (2011) no que tange aos programas de transferência de renda, que influenciam diretamente nas relações de desigualdades.

É preciso, assim, romper com a tutela dos pobres, com a combinação perversa entre tutela e assistência social, cuja união caracteriza, justamente, o assistencialismo ao se associar o benefício social com o controle das pessoas. (Faleiros, 2003,p. 120)

Do ponto de vista do desenvolvimento social a entrada de capital estrangeiro em município do interior do Amazonas, entre eles Nova Olinda do Norte, com uma cultura local sensivelmente sujeita a modificações, e com uma presença do Estado sujeita a intempéries de cunho político, leva a reflexão sobre as palavras de Faleiros de que *a lógica intrínseca do mercado não é a justiça social, mas a do lucro.*

A literatura vem apontando para a necessidade, conforme ressalta Demo (1991) de superar a pobreza política, de onde emanam, segundo o autor, as mazelas sociais que afligem a sociedade. Originando, também, da pobreza política, a ineficiência das políticas sociais adotadas pelo Estado no enfrentamento da questão social.

O paradigma emancipatório/cidadão/democrático, implica uma inclusão nas políticas públicas universais de direitos sociais de forma capilar, participativa e integrada, ou seja, ao alcance imediato e concreto, de forma democrática, com decisão das pessoas e decisiva para seu fortalecimento social e econômico em suas trajetórias de vida. (Faleiros, p. 120).

Como visto em Cattani (2005) nos países da América Latina, mais da metade da população economicamente ativa permanece fora da esfera econômica normal e a inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, sempre foi um processo difícil, mesmo nos momentos de expansão econômica. Estudos reconhecem facilmente que essa dificuldade aumenta quando se trata de jovens, jovens negros, e jovens com baixa escolaridade ou vulneráveis de as outras situações pessoais ou sociais.

Fundamenta a análise da relação emprego e empregabilidade ao mesmo tempo em oportuniza aprofundamento no indicador educação. A pergunta que Cattani faz após a conclusão de pesquisa com jovens em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, define bem a nossa preocupação com a população de Nova Olinda do Norte, que ainda esta desprovida de um sistema de educação eficiente.

Se grande parte desses jovens trabalhadores qualificados, no caso, os sujeitos da pesquisa de Cattani em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foram domesticados pelo sistema, como será a situação dos demais trabalhadores, em principio mais vulneráveis? Nesse contexto, agrava-se a situação dos municípios do interior do Amazonas com elevado percentual de pessoas dependentes de programas de transferência de renda e com baixa escolaridade.

Ao analisarem o Brasil na década de 1990 Salama e Valier (1997) encontraram mais de 40 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Dez anos antes do reconhecimento mundial da desigualdade social, pela Organização das Nações unidas. Evidenciando a morosidade do Estado Brasileiro em agir frente à

questão, que só o fez no ano de 2000, tornando-se signatário juntamente com outros 190 países dos compromissos até 2015.

As Políticas sociais têm sido orientadas para os 'extremamente' pobres destinadas a garantir às populações mais vulneráveis um mínimo de serviços de primeira necessidade e de infraestrutura social. Políticas sociais de assistência-beneficência e de privatização.

Na implantação dessa política orientada de assistência-beneficência, observa-se que o Banco Mundial e alguns governos de países subdesenvolvidos recorrem com frequência a organizações não governamentais (ONGs) como instâncias intermediárias fundamentais tanto para identificar os grupos menos favorecidos quanto para distribuir as ajudas e por fim, na esfera municipal, esses autores apontam para as políticas sociais descentralizadas e recorrem à participação popular ao mesmo tempo em que denunciam uma longa tradição histórica que faz do nível local o espaço privilegiado da caridade, em oposição ao nível nacional que se torna o dos direitos sociais.

O atual alinhamento das ações governamentais a agenda global Oito Objetivos do Milênio, se expressa nos 25 programas de políticas públicas de vários ministérios²². Para o problema da fome e da pobreza, as ações cabem aos Programas Bolsa Família, Programa de aquisição de alimentos da Agricultura familiar e a Proteção Social Básica. Na área educacional, os programas para universalizar e ampliar o atendimento escolar de educação infantil, programas que ofereçam educação em tempo integral de educação básica e as políticas e programas para atingir as metas nacionais para o Índice de desenvolvimento da Educação Básica - IDEB se propõem a dar conta do Objetivo 2.

O programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra a Mulher se relacionam com o Objetivo 3. Os indicadores da atenção básica à saúde, programas de prevenção à

22 Op. Cit. pg.54

mortalidade infantil e programa de imunização, respondem pela avaliação do Objetivo 4. Melhoria da saúde das gestantes, Objetivo 5, é acompanhado pela número de consultas pré-natal, número de partos normais e índice de mortalidade materna. Os programas nacionais de atenção a doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, atenção à malária, dengue e tuberculose, respondem ao Objetivo 6.

A gestão da água, esgoto sanitário e a política para resíduos sólidos, oferecem subsídios para mensurar os resultados do Objetivo 8 e por fim o Programa Micro empreendedor individual – MEI, Esforço Fiscal e a Receita corrente líquida e o simples nacional, dão aporte para o Objetivo 8.

Segundo Sposati (2007), séculos de praticas fragmentadas e tuteladoras impedem que a Assistência Social, como política circunscrita no direito social, se concretize. De outra sorte, afirma a autora, os projetos de fundamentação liberal-social negam o conhecimento do direito de cidadania e considera atenção social somente a grupos focalizados, altamente seletizados.

O acesso à política de assistência social, tem-se dado pela condição de necessitado e não na perspectiva do direito de requerer atenção a sua necessidade social. Discutir desenvolvimento social para região que está na situação de baixo desenvolvimento humano implica em reconhecer sob quais condições se fez esse baixo desenvolvimento. Sposati (2007) relembra que o processo de reprodução social não é autônomo do processo de produção social. A autora argui que o provisionamento social, relaciona-se com os momentos históricos, o que permite sejam apontadas aqui, as políticas sociais brasileiras, tem se conformado conforme as diretrizes internacionais, particularmente no século XXI. Ao tratar da política de assistência social, na perspectiva do direito social, chama à responsabilidade, não apenas o poder executivo, mas em conjunto, deveria atuar o legislativo e o judiciário.

A autora em referência aponta ainda, com ressalvas, atuação das igrejas e das organizações não governamentais como elementos aliados na renovação do

posicionamento ético-político. Assumir a Assistência Social, como Política Pública de Seguridade Social, junto à saúde e a previdência, é algo novo para os costumes do poder bem como para a população. Para Sposati somente quando a pobreza for criminalizada, ou seja, quando os causadores forem apontados, talvez possa romper com essa alienação de que a assistência social é para os pobres. Ressalta que a condição de pobre não gera direito. O que gera direito é a condição de cidadão e os direitos sociais devem preceder os direitos econômicos.

A identificação da particularidade não é, porém, a busca da estratificação ou segmentação. Trata-se de referenciar o singular na totalidade. No caso, a intersectorialidade é campo da assistência social assim como de todas as políticas sociais que pretendem responder à múltipla realidade socioeconômica dos cidadãos. (SPOSATI, 2007)

Sposati (2007) esclarece que risco social não é a iminência imediata de um perigo, mas quer dizer também, uma possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva.

Comparando o formato das políticas sociais, em particular, da Assistência Social, e as estruturas neoliberais, observa-se que a ampliação dos riscos sociais e a ausência das expectativas de estabilização vêm colocando os beneficiários das políticas compensatórias e de transferência de renda, como seres desprovidos de capacidade de saber o que desejam ou que necessitam.

A Política Nacional de Assistência Social reconhece que tem um grande desafio a vencer. Por longo período de tempo, não houve na história do Brasil uma política que se preocupasse exclusivamente com a situação da pobreza, da fome, da miséria, das famílias em situação ou risco de vulnerabilidade. As propostas interventivas, até a Constituição de 1988, se pautavam como ação caritativa e quando muito, como condição de assegurar a ordem pública.

A base do sucesso das tecnologias para o desenvolvimento social e econômico é a educação. Nesse sentido Eriksson (1997) afirma que educação

ampla que permita participação nas decisões, responsabilidade e coerência social, são peças fundamentais para a transição para uma sociedade sustentável. Faz-se necessário gerar conteúdo dinâmico para ajudar a suprir a falta de dados e indicadores extraídos a partir de experiências específicas, que demonstre em detalhes as dificuldades e as oportunidades apresentadas pelos diferentes municípios amazonenses.

Isto posto, a Assistência Social (Sposati, 2009), significa a ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política pública, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão. Especificar a área de atuação para assistência social significa romper com a hegemônica concepção de que é política de atenção aos pobres, aos necessitados sociais, aos frágeis e aos carentes.

NOTAS CONCLUSIVAS

Avaliar o desenvolvimento social de um município na Amazônia Brasileira, buscando elementos constitutivos em metas estabelecidas por organismos internacionais, com origens nos países de capitalismo central, requer esforço sobre a compreensão dos espaços geográficos e das relações sociais historicamente construídas, bem como a clareza sobre qual modelo assenta esse desenvolvimento.

Centra-se no âmbito da menor unidade da federação, o município, a oportunidade de fomentar discussões que culminem em políticas capazes de atender aos anseios, necessidades e aos direitos da população. Da mesma forma que o município emerge no cenário de representação do coletivo social, contraditoriamente também se encontra nessa territorialidade, as raízes do poder político, da subalternidade, da exploração pelo poder. Pesquisas registram que historicamente em nosso país, é o município a base territorial do exercício de poder, da administração e discussão da república, da coisa pública, mas, que tal espaço de debate, revela-se ainda bastante restrito.

É no espaço municipal, com destaque para os com menor participação na produção nacional, que se cristaliza a situação de subdesenvolvimento evidenciando que a Questão Social brasileira, examinada nas recentes políticas sociais, ainda está longe de ser superada. A materialidade de conquistas sociais expressas da Constituição Federal de 1988, é tarefa por realizar.

Com o alinhamento de políticas externas e internas ao Consenso de Washington que determinou os caminhos na nova ordem mundial, o País focaliza as expressões da questão social e atua internamente com vistas à metas e objetivos internacionais.

Ao se colocar na condição de exportador de matéria prima, e importador de bens finalizados, acarreta o atraso tecnológico por não investir no desenvolvimento

intelectual, pautando suas políticas sociais e econômicas aos interesses internacionais, acumulando dívida pública e déficit social.

O Estado do Amazonas tipifica a situação exposta. No ranking nacional ocupa a 15ª. posição na economia e a 18ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano. Sob a ótica pelo Índice de Desenvolvimento humano Municipal – IDHM, uma derivação do IDH, sete (7) municípios amazonenses estão com IDHM muito baixo (até 0,499), quarenta (40) municípios classificados como baixo (entre 0,500 e 0,599), quatorze (14) municípios se classificam por médio (entre 0,600 e 0,699) e somente a capital Manaus está com IDHM de 0,737, considerado alto. Avaliação pela saúde/longevidade, educação e renda, componentes do IDH, é por demais ampla e encobre as distorções internas. Esse indicador se pode como ponto de partida para o planejamento municipal, que no processo de descentralização administrativa, conforme proposto pela CF/88, assume maiores compromissos.

Na área da saúde o Amazonas que em 2004 o habilitou-se à condição de Gestor Pleno do Sistema Estadual, transferiu 21 unidades básicas do Estado para a esfera municipal de Manaus. No ano seguinte, 2005, 10 municípios foram habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal – GPSM e 52 municípios responsáveis apenas pela Atenção Básica no Amazonas, incluindo a capital. Com essa medida cerca de 80% dos municípios do Estado assumiram a gestão da atenção primária em saúde.

A organização do sistema de saúde em Nova Olinda do Norte, tem garantido o atendimento de sua população urbana, com deficiências na zona rural, onde atua com unidades de saúde e, principalmente, com ações dos Agentes Comunitários de Saúde nas ações preventivas, porém com tempo de resposta insatisfatório para as situações de emergências em virtude do deslocamento. Seis horas até chegar a um atendimento emergencial é diferença entre vida e morte. Na inviabilidade de manter-se uma unidade de saúde em cada comunidade rural e não somente o agente comunitário como ocorre, a alternativa deveria ser garantir transporte rápido e adequado à todas as comunidades rurais. Dessa forma, o estudo registra que as

ações empreendidas pelas políticas de saúde não são adequadas nem suficientes para atender à população Nova Olindense.

Na educação, a nucleação das escolas rurais, atendeu aos pressupostos de uma economia e política neoliberal e dificultou ainda mais a vida das populações das zonas rurais. Considerando a precariedade do transporte, o tempo de locomoção e a mobilidade, as condições de trabalho dos profissionais na zona rural, os desafios são enormes para melhorar a qualidade da educação. O percentual de crianças e jovens fora da escola ainda é elevado no Amazonas. Em Nova Olinda do Norte o quantitativo de profissionais da educação na zona rural é superior a zona urbana. No entanto dos 291 profissionais, sendo 286 professores, 128 estão cursando o nível superior, o que não permite que estejam em sala de aula em tempo integral. Isto posto, a razão de professor por turma é inferior a 01 professor por turma.

A formação de profissionais aptos para atender às necessidades da zona rural é um dos pressupostos para a demanda de melhoria nos indicadores de educação do Estado. Em tempos de aumento da permanência dos alunos na escola e de Educação de Tempo Integral Nova Olinda do Norte tem sua jornada escolar na zona rural reduzida, sendo exemplificada em ausência prolongada de professores para receber salários na cidade. Política de valorização e fixação do profissional ao lugar estão inconclusas e o premido programa estadual do Ensino Médio Mediado por Tecnologia, que por vezes é paralisado por semanas, em razão às vezes de um fio desconectado, e não sintonizar o sinal de satélite. A vasta pesquisa bibliográfica, documental e de campo empreendida no estudo, encaminha afirmação de que as políticas educacionais, como mecanismos de cidadania, ainda não se concretizaram em Nova Olinda do Norte.

Historicamente a maior forma de exploração se encontra na modalidade de exploração dos indivíduos, centradas no controle de homens e terra. Mensurar a pobreza é tarefa difícil, levando em conta a diversidade dos diferentes modos de vida, das diversas formas de solidariedade entre, até mesmo, os membros de uma mesma família.

A redução da pobreza e das desigualdades passa pela questão ética e deve ser concebida como direito social colocando a questão trabalho e renda como vetor de redução da pobreza. Nesse contexto, há que se ressaltar a população das zonas rurais no Brasil que em 2000 foi estimada em 31.844.926 e em 2010 29.830.007. No Amazonas, essa população, é era de 705.335 no ano 2000 e de 728.495 em 2010.

Em Nova Olinda do Norte. De acordo com IBGE (Censo, 2010) estima-se que 17.070 pessoas se encontram na zona rural e 13.626 pessoas na área urbana, totalizando em 30.696 habitantes, com um crescimento populacional de 2,63% no período de 2000-2010. A população de 25838 habitantes com até 40 anos de idade corresponde a 84% da população habitantes. Predomina o gênero masculino, com 51,3% da população. Em face ao apego à terra e aos valores regionais evidencia-se a permanência da ruralização, em contraponto ao déficit da política agrária, demonstrando que o problema de geração de renda e emprego é estrutural e a atual política não atende às necessidades do município, na perspectiva do desenvolvimento social sustentável.

Um modelo de desenvolvimento que não promova a capacidade do coletivo em fazer suas escolhas e por elas responder, não é capaz de se sustentar. O desenvolvimento social, em particular, da menor unidade federativa, os municípios, passaria pelo conhecimento e respeito das particularidades de cada um. Impingir um modelo de desenvolvimento, com benefícios unilaterais, privilegiando as forças detentoras dos poderes econômico e político é no mínimo antidemocrático, no verdadeiro sentido da palavra. Frente à desigualdade da correlação de forças, a educação, seria um instrumento em favor das comunidades locais. A desigualdade intra-regional, caracteriza o modelo de desenvolvimento focalizado no setor econômico industrial, em detrimento ao desenvolvimento das potencialidades locais.

Na região amazônica ocorrem duas situações críticas. Com leve redução no período de 2000 (0,67) para (0,65) em 2010 o Amazonas, apresenta o pior índice de desigualdade social. E o Estado do Roraima que aumentou a desigualdade. 0,61 em

2000 e cresceu para 0,63 em 2010. Com ênfase no Amazonas, infere-se que o estado é palco de políticas públicas compensatórias, privilegiando o discurso da prestação de serviços ambientais, com destaque para o sequestro de carbono.

Embora ocupe da 17^a posição da renda entre os ocupados de 18 anos ou mais, a taxa de pobreza no Amazonas, é menor que a média dos Estados. Isso é puxado pelo Polo Industrial de Manaus que tem uma renda média R\$ 1.454,02, ou seja, acima da média nacional. Ocorre que o rendimento dos demais municípios oscila e chega a R\$ 283,00 em São Paulo da Olivença. Mais um indicador de extrema desigualdade regional.

Além dos problemas estruturais dos programas de atenção à zona rural, frente às necessidades regionais, os agricultores de Nova Olinda do Norte estão impossibilitados de acessar créditos em função do elevado índice de inadimplência de financiamentos contraídos na primeira fase do PRONAF em programas anteriores a ele, o que evidencia a ausência de assessoria, monitoramento e avaliação junto à essa população o que denota a necessidade planejamento municipal voltado também para a zona rural.

Em 2.000, o município de Nova Olinda do Norte tinha 75,6% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 59,4% em 2.010. Mesmo apresentando uma redução de 21,4% no período, são 17.722 pessoas na condição de pobreza, pelo critério de renda per capita.

Note-se que as informações não dão conta da situação da fome e a definem, no contexto do Objetivo 1, pela ausência de renda ou a reduzida capacidade de compra que fundamenta o conceito de pobreza absoluta adotado, pelo organismos internacionais bem como na fundamentação do Plano Brasil sem Miséria.

Apesar da ausência sistematizada de atividades produtiva que garanta elevação da renda per capita, da precariedade da habitação e transporte à

população da zona rural o estudo não observou situação de fome junto à essa população e atestou que os hábitos alimentares, tanto em quantidade de refeições quanto na composição de, é similar entre a população urbana onde a renda e as condições de vida são melhores. Nesse caso, as políticas compensatórias e de transferência de renda, à título de atender ao Objetivo 1 dos ODM, expressas nos programas Federais: Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar tornam-se em efeito a longo prazo. Reforçando as conclusões de diversos estudiosos: o que ocorre é o alívio da pobreza e não a superação desta. O estudo não identificou nenhuma ação contundente para dar respostas à necessidade de geração de emprego e renda, nem para a população da zona rural nem para a população da zona urbana.

Ressalta-se que a participação dos 20% mais pobres da população na renda do município passou de 3,4%, em 1.991, para 1,0%, em 2.010, evidenciando aumento no nível da desigualdade. O município registrou no período de Janeiro a Dezembro de 2014 apenas 20 admissões no mercado formal de trabalho com redução de 425 postos formais no período de 2009 a 2012. A renda per capita da população estimada pelo IBGE (Censo, 2010) foi de R\$ 232,97.

Os equipamentos públicos da Assistência Social em Nova Olinda do Norte estão funcionando e observou-se esforço do município no sentido de melhorar a qualidade e o desempenho da área socioassistencial. Ressalta-se que a busca ativa na zona rural é ação complexa, devido o acesso às populações rurais não se encontrar concentrada nas comunidades. Novamente aqui, registra-se a formulação de ações em descompasso com a região. Em 2012, o município realizou aceite para receber a “doação”(essa é a grafia que consta no relatório) pelo MDS, para uma lancha da Assistência Social e o cofinanciamento mensal para sua manutenção. Ocorre que, segundo a gestão municipal, os meios de transporte não atendem às condições de navegabilidade e acesso aos locais da zona rural, o que obriga a utilização do recursos da manutenção para locação de embarcações adequadas ao serviço.

De acordo com dados no Boletim do MDS – Brasil Sem Miséria, o município apresenta uma cobertura cadastral no Cadastro Único, acima das estimativas oficiais. Observando o perfil de renda, o município tem um cobertura de R\$ 103,55% no Bolsa Família. Registra que 97,83% das crianças do Programa Bolsa Família tem acompanhamento, enquanto a média nacional é de 92.03%. Na saúde o acompanhamento chega a 82,53% enquanto a média nacional é de 73,44%.

A participação social e o controle social, instâncias de alcance público.... que objetivam o fortalecimento dos espaços democráticos se mostra tímida em Nova Olinda do Norte. O rompimento com a alienação aos projetos federais, a aceitação de projetos privados de cunho internacional impostos tal e qual e aceitos sem questionamentos nas regiões mais isoladas do país, faz pensar que ainda resta por superar o imperialismo político na região, fragilizando a concretização da democracia. Ressalta-se, no entanto o esforço no sentido de fomentar a participação popular, por meio do Fórum Comunitário.

A análise da situação da educação na faixa etária de 6 a 14 anos, com reflexos nas idades em 15 a 29 anos, demonstra o quanto o Amazonas está aquém de suas possibilidades potenciais de contribuir com o conhecimento para a sustentação da vida no planeta.

Em Nova Olinda do Norte de cada 3 nascidos vivos, 01 é filho de mãe adolescente. A proporção de moradores urbanos com acesso a microcomputador é de 16,7%; essa proporção diminui para 3,7% se considerar o acesso a microcomputador com internet. No meio rural, 0,6% tem acesso a microcomputador e 0% acesso a microcomputador com internet.

Associando a situação de políticas ineficientes de geração de emprego e renda, baixa escolaridade, gravidez precoce, falta de acesso à tecnologia de comunicação e informação, à inserção na área de abrangência de investimentos estrangeiros por meio da exploração de recursos minerais, forma-se um cenário de

longo prazo, com perspectivas críticas para o município, o que enseja planejamento público voltado para o desenvolvimento social local.

Pertinente é encerrar esse estudo enfatizando as recomendações de Benchimol (2009), sobre uma tomada de consciência positiva, realista e de esperança voltada para a melhoria de vida e para o desenvolvimento socioeconômico regional constitui o primeiro passo nessa direção. É preciso lembrar que a enormidade do potencial amazônico de recursos naturais não garante a certeza de um desenvolvimento sustentável. É preciso criar condições de infraestrutura científica tecnológica e, sobretudo, de recursos humanos qualificados para esse bem-estar futuro venha a ocorrer. O futuro não contempla emprego e renda para analfabetos formais e funcionais, iletrados, enumerados ou não informatizados. O bom saber e o bem fazer serão instrumentos indispensáveis para a materialização desse futuro.

Por fim, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, se mostram importantes para a reflexão mundial sobre a importância da valorização da vida humana e suas necessidades, ao promoverem movimentos globais em direção a valorização do Ser Humano, no entanto não são suficientes para dar respostas à Questão Social e suas expressões na região Amazônica. O mérito está em fomentar discussões que encaminham para urgência de repensar uma sociedade onde a sustentabilidade, não seja meramente no contexto do capital, mas que a sustentabilidade das relações humanas, sociais e ambientais se faça sob a égide da justiça, da igualdade de condições e oportunidades, planejadas e gestadas por governos capazes de vislumbrar um futuro promissor para as sociedades locais, vinculados aos avanços tecnológicos globais, sob os auspícios do Amor e da Solidariedade, entendidos não como utopia, mas como pressupostos elementares e essenciais na formulação de Políticas Públicas para a sociedade planetária, onde o bem mais valioso seja o Capital Humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira”. Agência Carta Maior Disponível em:< [http://www.cartamaior.com.br/ templates/ index.cfm](http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm)>. Acesso em 11. ago.2013.

AMAZONAS. CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS 2030. Apresentação. Secretaria de Planejamento de Estado do Amazonas – SEPAM/GTPE. Disponível em Disponível em < http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/argeditor/pe_amazonas_cma_dezembro_2014.pdf>. Acesso: 11.fev.2015.

AMAZONAS. Indicadores de desempenho do Estado do Amazonas. Mês de referência, Jan/2015. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Departamento de estudos, pesquisas e informações. Disponível em:< <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=253>>. Acesso: 10. mar.2015.

AMAZONAS. Plano Estadual de Saúde 2012-2015, Departamento de Planejamento (DEPLAN/SUSAM) - Gerência de Programação em Saúde: Disponível em: http://www.saude.am.gov.br/docs/pes/pes_2012-2015_revisao_03.pdf. Acesso: mar.2015

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Consulta. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em:< <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso: Set. 2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2ª. ed,- São Paulo: Veras editora, 2007.

BARUFFI, Helder. Os direitos sociais na constituição de 1988 e algumas reflexões em torno da sua concretização pela jurisdição. (2009). IN: Revista Eletrônica Anima. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima3-Helder-Baruffi.pdf> > Acesso: 09.Out.14.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – Análise de desenvolvimento. 2ª. ed.- Manaus: Valer, Edua e INPA, 2007.

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia-Formação Social e Cultural. 3ª. ed. – Manaus: Valer, 2009.

_____, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além depois. 2ª. ed.- revisada. Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

BIBLIA. Velho Testamento. Livro Profeta Isaías, 24:3, 5. Tradução: João Ferreira de Almeida. Rev. e atual. 2ª ed. Sociedade Bíblica do Brasil. São Paulo, 1993.

BRASIL. Balança Comercial Brasileira. **SECRETARIA DE COMERCIO EXTERIOR/MDICE**.– dezembro/2014. Apresentação. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4761>>. Acesso: Fev. 2015.

BRASIL. Censo Demográfico 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso: Mar.2013/ago.2015.

BRASIL. Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em< <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso: Mar.2013/Ago.2015.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Consultas. Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso: Mar.2013/Ago.2015.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 07/12/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social. MDS: Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da educação. Manual operacional de educação integral. Secretaria de educação básica . Diretoria de currículos e educação integral, Brasília. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/seguranca alimentar](http://www.mds.gov.br/seguranca%20alimentar). Acesso: Mar.2015.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Convênios. Disponível em: < [http://transparencia .gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=am&CodMunicipio=265&CodOrgao=49000&TipoConsulta=1&Periodo](http://transparencia.gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=am&CodMunicipio=265&CodOrgao=49000&TipoConsulta=1&Periodo)>. Acesso: Jul.2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Gerência do Cadastro Central de Empresas. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. 2010. Rio de Janeiro. 2012.

CARDOSO JR., José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo-2005. Brasília: Ipea, 2010.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. IN: CATTANI, Antonio David e DIAZ, Laura Mota. (Org.) Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2005.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e a Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo. Cortez, 2009, 5ª Edição.

CELENTANO, Danielle et all. A Amazônia e os objetivos do Milênio 2010. Belém, PA: Imazon, 2010.

CHESNAIS, François. (Org.) A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução Rosa Maria Marques/Paulo Nakatami. – São Paulo: Boitempo, 2005.

CORRÊA DA SILVA. Heloisa Helena. Expressões da Assistência Social no médio Juruá – Amazonas. Manaus: Edua, Fapeam, 2012.

CORRÊA, Luiz de Miranda. A Borracha na Amazônia e a II Guerra Mundial. Manaus: Ed. Sergio Cardoso, 1967.

DEMO, Pedro. Pobreza Política. São Paulo: Cortez. Autores associados, 1991.

DIAS, Edineia Mascarenhas. A ilusão do fausto. 2ª. Ed. Manaus: Valer, 2007.

ERIKSSON, Karl-Erik. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas - São Paulo: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Fome, pobreza e exclusão: desafios para o governo e a sociedade. In: SER SOCIAL 13. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. (V. 1, n.1 (1º. Semestre). Brasília: UNB, 2003.

FREITAS, Marcilio. A ilusão da Sustentabilidade. Org. Marcilio de Freitas; Marilene Correa da Silva Freitas, Louis Marmoz. Manaus; Edições do Governo do Estado do Amazonas. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Série Amazônia: a terra e o homem. Manaus, 2003.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, Instituições e desafios de legitimidade. In: VIEIRA, P.F e WEBER, J. Gestão de recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

IANNI, Otávio. Questão Social. Revista Perspectiva. Janeiro-março. Ed. 5ª. Pg.2-10. São Paulo, 1991.

INCRA. Programa Terra Sol. Disponível em:< http://www.incra.gov.br/programa_terra_sol>. Acesso em: Jul.2015.

INDICADORES EDUCACIONAIS. Média de Alunos por Turma da Educação Básica - Ensino Infantil (Creche, Pré-Escola), Ensino Fundamental e Ensino Médio, por Localização e Dependência Administrativa, em 2014. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso: Mar./2015.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sociais. Texto: In. Revista brasileira de Administração pública. Rio de Janeiro, v. 36 – 51-72. Jav/fev. 2002. Disponível em: < <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>> Acesso: Jun. 2014.

LEONARDI, Maria Lucia Azevedo. A sociedade Global e a Questão Ambiental. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.

LIMA, J.E.S. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. Ver. FAE. Curitiba, v.7, n.1,p.119-127, jan./jun.2004.

LOPES. Carlos Thomaz G. Planejamento, Estado e Crescimento. São Paulo: Pioneira, 1990.

LUCCI, Elian Alabi, Anselmo Lazari Branco, Claudio Mendonca. Território e sociedade no mundo globalizado: geografia geral e do Brasil: vol. Único. 1ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACIEL, Maria Lucia. Ciência, tecnologia e inovação: ideias sobre o papel das ciências sociais no desenvolvimento. In: Parcerias estratégicas, n. 21. Dezembro, 2005.

MARTINS, Cinthya da Cruz. Especialidade e saber: a nucleação das escolas rurais de Nova Olinda do Norte/Am. Manaus: UFAM/ICHL, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de planejamento governamental: foco nas políticas e nos indicadores sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, N.B. Desigualdades sociais e políticas publicam na região norte. In: Desigualdade Regional e as políticas pública: Educação em Pauta. (Org.) Arthur Zumerman. Santo Andre: Universidade Federal do ABC, 2013. Disponível: < <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/05/1-educac3a7c3a3o-em-pauta.pdf>>. Acesso: dez. 2014.

MELLO. N. B. A subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: EDUA, 2006.

MORIN, Edgar; **KERN**, Anne Brigitte. Terra-Pátria. Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva – Porto Alegre: Sulina. 2002.

NETTO, José P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1. Brasília, Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999. p. 91-110.

NETTO, José de Paiva. Manifesto da Boa Vontade, proferido 21/10/1991, Brasília/DF). Trecho publicado em Artigo. A riqueza de uma país está no coração de seu povo. Disponível em: <[artigohttp://www.paivanetto.com.br/index.php/pt/artigo?cm=412&cs=100](http://www.paivanetto.com.br/index.php/pt/artigo?cm=412&cs=100)> Acesso: 20.jan.15.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Relatório Nacional de acompanhamento. Instituto de Pesquisa econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Grupo Técnico para acompanhamento dos ODM. Brasília: IPEA: MP, SPI, 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: EDUA, 2010.

PEREIRA, Luiz. Subdesenvolvimento e desenvolvimento. 3ª. ed. São Paulo, Zahar, 1976.

PEREIRA, Potyara A. Necessidades humanas; subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PERES. Thais H.A. Comunidade Solidária – A proposta de um outro modelo para as políticas sociais. IN: Civitas – Revista de Ciência Sociais, v.5 n.1, jan-jun.2005. Disponível em: < revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/37/1609.> Acesso: set.2014.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidade e Reforçar a Resiliência. PNUD. Tradução: Camoes Instituto da cooperação e da lingua Portugal.Julho, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso: Set. 2014.

RIBEIRO, Euler, **CRUZ**, Ivana. Dieta Amazônica. Saúde e Longevidade. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2012.

RODRIGUES, Lezilda Tavares. A educação em Nova Olinda do Norte-AM. Histórico e perspectivas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru. Bauru-São Paulo, 1980.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamod, 2002.

SALAMA, Pierre. O desafio das desigualdades. América Latina/Ásia: uma comparação econômica/Pierre Salama; tradução Wilson F. Menezes – São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____, Pierre, JACQUES Valier. Pobreza e desigualdades no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1997.

_____, Pierre. A queda do nível da pobreza: sucessos aparentes na Asia, fracassos na America Latina. Te. Mund. Fortaleza, v.2, n.1, jan;jul.2006.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. In: Revista Rio de Janeiro, n.9, p. 91-99, jan/abr.2003.

SCHERER, Elenise. Questão Social da Amazônia. Manaus: Edua, 2009. **SHERER**, Elenise. Condições de vida na cidade de Manaus: o avesso do progresso. IN: **SHERER**, Elenise (Org.). Questão social na Amazônia. Manaus: EDUA, 2009.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA FREITAS, Marilene Correa. O Paiz do Amazonas. 3^a ed. Manaus: Valer, 2012.

_____, Marilene Correa. Globalização e Amazônia. Artigo. São Paulo em Perspectiva, 11(2) 1997. (p. 128-136).

SILVA, Maria das Graças. Questão Ambiental e Desenvolvimento sustentável: Um desafio ético-político ao Serviço social. São Paulo. Cortez, 2010.

SPOSATI. Aldaiza. Assistência Social: de ação individual a direito social. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10-jul./dez. 2007.

_____, Aldaiza. Proteção social na América Latina em contexto de globalização. Debates Sociais. Anais pré-conferencia Brasileira preparatória a 33^a. Conferencia global de bem estar social. Rio de Janeiro: CBCISS, n. 69-70, Ano XVII, 2008.

_____, Aldaiza. Seguridade Cidadã: os múltiplos desafios para a institucionalidade social da América Latina In: Sonia Fleury, Joan Subirats e Ismael Blanco.(orgs.). Respostas locais a inseguranças globais: inovação e mudança no Brasil e Espanha. Fundação CIDOB, 2008, Espanha). Disponível em: [http://www.fgv.br/Mailing/Semana FGV/2011/Ano % 20VIII _N%C2% BA332/Livro-Respostas-Loicais-a-Inseguranças-Globais.pdf](http://www.fgv.br/Mailing/Semana_FGV/2011/Ano_%20VIII_N%C2%BA332/Livro-Respostas-Loicais-a-Inseguranças-Globais.pdf)>. Acesso: Set.2015.

SUFRAMA. Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus 2009-2014. Apresentação. Elaboração: Coise/CGPRO/SAP. Disponível em: <https://www.suframa.gov.br/servicos/Indicadores/IND_principal.asp>. Acesso: fev. 2015.

TEIXEIRA DA SILVA. Francisco Carlos. Amazônia: Região Pivot da Interação Sul Americana. Observatório político Sul-Americano. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. IUPERJ. UCAM. Análise de Conjuntura. OPSA. N. 07. Rio de Janeiro: julho, 2006. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22185.pdf>>. Acesso em: Mar.2014.

TEIXEIRA. Joaquina Barata. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In. SCHERER, Elenise. (Org.) Questão Social na Amazônia. Manaus: Edua, 2009.

VINHOTE, Manoel Jonas. Registros Históricos de Nova Olinda do Norte – 1955 a 1998. Manaus: Distribuidora de Livros do Brasil, 1998.

WANDERLEY, L. E. W.. A questão social no contexto da globalização: o caso latino americano e o caribenho. IN: Desigualdade e a Questão Social. (Org.) Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucias Bogus, Maria Carmelita Yazbek. São Paulo:EDUC, 2000.

YAZBEK. Maria C. Estado e Políticas Sociais. Disponível em: < [http://sosservicosocial.com.br/s/wp-content/uploads/2013/05/Yazbek-Maria-Carmelita .-Estado-e-pol%C3%ADticas-sociais.pdf](http://sosservicosocial.com.br/s/wp-content/uploads/2013/05/Yazbek-Maria-Carmelita.-Estado-e-pol%C3%ADticas-sociais.pdf)>. Acesso em 20.jun.2014.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o (a) Sr (a) _____ para participar da Pesquisa Uma análise sobre a situação de indicadores de desenvolvimento social, no município de Nova Olinda do Norte, Amazonas, nos anos de 2004 a 2014, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisene Lemes de Oliveira Santos, com a orientação da Profª Drª Heloisa Helena Correa da Silva. O objetivo da pesquisa é compreender a situação do desenvolvimento social do município.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de informação para o preenchimento do formulário de identificação sócio-familiar e da entrevista estruturada que será gravada, possibilitando a transcrição e análise de sua opinião no contexto da pesquisa.

Informamos que a presente pesquisa apresenta baixo risco, seja de ordem emocional ou psicológica, por envolver apenas um formulário com informações sócio-familiares e respostas às perguntas da entrevista estruturada em 10 questões. Para minimizar os riscos o roteiro da entrevista será apresentado antes de iniciar a entrevista e, ainda, como forma de minimizar riscos o (a) senhor (a) pode convidar alguém de sua inteira confiança para o (a) acompanhar durante a entrevista.

Se aceitar participar, os benefício que o (a) senhor (a) pode esperar é a possibilidade de contribuir para a formulação de políticas públicas que vão ao encontro das necessidades locais, demonstrando sua opinião sobre aspectos da educação, saúde, meio de transporte, diversão e lazer e exploração de recursos minerais em seu município.

Se depois de consentir em sua participação o (a) senhor (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora e/ou orientadora no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSS/UFAM , no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6200 - Coroado I, Manaus - AM, 69077-000. Telefones: (92) 3305-1480 (92) 9534 8551, (92) 9 9456 2156 e-mail: elisene.oliveira@gmail.com e elisene@lbv.org.br

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não serei remunerado ou terei ganhos materiais ou imateriais de ordem pessoal que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas , assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Nova Olinda do Norte, ___/___/___

Assinatura do(a) participante

Elisene Lemes de Oliveira Santos
Pesquisadora Responsável

Impressão dactiloscópica



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Sr (a) _____ para participar da Pesquisa Uma análise sobre a situação de indicadores de desenvolvimento social, no município de Nova Olinda do Norte, Amazonas, nos anos de 2004 a 2014, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisene Lemes de Oliveira Santos, com a orientação da Profª Drª Heloisa Helena Correa da Silva. O objetivo da pesquisa é compreender a situação do desenvolvimento social do município.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de informação para o preenchimento do formulário de identificação sócio-familiar e do questionário objetivando colher opinião no contexto da pesquisa.

Informamos que a presente pesquisa apresenta baixo risco, seja de ordem emocional ou psicológica, por envolver apenas respostas às perguntas do questionário. Para minimizar os riscos o (a) senhor (a) poderá não responder a qualquer uma das questões, a qual não se sinta confortável em responder.

Se aceitar participar, os benefício que o (a) senhor (a) pode esperar é a possibilidade de contribuir para a formulação de políticas públicas que vão ao encontro das necessidades locais, demonstrando sua opinião sobre aspectos da educação, saúde, meio de transporte, diversão e lazer e exploração de recursos minerais em seu município.

Se depois de consentir em sua participação o (a) senhor (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora e/ou orientadora no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSS/UFAM , no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6200 - Coroado I, Manaus - AM, 69077-000. Telefones: (92) 3305-1480 (92) 9534 8551, (92) 9 9456 2156 e-mail: elisene.oliveira@gmail.com e elisene@lbv.org.br

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não serei remunerado ou terei ganhos materiais ou imateriais de ordem pessoal que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Nova Olinda do Norte, ___/___/_____

Assinatura do(a) participante

Elisene Lemes de Oliveira Santos
Pesquisadora Responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

Linha de pesquisa: Sustentabilidade e Desenvolvimento Social
Grupo de Pesquisa: Questão Social e Assistência Social no Amazonas

O objetivo da pesquisa é compreender a situação do desenvolvimento social de Nova Olinda do Norte, município do Estado do Amazonas, buscando elementos constitutivos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Comunidade: _____

Nome (Opcional): _____ Idade: _____ Naturalidade: _____
(Cidade e Estado)

Endereço: _____

Sexo: () M () F Estado Civil: () Solteiro () casado () Divorciado () Viuvo () União estável

Documentos: () Identidade () CPF () CTPS () Título de eleitor () C. Nascimento () Cert. Casamento

Cor: () Parda () negra () branca () amarela () indígena Profissão: _____

Sua escolaridade: () fundamental incompleto () fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo
() Superior incompleto () Superior completo () Especialização/outras

Indique os integrantes da sua família, que residem no mesmo endereço que você.

Grau de parentesco (filhos/irmãos, pais, etc)	Idade	Escolaridade	Ocupação	Cadastrado em programa de renda de Governo de renda? Qual?
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Há integrantes da família com algum tipo de deficiência? () Não () Sim - Se afirmativo, qual deficiência: _____

Professa alguma religião/crença? () Não () Sim Se afirmativo, qual? _____

Há quanto tempo mora nessa comunidade? _____ anos.

Qual é sua ocupação/trabalho: _____

Se for empregado você é: () Celetista-Carteira assinada () Concursado () Contrato temporário

Renda média da família: R\$ _____ (soma dos rendimentos dos integrantes da família)

Quantas refeições sua família faz por dia: _____ refeições

- Você pode indicar nove alimentos mais consumidos por sua família. (Exemplo: carnes, peixes, arroz, leite, tipos de frutas, feijão, farinha, sanduíches, refrigerantes, etc)

- 1) _____ 2) _____ 3) _____
4) _____ 5) _____ 6) _____
7) _____ 8) _____ 9) _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS**

Linha de pesquisa: Sustentabilidade e Desenvolvimento Social
Grupo de Pesquisa: Questão Social e Assistência Social no Amazonas

O objetivo da pesquisa é compreender a situação do desenvolvimento social de Nova Olinda do Norte, município do Estado do Amazonas, buscando elementos constitutivos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

**ROTEIRO DA ENTREVISTA APÓS O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE
IDENTIFICAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR – COMUNIDADE RURAL**

- 1. Quais os motivos que levaram você e sua família morar nessa comunidade?**
- 2. Qual a sua opinião sobre a educação na comunidade?** - As condições do espaço físico, como se dá o acesso à escola, sobre o tempo que os alunos ficam diariamente na escola.
- 3. Na sua opinião há diferença entre a proposta pedagógica da escola urbana e a escola rural?**
- 4. Como é a questão da saúde na comunidade?** - Tem médico, enfermeiras, rezadeiras, parteiras, para atender, quando a população precisa? Tem alguma unidade de referência de saúde na comunidade?
- 5. Como é a questão de medicamentos.** Buscam na cidade tudo o que precisam ou tem algum recurso alternativo?
- 6. Qual o meio de transporte mais utilizado pela população da comunidade?**
- 7. O que a população da comunidade faz como diversão e lazer?**
- 8. Analisando de um modo geral cite dois exemplos do que mais gosta em sua comunidade.**
- 9. Analisando de um modo geral cite dois exemplos do que você mudaria em sua comunidade**
- 10. Qual sua opinião sobre a exploração das riquezas minerais(silvinita/potássio) em Nova Olinda do Norte.** () É favorável () Não é favorável () Não conhece esse assunto



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS**

Linha de pesquisa: Sustentabilidade e Desenvolvimento Social
Grupo de Pesquisa: Questão Social e Assistência Social no Amazonas

O objetivo da pesquisa é compreender a situação do desenvolvimento social de Nova Olinda do Norte, município do Estado do Amazonas, buscando elementos constitutivos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Sua participação é muito importante.

I - IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADO

Nome (Opcional): _____ **Idade:** _____ **Naturalidade:** _____

Cidade/Estado

Sexo: () M () F **Estado Civil:** () Solteiro () Casado () Divorciado () Viuvo () União estável

Documentos: () Identidade () CPF () CTPS () Título de eleitor () C. Nascimento () Cert. Casamento

Cor: () Parda () negra () branca () amarela () indígena **Profissão:** _____

Sua escolaridade: () fundamental incompleto () fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo
() Superior incompleto () Superior completo () Especialização/Outros

Professa alguma religião/crença? () Não () Sim Se afirmativo, qual? _____

Indique os integrantes da sua família, que residem no mesmo endereço que você.

<small>Grau de parentesco (filhos/irmãos, pais, etc)</small>	<small>Idade</small>	<small>Escolaridade</small>	<small>Ocupação</small>	<small>Cadastrado em programa de renda de Governo de renda? Qual?</small>

Há integrantes da família com algum tipo de deficiência? () Não () Sim - Se afirmativo, qual deficiência: _____

Há quanto tempo mora em Nova Olinda do Norte? _____ anos.

Qual é sua ocupação/trabalho: _____

O seu trabalho/ocupação principal é no: () Setor Público () Setor Privado () Terceiro Setor

Se for assalariado, você é:

() Celetista-Carteira assinada () Concursado () Profissional liberal () Contrato temporário

Empresário (a)? () Não () Sim - Se afirmativo qual o ramo de atividade: _____

Comerciante? () Não () Sim - Se afirmativo qual o ramo de atividade: _____

Renda média da família: R\$ _____ (soma dos rendimentos dos integrantes da família)

Quantas refeições sua família faz por dia: _____ refeições

- Você pode indicar nove alimentos mais consumidos por sua família. (Exemplo: carnes, peixes, arroz, leite, tipos de frutas, feijão, farinha, sanduiches, refrigerantes, etc)

- | | | |
|----------|----------|----------|
| 1) _____ | 2) _____ | 3) _____ |
| 4) _____ | 5) _____ | 6) _____ |
| 7) _____ | 8) _____ | 9) _____ |

II - SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

- Como você avalia a educação em Nova Olinda do Norte.

Considerando a quantidade de escolas:

() é suficiente para atender a população () não tem vaga para atender a população

Comente sua resposta:

Considerando o tempo dos alunos na escola:

() os alunos ficam pouco tempo na escola
() o tempo que os alunos ficam diariamente na escola é suficiente e adequado

Comente sua resposta:

Na sua opinião, as escolas e o ensino nas comunidades do interior(zona rural) oferecem as mesmas condições de ensino/aprendizagem que as escolas da zona urbana? () Sim () Não

Comente sua resposta

Na sua opinião de onde vem a maior parte da renda da população de Nova Olinda do Norte.

(Se for necessário marque mais de uma opção).

() De atividade no comércio () De atividade na indústria
() De atividade ligada a agricultura e pecuária () De atividade ligada ao extrativismo
() De aposentadorias, bolsa família, etc () Outra fonte . Qual? _____

Considerando as pessoas acima de 18 anos de idade, na sua opinião, em Nova Olinda do Norte

() tem mais desempregados do que empregados () tem mais empregados do que desempregados

Comente sua resposta

Na sua opinião a principal fonte de renda da prefeitura é proveniente de:

() Verbas - Repasse da União e/ou Estado
() Resultado dos impostos do comércio/ iniciativa privada, que recolhem os impostos para a prefeitura
() Investimentos vindos de alguma grande empresa que atua no município

Qual sua opinião sobre os serviços de saúde na sede do município?

() o atendimento é bom () o atendimento é ruim

Comente sua resposta:

Qual sua opinião sobre os serviços de saúde nas comunidades do interior, zona rural?

() o atendimento é bom () atendimento é ruim

Comente sua resposta:

Lazer e cultura - Qual a opção de lazer e recreação mais utilizada por sua família: _____

Por que você escolhe essa opção de lazer _____

III – PERSPECTIVAS

Analisando de um modo geral cite dois exemplos do que mais gosta em Nova Olinda do Norte

- 1) _____
2) _____

Analisando de um modo geral cite dois exemplos do que você mudaria em Nova Olinda do Norte

- 1) _____
2) _____

Qual sua opinião sobre a exploração das riquezas minerais(silvinita/potássio) em Nova Olinda do Norte.

() É favorável () Não é favorável () Não conhece esse assunto

Comente sua resposta:

Dúvidas quanto ao preenchimento, gentileza contactar

Elisene Santos (92) 99456 2156 – pesquisadora

e-mail: elisene.oliveira@gmail.com

ANEXOS